



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 107 - TERÇA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA A REALIZAR-SE NO DIA 29 DO CORRENTE, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS E PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 96ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE AGOSTO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será dedicado a homenagear a maçonaria brasileira pelo Dia do Maçom, nos termos do Requerimento nº 363, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros senhores Senadores..... 17425

1.2.2 – Oradores

Senador Mozarildo Cavalcanti 17425
Senador José Coelho 17427
Sr. Laelson Rodrigues (GM – Grande Oriente do Brasil) 17428
Sr. Kalil Shapquer (GM – Maçonaria Simbólica do Brasil) 17429
Sr. Gim Argello – (Presidente da Câmara Distrital – DF) 17430
Fala associativa da Presidência (Senador Edison Lobão) 17431

Senador Mauro Miranda (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno)..... 17431

1.2.3 – Pareceres

Nº 791, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, de autoria do Senador Maguito Vilela, que inscreve o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria.... 17433

Nº 792, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001, de autoria do Senador Alvaro Dias, que institui o Dia Nacional do Cientista Social. 17436

Nº 793, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2001, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. 17439

1.2.4 – Ofícios do Presidente da Comissão de Educação

Nº 26/2001, de 14 do corrente, comunicando a aprovação, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 82, de

2001, de autoria do Senador Maguito Vilela, constante de parecer lido anteriormente.	17441	PMDB, lembrando que o partido deverá lançar candidato próprio à presidência da República.	17458
Nº 27/2001, de 14 do corrente, comunicando a aprovação, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001, de autoria do Senador Alvaro Dias, constante de parecer lido anteriormente.	17441	SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Comentários sobre as denúncias de corrupção que envolvem o nome do Governador do Rio Grande do Norte, Sr. Garibaldi Alves, veiculadas pela imprensa, destacando a manobra governista contra a abertura de CPI na Assembléia Legislativa daquele Estado.	17462
Nº 28/2001, de 14 do corrente, comunicando a aprovação, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2001, de autoria do Senador Gilvam Borges, constante de parecer lido anteriormente.	17441	SENADOR MOREIRA MENDES – Repúdio contra as tentativas de impedir a construção de duas pontes sobre o rio Madeira, no Estado de Rondônia.	17465
1.2.5 – Comunicação da Presidência		1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação	
Abertura o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 82, 94 e 105, de 2001, sejam apreciados pelo Plenário.	17441	SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Regozijo com a iniciativa da Fundação Dom Cabral ao inaugurar em Nova Lima – MG, com a presença do Presidente da República, o centro internacional voltado para área de gestão e estratégia empresarial.	17468
1.2.6 – Discursos do Expediente		SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Registro de sua participação, no último dia 17 do corrente, em Fortaleza, do fórum de debates que discutiu o “Futuro das livrarias (independente) num mundo globalizado”, ocasião em que apresentou o texto “O livro, esse guardião do saber”.	17670
SENADOR RICARDO SANTOS – Expectativas sobre a taxa de crescimento brasileiro.	17441	1.2.8 – Comunicação da Presidência	
SENADOR GERALDO MELO – Inconformidade com a ação rescisória com efeito suspensivo, imposta pelo Governo Federal, para pagamento de precatórios aos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Leitura da Carta de Santana, resultante de seminários realizados em municípios do Estado do Rio Grande do Norte, a ser encaminhada ao Presidente da República, que propõe ações emergenciais para o enfrentamento da seca nordestina.	17445	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	17479
SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Compromisso da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins com a chamada “educação inclusiva”, que busca incluir os alunos com necessidades especiais.	17453	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR PAULO HARTUNG – Anúncio da participação do Estado do Espírito Santo no Conselho Deliberativo da Política Cafeeira e da garantia do Banco do Brasil na concessão de prorrogação dos prazos para quitação de empréstimos da linha do Pronaf. Dificuldades enfrentadas pelo setor cafeeiro no Brasil.	17455	2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre as reportagens publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo de ontem, sobre a inexecução de programas estratégicos do governo FHC, o aumento recorde dos lucros dos bancos privados, e a vulnerabilidade da economia brasileira. Preocupação com a insistência do Sr. Leonel Brizola em afastar o Governador Itamar Franco do		Nºs 1.509, de 2001. (Republicação)	17481
		Nº 1.560 a 1.561, de 2001, referente ao servidor Valter Simões dos Santos.	17486
		Nº 1.562, de 2001.	17487
		Nº 1.563, de 2001, referente ao servidor Venerando Pereira Lemos.	17488
		Nº 1.564 e 1.565, de 2001.	17488
		3 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
		4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 96ª Sessão Não Deliberativa em 20 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti e Luiz Otávio

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Haven-do número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão destina-se a homenagear a maçonaria brasileira pelo *Dia do Maçom*, nos termos do Requerimento nº 363, de 2001, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores.

Convido para comporem a Mesa o Grão-Mestre-Geral do Grande Oriente do Brasil, Sr. Laelson Rodrigues, e o Presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e Grão-Mestre da Grande Loja de Brasília, Sr. Kalil Chater.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores; Sr. Grão-Mestre-Geral do Grande Oriente do Brasil, Sr. Laelson Rodrigues; Sr. Presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e Grão-Mestre da Grande Loja de Brasília, Sr. Kalil Chater; Sr. Samir Hatem, Grão-Mestre do Grande Oriente Estadual de Roraima, através do qual saúdo todos os Grãos-Mestres Estaduais do Grande Oriente do Brasil; Sr. Kildo Albuquerque Andrade, Grão-Mestre da Grande Loja de Roraima, na pessoa de quem quero saudar todos os Grãos-Mestres das Grandes Lojas de todos os Estados do Brasil; Veneráveis-Mestres e demais autoridades maçônicas presentes; quero iniciar as minhas palavras agradecendo ao Grande Arquiteto do Universo, que é Deus, pela oportunidade que nos concede de estarmos aqui hoje reunidos para homenagear a Maçonaria Brasileira.

Como *Maçom*, filho de *Maçom* e pai de *Maçom*, sinto-me um privilegiado por já pertencer à sublime Ordem Maçônica há três gerações. Mais satisfação ainda de ter o requerimento de minha autoria e de outros Srs. Senadores sido aprovado pelo Plenário da

mais alta Casa Legislativa do País, por unanimidade, o que demonstra o respeito que o Senado tem pela maçonaria, para neste dia registrarmos as homenagens a uma Instituição que no passado e no presente muito tem contribuído para forjar cidadãos justos e operosos na busca de promover o soerguimento da humanidade.

Ao se aproximar mais um Sete de Setembro, é natural que reflitamos sobre nossa trajetória de País independente, de uma Nação que se esforça por se constituir plenamente. Passados cento e setenta e nove anos daquele ato histórico de D. Pedro I – um *Maçom* –, nunca é de mais buscar compreender como o conseguimos e o que fomos capazes de edificar ao longo de todo esse tempo.

Por certo que muito há o que celebrar, sendo inúmeras as conquistas a serem comemoradas. De igual modo, presente está em todos nós a nítida consciência acerca do muito que há de ser feito. Com efeito, vencemos o enorme desafio de manter a integridade territorial do Brasil, quando a fragmentação foi a tônica de nossos co-irmãos latino-americanos. Conseguimos promover o milagre da miscigenação, sendo, ainda hoje, um País conhecido pela maneira aberta e fraterna com que recebe imigrantes de todas as partes do mundo.

Mais: com todos os falares que singularizam cada uma de nossas regiões, fizemos da língua portuguesa o grande instrumento a nos congregar, a nos fazer sentir um só povo, uma só nacionalidade. Pela força de nossa gente, de sua extraordinária capacidade de produzir e de transformar riquezas, chegamos ao limiar do Século XXI como uma das maiores economias do mundo.

Nada disso, certamente, cega nossos olhos em relação às inúmeras deficiências que ainda nos cercam. A lembrança de milhões de compatriotas vivendo em condições deploráveis, ao lado de índices sofríveis nos campos da educação, da saúde, da habitação e dos transportes, entre outros, é alerta perma-

nente para que prossigamos na tarefa iniciada há quase dois séculos, carregando conosco a certeza de que a construção de uma nação, como a que todos sonhamos, não é trabalho simples e há de ser sempre ação coletiva, solidária.

Esse é, sem dúvida, o grande legado que nos deixaram homens e instituições que levaram às últimas conseqüências seu desejo de ver o Brasil livre, soberano, liberto de quaisquer amarras coloniais. Homens e instituições que não temeram correr os mais pesados riscos em busca da emancipação do Brasil em face do domínio metropolitano. E, quando se fala desse tipo de ação destemida, na qual a própria vida estaria em jogo, tendo por objetivo único e exclusivo a independência da Pátria, ninguém, absolutamente ninguém, teve participação mais ativa e decisiva do que a Maçonaria Brasileira.

Impossível, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, imaginar a História do Brasil sem a presença maiúscula das sociedades maçônicas em sua evolução. Fortemente organizada na Europa ao longo do século XVIII, não por acaso o "Século das Luzes", a Maçonaria colocou-se na linha de frente da luta contra os regimes absolutistas e, com isso, foi decisiva para a derrubada do "Antigo Regime" e o advento do mundo contemporâneo. Liberdade, Igualdade e Fraternidade: eis o norte a guiar seus passos na conquista de um tempo novo, a sepultar governos autoritários e as mais variadas manifestações de intolerância.

Foi esse espírito libertário que, ainda no século XVIII, chegou ao Brasil, então Colônia portuguesa. Seguramente, a penetração em terras brasileiras das associações maçônicas deveu-se, em larga medida, à ação de jovens brasileiros que freqüentavam universidades européias, especialmente a Faculdade de Medicina de Montpellier, reconhecida como um dos principais pólos maçônicos franceses. O certo é que, quando se pensa em movimentos comprometidos com a ruptura dos laços de dominação metropolitana sobre o Brasil, como as foram as Conjurações Mineira, de 1789, Carioca, de 1794, e Baiana, de 1798, em todos eles o ideário de liberdade propugnado pela Maçonaria esteve presente.

A partir da transferência do Estado português para o Brasil, coordenado e executado com o apoio do Grande Oriente Lusitano, em 1808, aprimoram-se as condições para a independência. Uma vez mais a Maçonaria assume posição de destaque, como se vê na Revolução Pernambucana de 1817: dos trezentos e dezessete réus levados a julgamento por envolvimento na insurreição, sessenta e dois eram formalmente acusados de serem maçons. E afirma-se que,

naquele momento, D. João, ao receber a lista com esses sessenta e dois maçons, teria assim se manifestado: "Foram esses que me salvaram".

Historiadores atestam que, por essa época, a Maçonaria, contando em seus quadros com professores, funcionários públicos, comerciantes, fazendeiros e padres, identificava-se plenamente com o contexto de luta que empreendia em prol da emancipação política do Brasil. Tendo em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro seus mais importantes focos de atuação, a Maçonaria fazia o papel de principal divulgadora na Colônia nos princípios iluministas, vale dizer, das teses liberais e libertadoras. Não por outra razão, seriam constantes as perseguições aos maçons, identificados por sua atuação nos movimentos revolucionários de cunho emancipacionista.

De igual modo, Sr. Presidente, foi vital a presença maçônica na evolução dos acontecimentos que tiveram no 7 de Setembro de 1822 sua culminância. Lembro, a propósito, entre outros notáveis personagens, a figura ímpar de Joaquim Gonçalves Ledo, Venerável da Loja Comércio e Artes do Rio de Janeiro, não apenas agindo decisivamente para que a independência ocorresse, mas elaborando um projeto nacional para o Brasil, essencialmente, liberal e republicano. O crescimento do movimento maçônico no Brasil, no início dos anos 1820, foi tão acentuado que o próprio Príncipe Regente Dom Pedro nele ingressou, chegando a ser o seu o grão-mestre, com o nome de Guatimozim, tendo assumido o compromisso da independência do Brasil numa sessão maçônica no dia 20 de agosto, poucos dias antes da data pública e formal do famoso Grito do Ipiranga.

Independentemente de opiniões divergentes no interior da Maçonaria – Gonçalves Ledo e José Bonifácio, o "Patriarca da Independência", por exemplo, tinham visões distintas de como se deveria organizar o Brasil pós-emancipação –, o certo é que a sociedade maçônica se constituiu, naquele momento, no centro da mobilização e de união das diversas forças políticas comprometidas com a independência. A esse respeito, vale lembrar que o mais importante jornal engajado na luta emancipacionista, o **Revérbero Constitucional Fluminense**, tinha como redatores os maçons Januário da Cunha Barbosa e o já citado Gonçalves Ledo.

Fortemente perseguida no reinado de D. Pedro I, paradoxalmente, por não concordar com muitos atos do Imperador, a Maçonaria brasileira ressurgiu, na década de 1830, no quadro da aguda crise que culminou na abdicação do Imperador e que se prolongou na su-

ces são de revoltas que, explodindo nas mais variadas regiões do País, deu o tom do período regencial.

À medida que o século XIX avançava, passado o período mais crítico das divergências internas, expressas na coexistência de duas grandes Ordens, a Maçonaria passou a ser o alvo de poderosos ataques de uma Igreja Católica que se tornava acentuadamente conservadora, ultramontana, apesar de existirem inúmeros padres no seio da Maçonaria. Na raiz desse confronto, em que a Maçonaria assume claramente sua vocação de defensora do racionalismo e da liberdade de consciência, estava a "Questão Religiosa" ou, mais apropriadamente, a "Questão Episco-maçônica", primeira grande fissura a fazer ruir o edifício da Maçonaria. Assim, tal como ocorrera no movimento da independência, a Maçonaria se antecipava no esforço de se instituir no País o regime republicano, identificado como absolutamente necessário à vitória do progresso, do racionalismo, do liberalismo e da liberdade religiosa e não do monopólio de uma única religião estatal.

Nesse período, outro grande feito da Maçonaria se tornaria realidade: foi a abolição da escravidão no nosso País. Todos os grandes abolicionistas foram maçons, desde Feijó, em 1834, até José do Patrocínio. Castro Alves, o cantor dos escravos, ao lado de Rui Barbosa, em São Paulo, também eram maçons. O movimento abolicionista apresenta, em seu meio século de lutas, os seguintes marcos luminosos, todos liderados por maçons:

- 1 – Padre Antonio Feijó, em 1831;
- 2 – Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850, extinguindo o tráfico de escravos;
- 3 – Projeto maçônico de Rui Barbosa, na Loja América, de São Paulo, em 4 de abril de 1870;
- 4 – Lei Visconde do Rio Branco, de 28 de setembro de 1871, Lei do Ventre Livre;
- 5 – Fundação da Confederação Abolicionista, no Rio de Janeiro, em 1883;
- 6 – O Ceará e o Amazonas libertamos os escravos de seus territórios em 1884; Lei Saraiva – Cotegipe, de 28 de setembro de 1885, Lei do Sexagenário;
- 7 – O Clube Militar diz, em 1887, à Princesa Isabel, que o Exército não mais aprisionaria escravos farragidos;
- 8 – A Lei Áurea, de 13 maio de 1888, dia de domingo. Era presidente do Conselho João Alfredo Correia de Oliveira, também maçom.

Ao encerrar essa breve análise, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres autoridades maçônicas, meus irmãos, meus senhores e minhas senho-

ras, ressalto a capacidade demonstrada pela maçonaria brasileira ao longo de todo o período republicano, de transformar-se, acompanhando a marcha do tempo e as características inovadoras da modernidade. Entre essas transformações, parece-me essencial a multiplicação do número de lojas pelo País afora e uma espécie de "federalização" da instituição. Enquanto, no Império, a capital, o Rio de Janeiro, praticamente monopolizava a ação da Maçonaria; na República, ela fortalece-se nas mais distintas Unidades da Federação. Do Caburaí, em Roraima, o ponto extremo norte do País, ao Chuí, o extremo sul brasileiro, no Rio Grande do Sul; das nascentes do Rio Moa, na Serra da Cantamana, no Acre, ponto extremo oeste, à Ponta do Seixas, na Paraíba, ponto extremo leste do Brasil, a Maçonaria está presente, alerta e atuante.

Mas, acima de tudo, a Maçonaria soube atravessar a História do Brasil – História que, aliás, ela tanto ajudou a construir – e chegar aos nossos dias com invejável coerência. Seus sacrossantos princípios, assentados na verdade, na justiça, na liberdade, na fé em Deus e na capacidade criadora dos homens, no amor e na proteção à família, na intransigente defesa da Pátria, permanecem intactos e rijos.

É isso que a faz atemporal. É isso que a torna insubstituível.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Convido o Deputado Gim Argelo, Presidente da Câmara Distrital de Brasília, para compor a Mesa, honrando esta sessão.

Concedo a palavra ao Senador José Coêlho.

O SR. JOSÉ COÊLHO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Edison Lobão, demais dignatários da família maçônica aqui presentes e já no minúsculo pelo Sr. Presidente e pelo companheiro Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, a maçonaria é uma instituição filantrópica, educativa, filosófica e pragmática. Carrega no bojo de tudo isto o aperfeiçoamento moral de humanidade em todos estes aspectos e tem como objetivo principal a liberdade, a igualdade e a fraternidade humanas.

Teve sua origem numa antiguidade bem remota. Já Moisés, o libertador do povo hebreu, pregava esses princípios básicos para a vida do seu povo. Também Platão, o grande filósofo da antiga Grécia, defendia estes princípios, como tantos outros filósofos, não esquecendo Zoroastro, na Pérsia; Menés, no Egito; e Buda, na Índia.

ces são de revoltas que, explodindo nas mais variadas regiões do País, deu o tom do período regencial.

À medida que o século XIX avançava, passado o período mais crítico das divergências internas, expressas na coexistência de duas grandes Ordens, a Maçonaria passou a ser o alvo de poderosos ataques de uma Igreja Católica que se tornava acentuadamente conservadora, ultramontana, apesar de existirem inúmeros padres no seio da Maçonaria. Na raiz desse confronto, em que a Maçonaria assume claramente sua vocação de defensora do racionalismo e da liberdade de consciência, estava a "Questão Religiosa" ou, mais apropriadamente, a "Questão Episco-maçônica", primeira grande fissura a fazer ruir o edifício da Maçonaria. Assim, tal como ocorrera no movimento da independência, a Maçonaria se antecipava no esforço de se instituir no País o regime republicano, identificado como absolutamente necessário à vitória do progresso, do racionalismo, do liberalismo e da liberdade religiosa e não do monopólio de uma única religião estatal.

Nesse período, outro grande feito da Maçonaria se tornaria realidade: foi a abolição da escravidão no nosso País. Todos os grandes abolicionistas foram maçons, desde Feijó, em 1834, até José do Patrocínio. Castro Alves, o cantor dos escravos, ao lado de Rui Barbosa, em São Paulo, também eram maçons. O movimento abolicionista apresenta, em seu meio século de lutas, os seguintes marcos luminosos, todos liderados por maçons:

- 1 – Padre Antonio Feijó, em 1831;
- 2 – Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850, extinguindo o tráfico de escravos;
- 3 – Projeto maçônico de Rui Barbosa, na Loja América, de São Paulo, em 4 de abril de 1870;
- 4 – Lei Visconde do Rio Branco, de 28 de setembro de 1871, Lei do Ventre Livre;
- 5 – Fundação da Confederação Abolicionista, no Rio de Janeiro, em 1883;
- 6 – O Ceará e o Amazonas libertamos os escravos de seus territórios em 1884; Lei Saraiva – Cotegipe, de 28 de setembro de 1885, Lei do Sexagenário;
- 7 – O Clube Militar diz, em 1887, à Princesa Isabel, que o Exército não mais aprisionaria escravos fofagidos;
- 8 – A Lei Áurea, de 13 maio de 1888, dia de domingo. Era presidente do Conselho João Alfredo Correia de Oliveira, também maçom.

Ao encerrar essa breve análise, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres autoridades maçônicas, meus irmãos, meus senhores e minhas senho-

ras, ressalto a capacidade demonstrada pela maçonaria brasileira ao longo de todo o período republicano, de transformar-se, acompanhando a marcha do tempo e as características inovadoras da modernidade. Entre essas transformações, parece-me essencial a multiplicação do número de lojas pelo País afora e uma espécie de "federalização" da instituição. Enquanto, no Império, a capital, o Rio de Janeiro, praticamente monopolizava a ação da Maçonaria; na República, ela fortalece-se nas mais distintas Unidades da Federação. Do Caburaí, em Roraima, o ponto extremo norte do País, ao Chuí, o extremo sul brasileiro, no Rio Grande do Sul; das nascentes do Rio Moa, na Serra da Cantamana, no Acre, ponto extremo oeste, à Ponta do Seixas, na Paraíba, ponto extremo leste do Brasil, a Maçonaria está presente, alerta e atuante.

Mas, acima de tudo, a Maçonaria soube atravessar a História do Brasil – História que, aliás, ela tanto ajudou a construir – e chegar aos nossos dias com invejável coerência. Seus sacrossantos princípios, assentados na verdade, na justiça, na liberdade, na fé em Deus e na capacidade criadora dos homens, no amor e na proteção à família, na intransigente defesa da Pátria, permanecem intactos e rijos.

É isso que a faz atemporal. É isso que a torna insubstituível.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Convido o Deputado Gim Argelo, Presidente da Câmara Distrital de Brasília, para compor a Mesa, honrando esta sessão.

Concedo a palavra ao Senador José Coêlho.

O SR. JOSÉ COÊLHO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Edison Lobão, demais dignatários da família maçônica aqui presentes e já no minúsculo pelo Sr. Presidente e pelo companheiro Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, a maçonaria é uma instituição filantrópica, educativa, filosófica e pragmática. Carrega no bojo de tudo isto o aperfeiçoamento moral de humanidade em todos estes aspectos e tem como objetivo principal a liberdade, a igualdade e a fraternidade humanas.

Teve sua origem numa antiguidade bem remota. Já Moisés, o libertador do povo hebreu, pregava esses princípios básicos para a vida do seu povo. Também Platão, o grande filósofo da antiga Grécia, defendia estes princípios, como tantos outros filósofos, não esquecendo Zoroastro, na Pérsia; Menés, no Egito; e Buda, na Índia.

Em nosso País, vemos, pela história, a maçonaria participando de maneira eficiente e efetiva em nossa sociedade.

Embora não sendo maçom, respeito as realizações da Maçonaria em nosso País e exalto os feitos desta grande Ordem, tanto na contribuição histórica de nossa Nação como em seu dia a dia, pela ajuda filantrópica que tem prestado a hospitais, creches, escolas e asilos em todos os quadrantes do nosso País.

Ressalto que o Deputado Estadual, pela Bahia, Gercino Coêlho, meu irmão, prestou relevantes serviços à Loja Maçônica Harmonia e Amor, em Juazeiro, no Estado da Bahia. Em Petrolina, minha terra natal, é de maior justiça que se proclame os trabalhos mais relevantes na pessoa do empresário Luiz Leite Filho, que, por sua atuação brilhante, alcançou o grau de Cavaleiro da Ordem da Rosa.

Aca bo de re ce ber do Grão-Mes tre de meu Esta do, o Professor Antônio do Carmo Ferreira, um livro valioso que historia a Maçonaria Revolucionária no Brasil, desde 1796, quando foi implantado o Areópago de Itambé pelo frade carmelita Manoel Arruda da Câmara, loja por intermédio da qual se deu a entrada da Maçonaria no Brasil.

Nesse livro, podemos encontrar os antecedentes justificativos deste grande e significativo evento, com o qual homenageamos a ordem maçônica e todos os seus integrantes, dos quais muitos participam das duas Casas do Congresso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Independência do Brasil – isso é fato pacífico – foi obra da engenharia política da maçonaria, que insistia, então, em dar uma pátria aos brasileiros. Mas se os sonhos estiveram com os maçons inconfidentes das Minas Gerais, a crua realidade do despertar esteve com os maçons pernambucanos, que fizeram a Revolução de 1817, implantadora da República que durou setenta e cinco dias, com constituição e ministério, ao término da qual sacrificaram toda uma geração formada em Coimbra (Portugal), em Montpelier (França) e no Seminário de Olinda.

O Padre Dias Martins, escrevendo o livro "Mártires Pernambucanos", recorda o Grão-Mestre Antônio do Carmo, elen ca cen te nas de ho mens ilus tres, sa cri fi ca dos na luta por uma pátria para os brasileiros, dentre eles os maçons Padre Roma, Padre Miguelinho, Padre João Ribeiro, Frei Caneca e outros.

A vida é uma oficina de sonhos, como nos ensina o dramaturgo espanhol Calderón de La Barca, que se consagra quando o sonhador é capaz de convertê-los em realidade, como aconteceu com os maçons

brasileiros de Pernambuco. A independência que veio em 1822 já se havia tornado irreversível com a Revolução Pernambuco de 1817, relembra nas memoráveis sessões da maçonaria de Gonçalves Ledo, Cônego Januário da Cunha, José Bonifácio, no Rio de Janeiro, e que, neste dia 20 de agosto, comemoramos com tanta satisfação.

Estou deveras satisfeito ao usar esta tribuna, em nome do meu Estado, nesta comemoração pelo Dia do Maçom.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil Laelso Rodrigues.

O SR. LAELSO RODRIGUES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades civis, militares e religiosas, meus irmãos, minhas senhoras e meus senhores, sejam as nossas primeiras palavras de gratidão ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que requereu esta homenagem ao Dia do Maçom, e a seus nobres pares que a subscreveram.

É com satisfação que assumimos esta tribuna do Senado da República, para participarmos desta sessão solene em homenagem aos Obreiros da Arte Real no Dia do Maçom, os Pedreiros Livres de tantas e fecundas histórias, cujas Lojas de São João iluminaram os destinos do mundo, pelos séculos e nações.

É notório que o Maçom vem participando dos eventos históricos da Nação brasileira. Sob a égide da legenda "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", o povo brasileiro viu a Maçonaria assumir a Independência do Brasil. Com nomes tutelares, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Gonçalves Ledo, Dom Pedro I, e com vários Irmãos, como Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, a Nação brasileira instaurou a própria República Federativa do Brasil, sem falar na abolição da escravatura, pontificando ainda o gênio dos Maçons, entre muitos outros: Castro Alves, Rui Barbosa, Quintino Bocaiuva.

Nossas oficinas nunca cessaram de contribuir para a grandeza do Brasil, mesmo no anonimato, por meio da Ação Paramaçônica Juvenil, da Maçonaria Contra as Drogas, das associações femininas e da Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul. Assim a Maçonaria empreende e aperfeiçoa as atividades de combate às misérias humanas, à degeneração do caráter, à corrupção dos valores, enaltecendo o amor à Pátria, a probidade, as virtudes cívicas, enfim, empenha-se por todos os meios a seu alcance no sentido de promover e dignificar o homem brasileiro.

Em nosso País, vemos, pela história, a maçonaria participando de maneira eficiente e efetiva em nossa sociedade.

Embora não sendo maçom, respeito as realizações da Maçonaria em nosso País e exalto os feitos desta grande Ordem, tanto na contribuição histórica de nossa Nação como em seu dia a dia, pela ajuda filantrópica que tem prestado a hospitais, creches, escolas e asilos em todos os quadrantes do nosso País.

Ressalto que o Deputado Estadual, pela Bahia, Gercino Coêlho, meu irmão, prestou relevantes serviços à Loja Maçônica Harmonia e Amor, em Juazeiro, no Estado da Bahia. Em Petrolina, minha terra natal, é de maior justiça que se proclame os trabalhos mais relevantes na pessoa do empresário Luiz Leite Filho, que, por sua atuação brilhante, alcançou o grau de Cavaleiro da Ordem da Rosa.

Aca bo de re ce ber do Grão-Mes tre de meu Esta do, o Professor Antônio do Carmo Ferreira, um livro valioso que historia a Maçonaria Revolucionária no Brasil, desde 1796, quando foi implantado o Areópago de Itambé pelo frade carmelita Manoel Arruda da Câmara, loja por intermédio da qual se deu a entrada da Maçonaria no Brasil.

Nesse livro, podemos encontrar os antecedentes justificativos deste grande e significativo evento, com o qual homenageamos a ordem maçônica e todos os seus integrantes, dos quais muitos participam das duas Casas do Congresso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Independência do Brasil – isso é fato pacífico – foi obra da engenharia política da maçonaria, que insistia, então, em dar uma pátria aos brasileiros. Mas se os sonhos estiveram com os maçons inconfidentes das Minas Gerais, a crua realidade do despertar esteve com os maçons pernambucanos, que fizeram a Revolução de 1817, implantadora da República que durou setenta e cinco dias, com constituição e ministério, ao término da qual sacrificaram toda uma geração formada em Coimbra (Portugal), em Montpelier (França) e no Seminário de Olinda.

O Padre Dias Martins, escrevendo o livro "Mártires Pernambucanos", recorda o Grão-Mestre Antônio do Carmo, elen ca cen te nas de ho mens ilus tres, sa crifi ca dos na luta por uma pátria para os brasileiros, dentre eles os maçons Padre Roma, Padre Miguelinho, Padre João Ribeiro, Frei Caneca e outros.

A vida é uma oficina de sonhos, como nos ensina o dramaturgo espanhol Calderón de La Barca, que se consagra quando o sonhador é capaz de convertê-los em realidade, como aconteceu com os maçons

brasileiros de Pernambuco. A independência que veio em 1822 já se havia tornado irreversível com a Revolução Pernambuco de 1817, relembra nas memoráveis sessões da maçonaria de Gonçalves Ledo, Cônego Januário da Cunha, José Bonifácio, no Rio de Janeiro, e que, neste dia 20 de agosto, comemoramos com tanta satisfação.

Estou deveras satisfeito ao usar esta tribuna, em nome do meu Estado, nesta comemoração pelo Dia do Maçom.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil Laelso Rodrigues.

O SR. LAELSO RODRIGUES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades civis, militares e religiosas, meus irmãos, minhas senhoras e meus senhores, sejam as nossas primeiras palavras de gratidão ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que requereu esta homenagem ao Dia do Maçom, e a seus nobres pares que a subscreveram.

É com satisfação que assumimos esta tribuna do Senado da República, para participarmos desta sessão solene em homenagem aos Obreiros da Arte Real no Dia do Maçom, os Pedreiros Livres de tantas e fecundas histórias, cujas Lojas de São João iluminaram os destinos do mundo, pelos séculos e nações.

É notório que o Maçom vem participando dos eventos históricos da Nação brasileira. Sob a égide da legenda "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", o povo brasileiro viu a Maçonaria assumir a Independência do Brasil. Com nomes tutelares, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Gonçalves Ledo, Dom Pedro I, e com vários Irmãos, como Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, a Nação brasileira instaurou a própria República Federativa do Brasil, sem falar na abolição da escravatura, pontificando ainda o gênio dos Maçons, entre muitos outros: Castro Alves, Rui Barbosa, Quintino Bocaiuva.

Nossas oficinas nunca cessaram de contribuir para a grandeza do Brasil, mesmo no anonimato, por meio da Ação Paramaçônica Juvenil, da Maçonaria Contra as Drogas, das associações femininas e da Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul. Assim a Maçonaria empreende e aperfeiçoa as atividades de combate às misérias humanas, à degeneração do caráter, à corrupção dos valores, enaltecendo o amor à Pátria, a probidade, as virtudes cívicas, enfim, empenha-se por todos os meios a seu alcance no sentido de promover e dignificar o homem brasileiro.

Senhoras e senhores, nós que aqui representamos o Povo Maçonico do Grande Oriente do Brasil rogamos ao Grande Arquiteto do Universo, que é Deus, que proteja V. Ex^{as}, a fim de que continuem a defender os interesses de nossa Pátria com acendrado amor cívico, de modo a transmiti-la aos nossos descendentes como a recebemos de nossos pais, senão legá-la aos seus legítimos herdeiros – que são os nossos filhos – mais rica, mais poderosa, mais respeitada pela inteligência e honradez de seus filhos perante as nações; enfim, mais justa e perfeita.

Sr^{as} e Srs. Senadores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e Grão-Mestre da Grande Loja de Brasília, Kalil Chater.

O SR. KALIL CHATER – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Edison Lobão, Exm^o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, proponente da presente Sessão Comemorativa, demais insígnies Senadoras e Senadores que integram esta Casa Parlamentar, soberano Irmão Laelso Rodrigues, Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil, respeitáveis Irmãos e autoridades maçônicas aqui presentes, senhoras e senhores:

Vinte de agosto é o Dia do Maçom. Integrante de uma instituição que muitos acreditam secreta, até pouco tempo atrás esse homem era considerado um indivíduo discreto e invisível, não se expunha, não divulgava a sua condição de maçom, trabalhava em silêncio, reunia-se em lugar ignorado, não se manifestava publicamente, embora sua conduta sempre fosse exemplar, em uma palavra, um homem estranho, mas com objetivos nobres e dignos de elogios e aplausos.

O que mudou nos tempos presentes para que esse homem saísse do anonimato para estabelecer uma data definida como o seu dia? Quem é na realidade esse homem e por que essa homenagem de hoje?

Na verdade, esse homem é um homem comum, oriundo de todas as classes sociais, mas que abraça um ideal e, para atingir esse ideal, precisa ser homem livre e de bons costumes, um homem de bom coração, preocupado com os males que atormentam a sociedade. Não tolera a injustiça, a maldade e condena os preconceitos, o racismo e a desigualdade. Procura a verdade e a honradez. Seus atos e seu comportamento são sempre justos e retos. Ele é amante da sabedoria; não descuida dos estudos que o levam a desvendar os mistérios da vida. Sua filosofia, sua política, sua ideologia é o bem-estar social. É um ho-

mem que cultiva a moral e a razão; não se abate diante das dificuldades que surgem no seu caminho; é perseverante na sua luta contra os tiranos, os ignorantes, os aproveitadores do poder que alimentam a vaidade e são falsos defensores da ética e da equidade. Enfim, o maçom é um ser social em busca do aperfeiçoamento humano, um homem de responsabilidade, que defende seus direitos, cumpre seus deveres e procura viver com dignidade, honra e retidão.

Meus senhores, minhas senhoras, neste momento e esta homenagem são o reconhecimento do papel exercido pelo maçom na área social e política, com o objetivo de libertar o homem do medo de exercer a sua cidadania e de ocupar a condição de peça mais importante e essencial na vida social e política de uma nação. Dele nasce o poder e para ele é exercido o poder. Não existe poder acima do seu, e o homem do poder por ele é escolhido, a ele deve a lealdade, uma vez que o representa.

Senhoras e senhores, desta Casa, o Senado Federal, de onde nascem as decisões políticas que mudam o destino da Nação, desta tribuna, por onde passam e passaram homens públicos que escrevem e escreveram a história gloriosa de nosso País, quero manifestar meus agradecimentos e os de todos os maçons que integram as Grandes Lojas do Brasil, espalhadas por todo o território nacional, ao Presidente do Senado Federal, aos Senadores que gentilmente transformaram a sessão plenária do dia de hoje para homenagear o homem maçom no seu dia e, especial e carinhosamente, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, autor do pedido.

Senhoras e senhores, esta iniciativa foi de suma importância, porque estreita a distância que separa o poder do povo. Diante da situação difícil que o Brasil atravessa, torna-se necessário um fórum nacional, integrado pelo Governo, Congresso Nacional, organizações não-governamentais e pelo próprio cidadão, para debater os problemas e encontrar saídas.

Neste momento, não é conveniente apontar culpados, mas descobrir as causas e combatê-las. Temos a certeza de que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário estão tentando vencer as crises, usando de todos os meios necessários para alcançar o objetivo desejado. O esforço dos três Poderes responsáveis pelo destino da Nação não tem sido suficiente para combater as causas que crucificam a sociedade brasileira. É chegado o momento de mobilização da massa silenciosa e pacífica, que é o povo, mas que tem uma força incomensurável e um poder gigantesco capazes de eliminar todos os males que arrastam a sociedade brasileira para o caos, tais como a

Senhoras e senhores, nós que aqui representamos o Povo Maçonico do Grande Oriente do Brasil rogamos ao Grande Arquiteto do Universo, que é Deus, que proteja V. Ex^{as}, a fim de que continuem a defender os interesses de nossa Pátria com acendrado amor cívico, de modo a transmiti-la aos nossos descendentes como a recebemos de nossos pais, senão legá-la aos seus legítimos herdeiros – que são os nossos filhos – mais rica, mais poderosa, mais respeitada pela inteligência e honradez de seus filhos perante as nações; enfim, mais justa e perfeita.

Sr^{as} e Srs. Senadores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e Grão-Mestre da Grande Loja de Brasília, Kalil Chater.

O SR. KALIL CHATER – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Edison Lobão, Exm^o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, proponente da presente Sessão Comemorativa, demais insígnies Senadoras e Senadores que integram esta Casa Parlamentar, soberano Irmão Laelso Rodrigues, Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil, respeitáveis Irmãos e autoridades maçônicas aqui presentes, senhoras e senhores:

Vinte de agosto é o Dia do Maçom. Integrante de uma instituição que muitos acreditam secreta, até pouco tempo atrás esse homem era considerado um indivíduo discreto e invisível, não se expunha, não divulgava a sua condição de maçom, trabalhava em silêncio, reunia-se em lugar ignorado, não se manifestava publicamente, embora sua conduta sempre fosse exemplar, em uma palavra, um homem estranho, mas com objetivos nobres e dignos de elogios e aplausos.

O que mudou nos tempos presentes para que esse homem saísse do anonimato para estabelecer uma data definida como o seu dia? Quem é na realidade esse homem e por que essa homenagem de hoje?

Na verdade, esse homem é um homem comum, oriundo de todas as classes sociais, mas que abraça um ideal e, para atingir esse ideal, precisa ser homem livre e de bons costumes, um homem de bom coração, preocupado com os males que atormentam a sociedade. Não tolera a injustiça, a maldade e condena os preconceitos, o racismo e a desigualdade. Procura a verdade e a honradez. Seus atos e seu comportamento são sempre justos e retos. Ele é amante da sabedoria; não descuida dos estudos que o levam a desvendar os mistérios da vida. Sua filosofia, sua política, sua ideologia é o bem-estar social. É um ho-

mem que cultiva a moral e a razão; não se abate diante das dificuldades que surgem no seu caminho; é perseverante na sua luta contra os tiranos, os ignorantes, os aproveitadores do poder que alimentam a vaidade e são falsos defensores da ética e da equidade. Enfim, o maçom é um ser social em busca do aperfeiçoamento humano, um homem de responsabilidade, que defende seus direitos, cumpre seus deveres e procura viver com dignidade, honra e retidão.

Meus senhores, minhas senhoras, neste momento e esta homenagem são o reconhecimento do papel exercido pelo maçom na área social e política, com o objetivo de libertar o homem do medo de exercer a sua cidadania e de ocupar a condição de peça mais importante e essencial na vida social e política de uma nação. Dele nasce o poder e para ele é exercido o poder. Não existe poder acima do seu, e o homem do poder por ele é escolhido, a ele deve a lealdade, uma vez que o representa.

Senhoras e senhores, desta Casa, o Senado Federal, de onde nascem as decisões políticas que mudam o destino da Nação, desta tribuna, por onde passam e passaram homens públicos que escrevem e escreveram a história gloriosa de nosso País, quero manifestar meus agradecimentos e os de todos os maçons que integram as Grandes Lojas do Brasil, espalhadas por todo o território nacional, ao Presidente do Senado Federal, aos Senadores que gentilmente transformaram a sessão plenária do dia de hoje para homenagear o homem maçom no seu dia e, especial e carinhosamente, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, autor do pedido.

Senhoras e senhores, esta iniciativa foi de suma importância, porque estreita a distância que separa o poder do povo. Diante da situação difícil que o Brasil atravessa, torna-se necessário um fórum nacional, integrado pelo Governo, Congresso Nacional, organizações não-governamentais e pelo próprio cidadão, para debater os problemas e encontrar saídas.

Neste momento, não é conveniente apontar culpados, mas descobrir as causas e combatê-las. Temos a certeza de que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário estão tentando vencer as crises, usando de todos os meios necessários para alcançar o objetivo desejado. O esforço dos três Poderes responsáveis pelo destino da Nação não tem sido suficiente para combater as causas que crucificam a sociedade brasileira. É chegado o momento de mobilização da massa silenciosa e pacífica, que é o povo, mas que tem uma força incomensurável e um poder gigantesco capazes de eliminar todos os males que arrastam a sociedade brasileira para o caos, tais como a

crise econômica e social, aí incluídas a miséria, a fome, a violência urbana e rural, o desemprego, a falta de moradia, a má distribuição de renda, o desperdício de recursos públicos, o sistema de saúde precário, bem como a falta de ética e moral públicas, a falta de conscientização da importância do exercício da cidadania e muitas outras.

Chegou o momento da participação efetiva de um cidadão nesta guerra declarada. Aqui toma-me o sentimento de estranheza e surge a pergunta: por que o Governo não usa a força de milhares de voluntários integrantes de organizações não-governamentais e de entidades sem fins lucrativos para executar projetos sociais? Ninguém melhor do que um membro de uma comunidade para saber a real situação de sua própria sociedade, para contribuir com a fiscalização dos projetos de todas as naturezas, por meio dos diversos Conselhos locais. Chegou o momento de um mutirão nacional, implementado pelos Poderes Constituídos em conjunto com os cidadãos, nas mesmas trincheiras, em busca dos mesmos objetivos.

A história nos prova que o povo nunca falhou, nunca se recusou a colaborar com o engrandecimento deste País, quando chamado à responsabilidade; não decepcionou e sempre lutou e venceu, sendo a prova mais viva e presente disso o papel heróico que o povo brasileiro está exercendo na atual crise energética.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Senadores, Senhoras e Senhores, esta Casa, detentora de glórias e histórias heróicas, pode fazer mais: pode iniciar uma campanha aproveitando o potencial de milhões de brasileiros dispostos e prontos para o trabalho comunitário. A cidadania não consiste apenas em obter uma carteira de identidade de um país para exercer o direito de cidadão; ela é muito mais que isso, é o sentimento da responsabilidade na construção de um melhor lar, de um melhor bairro, de uma melhor cidade, de uma melhor nação, fraterna e solidária.

Patriotismo não é somente o amor ao solo pátrio ou saber cantar o hino nacional. Patriotismo é amar a Pátria, servindo-a permanentemente por meio da exaltação e prática dos valores morais e éticos e, mais ainda, a luta constante para o seu engrandecimento.

A Maçonaria brasileira muito fez por este País. Fez parte dos movimentos que culminaram com a proclamação da Independência, com a libertação dos escravos, com a Proclamação da República e, mais recentemente, engajou-se na campanha pelas Diretas Já. Além disso, há a participação permanente nos

movimentos sociais e ainda pode fazer muito pelo Brasil.

Assim sendo, neste momento, coloca-se à disposição para participar da execução de uma política social suprapartidária, uma vez que sua "política" é definida por seus princípios e por sua doutrina que, acima de tudo, busca tornar feliz a humanidade pelo amor, pelo aperfeiçoamento dos costumes, pela tolerância, e sempre defendendo os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Outros pontos de vista certamente existem e devem ser respeitados. Esse, porém, é o nosso caminho, o caminho da Maçonaria. Finalizo, lembrando a defesa de Voltaire à liberdade de expressão: "Não concordo com uma única palavra do que estás a dizer, mas defendo incondicionalmente o direito que a ti cabe para dizê-las".

Muito obrigado a todos.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Gim Argelo.

O SR. GIM ARGELO – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Edison Lobão; meu irmão Laelso Rodrigues, este grande maçom; Soberano do Grande Oriente do Brasil, Sr. Kalil Chater, este grande irmão, representante legítimo das grandes Lojas, meu irmão, que teve a coragem e a determinação de, hoje, no Dia do Maçom, fazer, pela primeira vez, em nossa história, esta sessão solene em sua homenagem, na mais alta Corte política do País.

Começarei falando de toda a nossa história. A partir de hoje, construiremos uma nova história. Vemos os operários da Arte Real – e toda a importância que esse dia representa – preparados para os novos desafios, tão bem expostos pelos Srs. Laelso Rodrigues e Kalil Chater.

Há uma história muito grande a trilhar de hoje em diante. A parte social do País precisa do nosso envolvimento diretamente. É a isso que nos propomos nesta data, com esta sessão e na mais alta Corte. Essa simbologia é muito relevante, pois, pela primeira vez em nossa história, nosso dia está sendo comemorado na data correta. Amanhã, como de costume, faremos esta comemoração na Câmara Legislativa, às 11 horas da manhã.

Hoje, no entanto, esta sessão tem um significado especial. Por isso, vim à tribuna apenas para dizer a V. Ex^a, Senador amigo e irmão Mozarildo Cavalcanti, que esse ato será lembrado amanhã por ser uma atitude corajosa. V. Ex^a conseguiu mobilizar

crise econômica e social, aí incluídas a miséria, a fome, a violência urbana e rural, o desemprego, a falta de moradia, a má distribuição de renda, o desperdício de recursos públicos, o sistema de saúde precário, bem como a falta de ética e moral públicas, a falta de conscientização da importância do exercício da cidadania e muitas outras.

Chegou o momento da participação efetiva de um cidadão nesta guerra declarada. Aqui toma-me o sentimento de estranheza e surge a pergunta: por que o Governo não usa a força de milhares de voluntários integrantes de organizações não-governamentais e de entidades sem fins lucrativos para executar projetos sociais? Ninguém melhor do que um membro de uma comunidade para saber a real situação de sua própria sociedade, para contribuir com a fiscalização dos projetos de todas as naturezas, por meio dos diversos Conselhos locais. Chegou o momento de um mutirão nacional, implementado pelos Poderes Constituídos em conjunto com os cidadãos, nas mesmas trincheiras, em busca dos mesmos objetivos.

A história nos prova que o povo nunca falhou, nunca se recusou a colaborar com o engrandecimento deste País, quando chamado à responsabilidade; não decepcionou e sempre lutou e venceu, sendo a prova mais viva e presente disso o papel heróico que o povo brasileiro está exercendo na atual crise energética.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Senadores, Senhoras e Senhores, esta Casa, detentora de glórias e histórias heróicas, pode fazer mais: pode iniciar uma campanha aproveitando o potencial de milhões de brasileiros dispostos e prontos para o trabalho comunitário. A cidadania não consiste apenas em obter uma carteira de identidade de um país para exercer o direito de cidadão; ela é muito mais que isso, é o sentimento da responsabilidade na construção de um melhor lar, de um melhor bairro, de uma melhor cidade, de uma melhor nação, fraterna e solidária.

Patriotismo não é somente o amor ao solo pátrio ou saber cantar o hino nacional. Patriotismo é amar a Pátria, servindo-a permanentemente por meio da exaltação e prática dos valores morais e éticos e, mais ainda, a luta constante para o seu engrandecimento.

A Maçonaria brasileira muito fez por este País. Fez parte dos movimentos que culminaram com a proclamação da Independência, com a libertação dos escravos, com a Proclamação da República e, mais recentemente, engajou-se na campanha pelas Diretas Já. Além disso, há a participação permanente nos

movimentos sociais e ainda pode fazer muito pelo Brasil.

Assim sendo, neste momento, coloca-se à disposição para participar da execução de uma política social suprapartidária, uma vez que sua "política" é definida por seus princípios e por sua doutrina que, acima de tudo, busca tornar feliz a humanidade pelo amor, pelo aperfeiçoamento dos costumes, pela tolerância, e sempre defendendo os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Outros pontos de vista certamente existem e devem ser respeitados. Esse, porém, é o nosso caminho, o caminho da Maçonaria. Finalizo, lembrando a defesa de Voltaire à liberdade de expressão: "Não concordo com uma única palavra do que estás a dizer, mas defendo incondicionalmente o direito que a ti cabe para dizê-las".

Muito obrigado a todos.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Gim Argelo.

O SR. GIM ARGELO – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Edison Lobão; meu irmão Laelso Rodrigues, este grande maçom; Soberano do Grande Oriente do Brasil, Sr. Kalil Chater, este grande irmão, representante legítimo das grandes Lojas, meu irmão, que teve a coragem e a determinação de, hoje, no Dia do Maçom, fazer, pela primeira vez, em nossa história, esta sessão solene em sua homenagem, na mais alta Corte política do País.

Começarei falando de toda a nossa história. A partir de hoje, construiremos uma nova história. Vemos os operários da Arte Real – e toda a importância que esse dia representa – preparados para os novos desafios, tão bem expostos pelos Srs. Laelso Rodrigues e Kalil Chater.

Há uma história muito grande a trilhar de hoje em diante. A parte social do País precisa do nosso envolvimento diretamente. É a isso que nos propomos nesta data, com esta sessão e na mais alta Corte. Essa simbologia é muito relevante, pois, pela primeira vez em nossa história, nosso dia está sendo comemorado na data correta. Amanhã, como de costume, faremos esta comemoração na Câmara Legislativa, às 11 horas da manhã.

Hoje, no entanto, esta sessão tem um significado especial. Por isso, vim à tribuna apenas para dizer a V. Ex.^a, Senador amigo e irmão Mozarildo Cavalcanti, que esse ato será lembrado amanhã por ser uma atitude corajosa. V. Ex.^a conseguiu mobilizar

o que existe de melhor em nosso País: esses operários da Arte Real, que vieram aqui, nesta segunda-feira, dizer para todos nós e ao Brasil inteiro, especialmente para os Srs. Senadores, que continuam firmes e fortes no sentido de termos fraternidade, igualdade e liberdade.

Muito obrigado. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr. Presidente da Câmara Distrital de Brasília, Sr^s. Laelso Rodrigues e Kalil Chater, meu conterrâneo Francisco Gomes da Silva, da Grande Loja do Maranhão, que aqui se encontra presente, Sr^s. Maçons, Senhoras e Senhores, a homenagem que o Senado hoje presta à comunidade maçônica brasileira é de grande oportunidade e justiça.

A história da maçonaria entre nós confunde-se com a própria História do Brasil. Nossos pró-homens, que se destacaram, desde a Independência, nas mais nobres lutas pela nacionalidade eram membros da maçonaria. José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro do Reino e de Estrangeiros, foi o primeiro mandatário do Grande Oriente Brasileiro, a 17 de junho de 1822.

A influência da maçonaria brasileira contra a escravidão foi decisiva: a Lei que se chamou Euzébio de Queiroz – que foi membro do Supremo Conselho da Maçonaria – extinguiu, em 1850, o tráfico de escravos; e a Lei que se batizou de Visconde do Rio Branco – que foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil – declarou livres, em 1871, as crianças nascidas de escravas a partir daquela data.

Foram as medidas preliminares para a completa extinção da escravidão em nosso País, que tanto durou e que tantas dificuldades causaram à História do nosso País.

Na implantação da República, coube a liderança ao Marechal Deodoro da Fonseca, que viria a ser Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Seguiram-se, na formação da Nação brasileira, Floriano Peixoto, Campos Salles, Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha, Wenceslau Brás e Washington Luís, todos maçons destacados do Grande Oriente do Brasil.

Compõem essa instituição brasileira, em todas as épocas, homens de espírito público, representativos das diversas áreas da atividade humana. Formam, pois, um poderoso grupo de formadores de opinião.

Nas duas grandes guerras mundiais, colaborou para que o Brasil estivesse do bom lado. Foi no seu re-

curso para o socorro a vítimas de guerra. Influuiu nos movimentos de anistia a presos políticos nos períodos de exceção que enlutaram o Brasil. Influuiu nas lutas pela redemocratização contra os regimes de exceção.

A liberdade, a igualdade e a fraternidade, que são também princípios da Revolução Francesa, são a bandeira que os maçons desfraldam em todo o mundo. Proclamando a prevalência do espírito sobre a matéria, procuram o aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade. É importante a atuação que desenvolvem em movimentos sociais.

A maçonaria – vítima no passado de perseguições até mesmo da Inquisição – é uma instituição que honra o país no qual se instala. Sua atuação, em tantos campos de atividade, é um modelo para a formação social e moral dos jovens.

A Grande Oriente do Brasil, instalada em Brasília desde 1978, transformou-se na maior Obediência Maçônica do mundo latino.

Muitas foram as etapas vencidas pela maçonaria em âmbito internacional, desde aqueles velhos tempos medievais em que pedreiros, construtores das catedrais, fundaram as primeiras lojas maçônicas.

E o Senado está certo de que a Grande Oriente do Brasil continuará vencendo todas as etapas a que se propôs realizar. O nosso País muito precisa que prossiga sem tropeços essa atuação que, há 179 anos, tem sido tão benfazeja à nacionalidade.

Senhores maçons, se eu tivesse que resumir em duas palavras o que é a maçonaria e seus princípios, eu diria, simplesmente, que representa honra e retidão como apanágio de sua atuação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Sr. Senador Mauro Miranda enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com extremo prazer e satisfação que ocupo hoje a tribuna desta Casa para incluir-me entre milhões de brasileiros e fazer cântico em homenagem ao Dia do Maçom, nesse 20 de agosto. Uma sociedade milenar, como a Maçonaria, necessita ser constantemente evidenciada em função de seus princípios sociais, políticos e morais

o que existe de melhor em nosso País: esses operários da Arte Real, que vieram aqui, nesta segunda-feira, dizer para todos nós e ao Brasil inteiro, especialmente para os Srs. Senadores, que continuam firmes e fortes no sentido de termos fraternidade, igualdade e liberdade.

Muito obrigado. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr. Presidente da Câmara Distrital de Brasília, Sr^s. Laelso Rodrigues e Kalil Chater, meu conterrâneo Francisco Gomes da Silva, da Grande Loja do Maranhão, que aqui se encontra presente, Sr^s. Maçons, Senhoras e Senhores, a homenagem que o Senado hoje presta à comunidade maçônica brasileira é de grande oportunidade e justiça.

A história da maçonaria entre nós confunde-se com a própria História do Brasil. Nossos pró-homens, que se destacaram, desde a Independência, nas mais nobres lutas pela nacionalidade eram membros da maçonaria. José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro do Reino e de Estrangeiros, foi o primeiro mandatário do Grande Oriente Brasileiro, a 17 de junho de 1822.

A influência da maçonaria brasileira contra a escravidão foi decisiva: a Lei que se chamou Euzébio de Queiroz – que foi membro do Supremo Conselho da Maçonaria – extinguiu, em 1850, o tráfico de escravos; e a Lei que se batizou de Visconde do Rio Branco – que foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil – declarou livres, em 1871, as crianças nascidas de escravas a partir daquela data.

Foram as medidas preliminares para a completa extinção da escravidão em nosso País, que tanto durou e que tantas dificuldades causaram à História do nosso País.

Na implantação da República, coube a liderança ao Marechal Deodoro da Fonseca, que viria a ser Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Seguiram-se, na formação da Nação brasileira, Floriano Peixoto, Campos Salles, Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha, Wenceslau Brás e Washington Luís, todos maçons destacados do Grande Oriente do Brasil.

Compõem essa instituição brasileira, em todas as épocas, homens de espírito público, representativos das diversas áreas da atividade humana. Formam, pois, um poderoso grupo de formadores de opinião.

Nas duas grandes guerras mundiais, colaborou para que o Brasil estivesse do bom lado. Foi no seu re-

curso para o socorro a vítimas de guerra. Influenciou os movimentos de anistia a presos políticos nos períodos de exceção que enlutaram o Brasil. Influenciou as lutas pela redemocratização contra os regimes de exceção.

A liberdade, a igualdade e a fraternidade, que são também princípios da Revolução Francesa, são a bandeira que os maçons desfraldam em todo o mundo. Proclamando a prevalência do espírito sobre a matéria, procuram o aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade. É importante a atuação que desenvolvem em movimentos sociais.

A maçonaria – vítima no passado de perseguições até mesmo da Inquisição – é uma instituição que honra o país no qual se instala. Sua atuação, em tantos campos de atividade, é um modelo para a formação social e moral dos jovens.

A Grande Oriente do Brasil, instalada em Brasília desde 1978, transformou-se na maior Obediência Maçônica do mundo latino.

Muitas foram as etapas vencidas pela maçonaria em âmbito internacional, desde aqueles velhos tempos medievais em que pedreiros, construtores das catedrais, fundaram as primeiras lojas maçônicas.

E o Senado está certo de que a Grande Oriente do Brasil continuará vencendo todas as etapas a que se propôs realizar. O nosso País muito precisa que prossiga sem tropeços essa atuação que, há 179 anos, tem sido tão benfazeja à nacionalidade.

Senhores maçons, se eu tivesse que resumir em duas palavras o que é a maçonaria e seus princípios, eu diria, simplesmente, que representa honra e retidão como apanágio de sua atuação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Sr. Senador Mauro Miranda enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com extremo prazer e satisfação que ocupo hoje a tribuna desta Casa para incluir-me entre milhões de brasileiros e fazer cântico em homenagem ao Dia do Maçom, nesse 20 de agosto. Uma sociedade milenar, como a Maçonaria, necessita ser constantemente evidenciada em função de seus princípios sociais, políticos e morais

no contexto da história universal. Nunca é demais lembrar que os Maçons participaram ativamente de movimentos mundiais e nacionais como a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos, a Abolição da Escravatura, a Independência do Brasil e a Proclamação da República.

Entre os Maçons que orgulham a História do Brasil podem ser citados Dom Pedro I, José Bonifácio, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Visconde do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiuva, Tiradentes, Duque de Caxias e Rui Barbosa, uma sequência de nomes permeada pela incessante busca da liberdade e justiça social entre os povos. Alicerçada pelo exemplo de membros tão ilustres, a Maçonaria no Brasil transformou-se em uma parte ativa da sociedade com quatro mil, oitocentas e setenta lojas maçônicas promovendo obras sociais de toda ordem, desde a manutenção de creches e escolas, programas de combate às drogas e ajuda para centros de apoio a idosos. Em Goiás, meu Estado, são 267 lojas maçônicas, todas seguindo aquela que é a essência do autêntico Maçom: um ser que, além de ajudar o próximo, procura conhecer a si mesmo, evoluir moral e espiritualmente, eliminando seus defeitos e deficiências, tentando fortalecer suas qualidades e virtudes, de modo a poder contribuir efetivamente no processo de desenvolvimento da sociedade em todos os níveis: social, político, econômico e moral.

Em Goiás, hoje, Sras. e Srs. Senadores, duas vertentes atuam de forma efetiva e integrada para a melhoria da qualidade de vida da comunidade em geral: a Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás e o Grande Oriente do Estado de Goiás. Elas são comandadas, respectivamente, pelos Grãos Mestres Ruy Rocha Macedo e Alcides Siqueira. Entre as atividades desenvolvidas pela Grande Loja Maçônica, posso aqui destacar a participação ativa em todas as campanhas de benefício social, como as de vacinação e as filantrópicas para arrecadação de alimentos e roupas para pessoas humildes e carentes. Além disso, a Grande Loja Maçônica não se furta a debater e encontrar soluções para os problemas que afligem a sociedade. Seus membros integram os Conselhos da Comunidade, da Criança, do Idoso, do Adolescente, da Educação e da Segurança Pública.

Já a atuação do Grande Oriente do Estado de Goiás tem em uma de suas particularidades a profissionalização do menor carente. Exemplo disso é o

trabalho executado pela Fraternidade e Assistência ao Menor Aprendiz – FAMA. Responsável pelo encaminhamento do projeto, a Loja Liberdade e União mantém em atividade três estruturas operacionais: um núcleo em Goiânia, que oferece ensino fundamental e médio, além de profissionalização nas modalidades de marcenaria, floricultura, cartonagem e serviços gráficos; e as Fazendas Capivara, em Senador Canedo, e Cabeleira, em Rio Verde, responsáveis pelo treinamento em agricultura e criação de animais. O Grande Oriente ainda desenvolve outro projeto de relevante alcance social e que já desfruta de reconhecimento nacional. Denominado “Maçonaria Contra as Drogas – um Projeto em Favor da Vida”, realiza, desde 1997, debates preventivos com adolescentes e jovens sobre o risco das drogas, primando pelo realismo e seriedade, sem qualquer tipo de terrorismo ou repressão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta foi apenas uma pequena amostra do excepcional trabalho realizado pelas Lojas Maçônicas em meu Estado, que, ainda, atuam em parceria na área da educação e na erradicação da mendicância. Desde que foi plantada a primeira semente em 1951, uma série de homens abnegados passou a construir uma realidade que hoje pode ser visualizada em números: sete mil, quatrocentos e oitenta Maçons atuam em Goiás. Entre os ex-presidentes, destaque para Luiz Caiado de Godoy, Lafayette Teixeira França, João Gonçalves Borges, Urias de Oliveira Filho, Jair Assis Ribeiro, Chafic Gabriel, José Ricardo Roquette, Gumerindo Inácio Ferreira, Rubens Carneiro dos Santos e o renomado jurista Licínio Leal Barbosa, referência ética e profissional do Direito goiano.

Por todos os motivos aqui apresentados, entendo que os demais Senadores desta Casa unem-se a mim nesta justa homenagem ao Dia do Maçom. Com certeza, em cada Estado representado no Senado Federal há mais dezenas e dezenas de exemplos do trabalho social desenvolvido em 50 anos de obstinação e solidariedade. Portanto, nada mais correto do que enaltecer a ação de milhões de brasileiros que contribuem, diariamente, para o fortalecimento da Maçonaria, uma instituição universal voltada para o bem-estar do cidadão.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Suspendo a sessão por cinco minutos para que os senhores maçons recebam os cumprimentos.

(Suspensa às 15 horas e 21 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está reaberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 791, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, de autoria do Senador Maguito Vilela, que “inscreve o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria”.

Relator: Senador **Carlos Patrocínio**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, de autoria do Senador Maguito Vilela, manda inscrever o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Tal livro se encontra depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, antigo Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento edificado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, Distrito Federal.

II – Análise

O Panteão da Pátria e da Liberdade (hoje Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves) foi inaugurado em 1986 para homenagear aqueles que se destacaram na luta pela liberdade em nosso País.

No primeiro andar do edifício, destaca-se o *Livro dos Heróis da Pátria*, onde já se encontram inscritos, por mandamento legal, os nomes de Tiradentes e do Marechal Deodoro da Fonseca (ambos por determinação da Lei nº 7.919, de 1989, após conversão da Medida Provisória nº 105, de 1989), de Zumbi dos Palmares (Lei nº 9.315, de 1996) e de D. Pedro I (Lei nº 9.828, de 1999).

A proposição em exame objetiva, pois, destacar também o nome do Duque de Caxias no cenário dos grandes vultos que honraram, por seus feitos memoráveis, a História Pátria.

Trata-se, sem dúvida, de iniciativa das mais louváveis, haja vista a exponencialidade da figura de Caxias, chefe militar, Conselheiro do Estado e da Guerra, Generalíssimo dos Exércitos da Tríplice Aliança, conde, marquês, duque, presidente de províncias, deputado, senador, patricio do Império, ministro da Guerra, presidente do Conselho de Ministros, patrono do Exército brasileiro.

Graças à sua sensibilidade política e humana, pôde dedicar sua vida à manutenção da soberania do território brasileiro e à consolidação da paz e da união nacional.

Quanto ao mérito, não há como, pois, negar provimento à iniciativa do Senador Maguito Vilela de inscrever seu nome no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Da mesma forma, o projeto não afronta qualquer princípio de natureza constitucional ou jurídica.

Cumprido, no entanto, mediante emenda de redação, atualizar o nome do monumento onde está depositado o Livro e vincular a homenagem a uma data marcante da vida do homenageado, a exemplo do que ocorre com as demais inscrições existentes.

III – Voto

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, com a seguinte

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 82, de 2001, a seguinte redação:

Art. 1º Em comemoração ao bicentário de seu nascimento, inscreva-se o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Arlindo Porto** – **Hugo Napoleão** – **Moreira Mendes** – **Luiz Pontes** – **Lúcio Alcântara** – **Pedro Ubirajara** – **Romeu Tuma** – **Emília Fernandes** – **Gilvam Borges** – **Marina Silva** – **Alvaro Dias** – **Jonas Pinheiro** – **Roberto Freire** – **Casildo Maldaner** – **José Fogaça** – **Pedro Piva** – **Geraldo Cândido**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA					NEY SUASSUNA				
GILVAM BORGES	X				JOSÉ FOGACA	X			
MARLUCE PINTO					ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR					MAGUITO VILELA				
PEDRO UBIRAJARA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - PFI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO	X				FREITAS NETO				
MOREIRA MENDES	X				GERALDO ALTHOFF				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA				
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ COELHO					ROMEU TUMA	X			
CARLOS PATROCÍNIO	X				MARIA DO CARMO ALVES				
ARLINDO PORTO (PTB)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS	X				OSMAR DIAS				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	X				LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					PEDRO PIVA	X			
TEOTONIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA	X			
FERNANDO MATUSALEM (PPB)					ROMERO JUCA				
LUIZ PONTES	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY					LAURO CAMPOS (SEM PARTIDO)				
EMÍLIA FERNANDES	X				GERALDO CÂNDIDO	X			
MARINA SILVA	X				SEBASTIÃO ROCHA				
ROBERTO FREIRE	X				TIAO VIANA				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SATURNINO BRAGA				

TOTAL: 19 SIM: 19 NÃO: - ABS: -

SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/08/2001

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - EMENDA

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA	X				NEY SUASSUNA				
GILVAM BORGES	X				JOSÉ FOGAÇA	X			
MARLUCE PINTO					ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR					MAGUITO VILELA				
PEDRO UBIRAJARA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO	X				FREITAS NETO				
MOREIRA MENDES	X				GERALDO ALTHOFF				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA				
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X				IONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ COELHO					ROMEU TUMA				
CARLOS PATROCÍNIO	X				MARIA DO CARMO ALVES				
ARLINDO PORTO (PTB)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS	X				OSMAR DIAS				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	X				LÚCIO COELHO				
RICARDO SANTOS					PEDRO PIVA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA	X			
FERNANDO MATUSALÉM (PPB)					ROMERO JUCA				
LUIZ PONTES	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY					LAURO CAMPOS (SEM PARTIDO)				
EMÍLIA FERNANDES	X				GERALDO CÂNDIDO	X			
MARINA SILVA	X				SEBASTIÃO ROCHA				
ROBERTO FREIRE	X				TIÃO VIANA				
TITULAR - PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SATURNINO BRAGA				

TOTAL: 19 SIM: 19 NÃO: - ABS: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/08/2001

SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2001

Inscribe o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Em comemoração ao bicentenário de seu nascimento, inscreva-se o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.919, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1989

Inscribe os nomes de Tiradentes e Deodoro da Fonseca no Livro dos Heróis da Pátria.

LEI Nº 9.315, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996

Inscribe o nome de Zumbi dos Palmares no Livro dos Heróis da Pátria.

LEI Nº 9.828, DE 30 DE AGOSTO DE 1999

Inscribe o nome de D. Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria.

PARECER Nº 792, DE 2001

Da Comissão de Educação sobre o PLS nº 94, de 2001, de autoria do Senador Alvaro Dias, que institui o Dia Nacional do Cientista Social.

Relatora: Senadora **Marina Silva**

I – Relatório

Encontra-se em exame nesta comissão, nos termos do que dispõe o art. 102, inciso II, do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001, de autoria do Senador Alvaro Dias, destinado a instituir o Dia Nacional do Cientista Social.

A ele não foram oferecidas emendas no prazo regimental, pelo que passa a ser examinado na forma como foi apresentado pelo subscritor.

II – Análise

Fruto da Revolução Industrial, a Sociologia, propriamente dita, ou ciência da crise, porque decorrente da crise que se espalhou por toda a Europa por força da automação e da conseqüente onda de desemprego, constituiu-se numa forma de conhecer e pensar cientificamente a natureza e a sociedade.

Desenvolveu-se, em verdade, a partir do século XV, após as transformações decorrentes da expansão marítima, da reforma protestante, da formação dos estados nacionais e do comércio ultramarino, bem como do desenvolvimento científico e tecnológico que desagregaram a sociedade feudal, dando origem à sociedade capitalista.

A razão passa a ser soberana e é colocada como elemento essencial para se conhecer o mundo. Essa nova forma de conhecimento da natureza e da sociedade, na qual a experimentação e a observação são fundamentais, aparece nesse momento, representada pelo pensamento e pelas obras de diversos pensadores, entre os quais Nicolau Maquiavel, Galileu Galilei, Thomas Hobbes, Francis Bacon, René Descartes. Outros dois farão a ponte entre esses novos conhecimentos e os que se desenvolvem no século seguinte: John Locke e Isaac Newton.

No século XVIII, a burguesia comercial assume um grande poder, graças a suas relações com a manufatura, principalmente quanto a questões econômicas. O capital mercantil vai se expandindo em diversos ramos de atividade. Impõe-se, com o desenvolvimento do produto manufaturado, o desenvolvimento de novas técnicas de produção. Surgem máquinas de tecer, descaroçar algodão, bem como a aplicação industrial da máquina a vapor. É a "maquinofatura": o trabalho antes realizado com as mãos ou com ferramentas passa a ser executado pela operação da máquina. Máquinas passaram a construir novas máquinas.

Essas alterações no processo produtivo, somadas à herança cultural e intelectual do século XVII irão definir o século XVIII como um século explosivo, servindo de exemplo e parâmetro para as revoluções políticas posteriores.

No século XIX, a consolidação do sistema capitalista na Europa irá contribuir para o surgimento da Sociologia como ciência particular, como estudo científico das relações sociais, das formas de associação, destacando-se os caracteres gerais comuns a todas as classes de fenômenos sociais, isto é, aqueles que se produzem nas relações de grupos entre seres humanos. Estuda o homem e o meio ambiente em suas interações recíprocas.

A Sociologia tem encontrado no Brasil figuras exponenciais, que dedicaram suas vidas ao estudo dessas relações, na busca não apenas de explicá-las, mas de encontrar caminhos viáveis para minorar a gravidade dos problemas acarretados principalmente pelas desigualdades sociais.

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2001

Inscribe o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Em comemoração ao bicentenário de seu nascimento, inscreva-se o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.919, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1989

Inscribe os nomes de Tiradentes e Deodoro da Fonseca no Livro dos Heróis da Pátria.

LEI Nº 9.315, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996

Inscribe o nome de Zumbi dos Palmares no Livro dos Heróis da Pátria.

LEI Nº 9.828, DE 30 DE AGOSTO DE 1999

Inscribe o nome de D. Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria.

PARECER Nº 792, DE 2001

Da Comissão de Educação sobre o PLS nº 94, de 2001, de autoria do Senador Alvaro Dias, que institui o Dia Nacional do Cientista Social.

Relatora: Senadora **Marina Silva**

I – Relatório

Encontra-se em exame nesta comissão, nos termos do que dispõe o art. 102, inciso II, do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001, de autoria do Senador Alvaro Dias, destinado a instituir o Dia Nacional do Cientista Social.

A ele não foram oferecidas emendas no prazo regimental, pelo que passa a ser examinado na forma como foi apresentado pelo subscritor.

II – Análise

Fruto da Revolução Industrial, a Sociologia, propriamente dita, ou ciência da crise, porque decorrente da crise que se espalhou por toda a Europa por força da automação e da conseqüente onda de desemprego, constituiu-se numa forma de conhecer e pensar cientificamente a natureza e a sociedade.

Desenvolveu-se, em verdade, a partir do século XV, após as transformações decorrentes da expansão marítima, da reforma protestante, da formação dos estados nacionais e do comércio ultramarino, bem como do desenvolvimento científico e tecnológico que desagregaram a sociedade feudal, dando origem à sociedade capitalista.

A razão passa a ser soberana e é colocada como elemento essencial para se conhecer o mundo. Essa nova forma de conhecimento da natureza e da sociedade, na qual a experimentação e a observação são fundamentais, aparece nesse momento, representada pelo pensamento e pelas obras de diversos pensadores, entre os quais Nicolau Maquiavel, Galileu Galilei, Thomas Hobbes, Francis Bacon, René Descartes. Outros dois farão a ponte entre esses novos conhecimentos e os que se desenvolvem no século seguinte: John Locke e Isaac Newton.

No século XVIII, a burguesia comercial assume um grande poder, graças a suas relações com a manufatura, principalmente quanto a questões econômicas. O capital mercantil vai se expandindo em diversos ramos de atividade. Impõe-se, com o desenvolvimento do produto manufaturado, o desenvolvimento de novas técnicas de produção. Surgem máquinas de tecer, descaroçar algodão, bem como a aplicação industrial da máquina a vapor. É a "maquinofatura": o trabalho antes realizado com as mãos ou com ferramentas passa a ser executado pela operação da máquina. Máquinas passaram a construir novas máquinas.

Essas alterações no processo produtivo, somadas à herança cultural e intelectual do século XVII irão definir o século XVIII como um século explosivo, servindo de exemplo e parâmetro para as revoluções políticas posteriores.

No século XIX, a consolidação do sistema capitalista na Europa irá contribuir para o surgimento da Sociologia como ciência particular, como estudo científico das relações sociais, das formas de associação, destacando-se os caracteres gerais comuns a todas as classes de fenômenos sociais, isto é, aqueles que se produzem nas relações de grupos entre seres humanos. Estuda o homem e o meio ambiente em suas interações recíprocas.

A Sociologia tem encontrado no Brasil figuras exponenciais, que dedicaram suas vidas ao estudo dessas relações, na busca não apenas de explicá-las, mas de encontrar caminhos viáveis para minorar a gravidade dos problemas acarretados principalmente pelas desigualdades sociais.

A evolução da Sociologia e dos estudos sociais no Brasil teve origem em 1865, quando, sob forte influência do positivismo de Comte, é publicada a obra *A Escravatura no Brasil*, de F. A. Brandão Júnior.

Segue-se uma breve cronologia dos demais eventos relativos a essa disciplina, conforme dados levantados junto à Federação Nacional dos Sociólogos.

Em 1872, um dos precursores da Sociologia no Brasil, Sílvio Romero, publica a sua obra *Etnologia Selvagem* e, em 1883, outro precursor, Joaquim Nabuco, publica *O Evolucionismo*.

Em 1888, surge a segunda obra de importância de Sílvio Romero, *Etnografia Brasileira*.

Em 1890, Benjamin Constant, no início da República brasileira, e também sob influência do positivismo, propõe uma reforma no ensino que introduz a disciplina de Sociologia nos currículos das escolas de 1º e 2º graus. Essa reforma não chega a entrar em vigor em função do falecimento do autor.

Em 1902, Euclides da Cunha, ainda que engenheiro por formação e jornalista por profissão, dá a sua contribuição memorável para o estudo sociológico, com a publicação de *Os Sertões*.

Em 1925, por iniciativa de Fernando Azevedo, pela primeira vez a disciplina Sociologia integra os currículos dos cursos de segundo grau do tradicional colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro. A disciplina ficou a cargo do sociólogo C. Delgado de Carvalho.

Em 1928, com a reforma do ensino de Rocha Vaz, a Sociologia integra os currículos dos cursos das Escolas Normais do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e da cidade de Recife. Nessa última, a iniciativa coube aos sociólogos Gilberto Freire, de grande importância para a Sociologia brasileira e a Carneiro Leão.

Em 1931, com a Reforma de Francisco Campos, então ministro da Educação de Getúlio Vargas, ocorreria uma certa ampliação do ensino de Sociologia no nível secundário no sentido de se dar mais ênfase à formação humanística.

Em 1933, no dia 27 de maio, é organizado o primeiro curso de Sociologia no Brasil, da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Para que a Universidade de São Paulo fosse criada, era preciso que existisse uma escola da área de ciências sociais e a ESP participou desse processo como uma espécie de instituto complementar.

Nesse mesmo ano, um dos principais precursores da Sociologia brasileira, Gilberto Freire, lança o que se ria o seu livro mais importante, *Casa Grande & Senzala*.

Em 1934, é criada a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. Nesse período a Sociologia brasileira recebe o reforço de cientistas americanos e europeus, entre eles Horace Davis, Samuel Lowrie e Donald Pierson, sendo que mais tarde se agregaria Karl Oberg das EUA e Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide, George Gurvitch e Charles Moraze da França.

Também desse país vieram, mas para o Rio de Janeiro, Jacques Lambert e A. R. Radcliffe-Brown.

Em junho de 1954, é realizado o primeiro congresso de Sociologia (mas não de sociólogos) no País.

Em 1961, surge na Câmara dos Deputados o primeiro projeto de lei destinado a reconhecer a profissão e conseguir a sua regulamentação. É o PL nº 3.000, de 1961.

Em 1964, com o golpe militar de 1º de abril, a disciplina Sociologia, bem como as demais das áreas de ciências humanas (filosofia em especial), são aliadas do ensino de segundo grau no Brasil, passando-se a dar ênfase nas disciplinas de orientação tecnizantes.

Em 1967, após uma longa tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3.000, de 1961, é aprovado e vai à sanção presidencial, mas é vetado pelo general presidente Castelo Branco, com o seguinte argumento: o projeto de lei se preocupa em forçar um mercado de trabalho por meio de privilégios conferidos a uma certa classe de diplomados, bem como delimita artificialmente as atividades dos sociólogos, tornando-se, na prática, impossível distinguir o que é próprio da pesquisa sociológica e da pesquisa de outras ciências sociais.... É criado o primeiro curso de mestrado em Ciência Política, na Universidade Federal de Minas Gerais.

Em 1969, é organizado em São Paulo um grupo para constituir a Comissão Pró-Associação de Sociólogos.

Em 1985, surgem os dois primeiros Sindicatos de Sociólogos em nível estadual, nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais. Pelas legislações sindical e trabalhista anteriores, para que pudesse ser criada uma federação nacional, seriam necessárias pelo menos cinco entidades sindicais com carta sindical expedida pelo Ministério do Trabalho. A carta sindical de Minas Gerais, datada de 21 de abril daquele ano, é a primeira do País. A de São Paulo é de agosto.

Em agosto de 1995, morre o maior sociólogo do país, o professor Florestan Fernandes.

É em homenagem a esse grande intelectual brasileiro, profissional respeitado no Brasil e no exterior, que o Senador Álvaro Dias, com muita propriedade, escolheu o 22 de julho, dia em que nasceu Florestan Fernandes, para celebrar o Dia Nacional do Cientista Social.

III – Voto

Diante do exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Marina Silva**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Arlindo Porto** – **Hugo Napoleão** – **Moreira Mendes** – **Luiz Pontes** – **Lúcio Alcântara** – **Pedro Ubirajara** – **Emília Fernandes** – **Gilvam Borges** – **Roberto Freire** – **Casildo Maldaner** – **Gerson Camata** – **Pedro Piva** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Maguito Vilela** – **Geraldo Cândido** – **José Fogaça**.

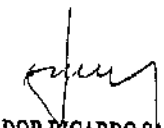
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 94/2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA	X				NEY SUASSUNA				
GILVAM BORGES	X				JOSÉ FOGAÇA	X			
MARLUCE PINTO					ALBERTO SILVA				
NABOR JUNIOR					MAGUITO VILELA	X			
PEDRO UBIRAJARA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO	X				FREITAS NETO				
MOREIRA MENDES	X				GERALDO ALTHOFF				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA				
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ COELHO					ROMEU TUMA				
CARLOS PATROCÍNIO					MARIA DO CARMO ALVES				
ARLINDO PORTO (PTB)	X				ANTÔNIO CARLOS JUNIOR				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÁLVARO DIAS					OSMAR DIAS				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	X				LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					PEDRO PIVA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA	X			
FERNANDO MATUSALÉM (PPB)					ROMERO JUCÁ				
LUIZ PONTES	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY					LAURO CAMPOS (SEM PARTIDO)				
EMÍLIA FERNANDES	X				GERALDO CÂNDIDO	X			
MARINA SILVA	X				SEBASTIÃO ROCHA				
ROBERTO FREIRE	X				TIÃO VIANA				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SATURNINO BRAGA				

TOTAL: 18 SIM: 15 NÃO: - ABS: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/08/2001


 SENADOR RICARDO SANTOS
 Presidente da Comissão de Educação

PARECER Nº 793, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2001 de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que 'institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária'.

Relator: Senador **Gerson camata**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2001, que altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que “institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária,” no sentido de estender de três para dez anos, com direito de renovação, o prazo da autorização.

Em sua justificação, apresenta o Senador Gilvam Borges excerto da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, que acompanhou o Projeto de Lei nº 1.788, de 1996, no qual fica clara a importância dessa modalidade de radiodifusão:

É inegável a importância do papel que uma estação de radiodifusão da modalidade ora proposta desempenhará na sociedade. Será através dela que membros de uma comunidade poderão conscientizar-se de suas próprias carências e recursos, necessidades e capacidades. A cultura, a arte, a educação, o folclore, dentre outros valores a serem preservados, terão nesse serviço um forte aliado. A discussão e a solução de problemas da comunidade, as opiniões e sugestões de seus membros, a informação e a divulgação de suas iniciativas encontrarão meio eficaz e eficiente de sua veiculação nas emissoras com a natureza e amplitude da modalidade de radiodifusão que ora se propõe seja instituída.

Lembra ainda o Autor que a outorga do direito de exploração da radiodifusão comunitária “só tem como destinatárias fundações ou associações civis sem fins lucrativos e com amplitude restrita à comunidade.” “Essas fundações ou associações autorizadas” – prossegue o Senador Gilvam Borges – “são sediadas na comunidade à qual destinam o seu serviço, assim como seus dirigentes têm, necessariamente, residência na localidade.”

Entende o Autor que os mecanismos de controle previstos na lei ora modificada garantem a legitimidade dos serviços, afigurando-se-lhe como irrazoável

o período de concessão em vigor, a saber, de três anos, ainda que renovável por igual período. “Ocorre que os investimentos efetuados para operacionalizar a emissora” – diz o Proponente – “não são pe que nos, considerando o ambiente carente para o qual é destinada”.

A proposta em exame esteve, nesta Comissão de Educação, à disposição dos senhores Senadores, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

II – Análise

De fato, o curto prazo de concessão pode transformar as comunidades autorizadas em reféns dos governos, por compreender em um único mandato ou por poderem estes optar pela não-renovação de autorizações concedidas em administrações anteriores. Nesse sentido, há que se concordar com o Autor, quando arrazoque tal exigência de tempo “acaba por transformar a outorga em deprimente moeda de troca, mor da ça ou, no mínimo, em mecanismo de patrulhamento ideológico da comunidade beneficiada.”

Por outro lado, não se nos afigura qualquer ameaça ao equilíbrio de forças sociais a ampliação do prazo da autorização, uma vez que todos os sistemas de controle social e estatal da atuação dessas emissoras estão contemplados na lei em pauta, que prevê a instituição, pela entidade autorizada, de um conselho comunitário composto por representantes de entidades da comunidade local. Prevê ela, ainda, os critérios técnicos e documentais para a outorga da autorização e o meio de inscrição das interessadas, bem como os critérios a serem observados na escolha, quando infrutífera a tentativa de associação das interessadas habilitadas. Discrimina, finalmente, as infrações passíveis de serem cometidas pelas entidades autorizadas, bem como as penas, que variam da advertência até a revogação da autorização.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Lei do Senado, na forma com que se nos apresenta.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. –
Ricardo Santos, Presidente – Gerson Camata, Relator – Nilo Teixeira Campos – Arlindo Porto – Hugo Napoleão – Moreira Mendes – Luiz Pontes – Lúcio Alcântara – Pedro Ubirajara – Carlos Patrocínio – Roberto Freire – (abstenção) – Eduardo Siqueira Campos – Álvaro Dias – Jonas Pinheiro – José Fogaça – Geraldo Cândido.

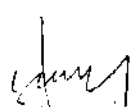
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 105 / 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER					PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA	X				NEY SUASSUNA				
GILVAM BORGES					JOSÉ FOGAÇA	X			
MARLUCE PINTO					ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR					MAGUITO VILELA				
PEDRO UBIRAJARA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO	X				FREITAS NETO				
MOREIRA MENDES	X				GERALDO ALTHOFF				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA				
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X				JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ COELHO					ROMEU TUMA				
CARLOS PATROCÍNIO	X				MARIA DO CARMO ALVES				
ARLINDO PORTO (PTB)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÁLVARO DIAS	X				OSMAR DIAS				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	X				LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					PEDRO PIVA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA	X			
FERNANDO MATUSALÉM (PPB)					ROMERO JUCA				
LUIZ PONTES	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPICÝ					LAURO CAMPOS (SEM PARTIDO)				
EMÍLIA FERNANDES					GERALDO CÂNDIDO	X			
MARJNA SILVA					SEBASTIÃO ROCHA				
ROBERTO FREIRE				X	TIÃO VIANA				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SATURNINO BRAGA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/08/2001


 SENADOR RICARDO SANTOS
 Presidente da Comissão de Educação

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

Of. nº. CE/26/2001

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 82 de 2001, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Maguito Vilela que, "Requer seja inscrito o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria".

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº. CE/27/2001

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Previdente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 94 de 2001, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Alvaro Dias que, "Institui o Dia Nacional do Cientista Social e dá outras providências".

Atenciosamente, Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº. CE/28/2001

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2001, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Gilvam Borges que, "Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária".

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura do prazo de

cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado n.ºs 82, 94 e 105, de 2001, aprovados pela Comissão de Educação, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos, por 20 minutos.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, o País inteiro surpreendeu-se com a divulgação, no final da semana passada, por parte do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – dos novos indicadores de crescimento do PIB da economia nacional no ano corrente, registrando-se uma acentuada desaceleração do ritmo da atividade econômica. Algumas controvérsias à parte sobre a metodologia das contas nacionais por parte de instituições e mesmo de empresários, é certo que recentemente houve sensível queda na taxa de crescimento neste segundo trimestre de 2001. De acordo com os dados do Instituto, foi registrada uma expansão de apenas 0,79% no segundo trimestre de 2001, comparado com o mesmo período de 2000, e decréscimo ou crescimento negativo de 0,99% em relação ao primeiro trimestre do ano de 2001. Essas estimativas contrariam expectativas que previam para o segundo trimestre deste ano expansão do PIB de 3% ou mais. Já se prevêem, com base nesses dados novos, estimativas para 2001 inferiores a 2%.

As projeções recentes para os principais parâmetros da economia brasileira para este exercício e que serviram de base para fixar metas no recente acordo acertado pelas autoridades monetárias com o FMI (crescimento estimado entre 2,7% a 2,8% ao ano, podendo chegar a 3%) terão de ser revistas, com certeza. E o que é mais importante, a desaceleração que as novas estimativas registram demonstra a severa dose de elevação da taxa básica de juros de 15,75% para 19% de março para cá. Tal fato motivou declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso de que "deve haver uma sintonia fina entre a taxa de juros e o crescimento". A elevação da taxa de juros, como se sabe, se superpõe a outros fatores de natureza recessiva, com especial destaque para a crise energética.

Como pano de fundo para a mudança da política econômica a partir de março, destaca-se a vulnerabilidade estrutural de nosso setor externo – acirrada pela desaceleração das economias centrais dos

Estados Unidos e da Europa, pela estagnação da economia japonesa e pelos efeitos colaterais da crise argentina – além das preocupações relacionadas ao recrudescimento inflacionário. O receio de termos problemas sérios no fechamento de nossas contas externas (previsão de déficits elevados nas transações correntes) foi, na verdade, o principal fator de ativação de mecanismos que inibiram o crescimento neste segundo trimestre. Destaco a elevação da taxa de juros.

Todos sabemos do impacto de uma política recessiva dessa natureza sobre a dívida pública e sobre nossa conta de juros no orçamento fiscal. Juros altos elevam o comprometimento com a despesa da dívida pública. Tais despesas forçam a produção de superávits primários mais elevados – calculados segundo a metodologia do FMI – para conter a expansão descontrolada do endividamento público. O resultado prático tem sido o corte das despesas prioritárias no orçamento fiscal, com a agravante de que menor crescimento reduz a receita pública e força maiores cortes nos gastos, já excessivamente comprimidos.

Esse quadro tem marcado nossa experiência de estabilização monetária do Plano Real – com expressivo sucesso na obtenção de taxas civilizadas de inflação – com todos os percalços e vicissitudes da instabilidade do mercado financeiro internacional sobre as economias emergentes, que tem condicionado a construção de fundamentos mais sólidos para uma trajetória de crescimento sustentado dessas economias.

Estruturalmente é necessário reconhecer que, a despeito do enorme esforço da Equipe Econômica, temos tido problemas recorrentes no fechamento do nosso balanço de pagamentos – elevado déficit em transações correntes a depender sempre de maciça entrada de capitais estrangeiros – e caminhamos relativamente pouco na estruturação e organização de um mercado de capitais doméstico. Sobre isso a nova Lei das Sociedades Anônimas pode contribuir muito, tornando-nos menos dependentes da poupança externa.

Ainda referindo-se às questões de natureza estrutural, há muito que se caminhamo no melhor ordenamento e controle dos fluxos de capitais no mercado financeiro globalizado que submetem muitas vezes economias emergentes, mesmo com bons fundamentos econômicos, a sobressaltos e restrições que desestabilizam sua trajetória de prosperidade.

Aqui entra, como não poderia deixar de ser, uma tentativa de análise sintética do novo acordo com o FMI, acertado pela Equipe Econômica há cerca de 15 dias, e debatido, na semana passada, com os Sena-

dores, em audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, ocasião em que recebemos a visita dos Ministros Pedro Malan e Martus Tavares e do Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga.

Com clareza e segurança, fomos informados, pelo Líder da ilustre Representação, Dr. Pedro Malan, Ministro da Fazenda, de que o novo pedido de apoio ao FMI tem caráter preventivo, um verdadeiro cheque especial, na linguagem do Dr. Armínio Fraga, para vencer um novo período de turbulência na economia internacional, agravada por algumas causas internas – a crise energética, em particular. Os tremores do exterior que nos alcançam são conhecidos e já mencionados: a recessão quase sincronizada dos principais dinamos da economia mundial, conforme afirmamos anteriormente, com destaque para os Estados Unidos e Europa, a estagnação japonesa e a redução dos investimentos diretos estrangeiros em nossa economia em 2001 e 2002, além da grave crise argentina.

O ilustre Ministro da Fazenda destacou que o prazo recorde das negociações com o FMI, de duas semanas, é indicativo do reconhecimento pela comunidade financeira internacional dos acertos na condução da política econômica e financeira nos últimos oito anos que, sem dúvida alguma – reconheçamos —, contribuiu decisivamente para o alcance e preservação de um ambiente de estabilidade dos preços; a retomada, ainda que incipiente, do crescimento da economia nacional; o cumprimento de todas as metas acertadas no último acordo com o Fundo; a reconstrução e fortalecimento do sistema financeiro nacional; e o esforço de controle da relação dívida pública como porcentagem do PIB.

O acordo ainda em vigor, que envolveu um limite de crédito de US\$41,5 bilhões, foi assinado em novembro de 1998 e termina em 1º de dezembro desse ano. Por conta daquele entendimento, foi disponibilizado ao Brasil, pelo FMI e BIS, cerca de US\$32 bilhões, tendo o País efetivamente sacado US\$22 bilhões, dos quais já pagou US\$18,2 bilhões. Os juros dessas operações de crédito foram da ordem de US\$1,7 bilhão e, sem dúvida, foi um dos acordos mais bem-sucedidos, envolvendo a participação do FMI, desde que eclodiu a crise asiática em 1997. A medida do seu sucesso está expressa na evolução favorável do PIB brasileiro, que evoluiu 0,9%, em 1999, e alcançou 4,46%, em 2000.

Para contrastar, recordemos ainda que os Tigres Asiáticos, então em crise, tiveram que suportar

recessões econômicas que duraram dois anos ou mais.

E o novo acordo? Será bem-sucedido? Deve ser motivo de contentamento?

Começemos pela última pergunta. Entendemos, como a maioria dos analistas, que a volta ao FMI se faz dentro de um quadro de instabilidade das condições externas do mercado financeiro internacional, associada às nossas fragilidades estruturais, conforme análise que já expomos, tanto de natureza doméstica quanto dos nossos problemas relacionados com o balanço de pagamentos.

O novo acordo com o FMI, evidentemente, deve ser considerado necessário como uma rede de proteção para a economia brasileira no biênio 2001-2002. O Fundo deverá colocar à disposição do Brasil cerca de US\$15 bilhões, por um período aproximadamente de 15 meses – do próximo mês de outubro até de dezembro de 2002. Esses recursos deverão ser suficientes para contornar a crise de financiamento no período. Mesmo economistas de oposição, como por exemplo o Dr. Paulo Nogueira Batista Jr., reconhecem (**Folha de S. Paulo** de 9 de agosto) que o novo acordo, nas circunstâncias atuais, usando suas palavras, ... "não é de todo mal..." e reconheceu que este "... foi alcançado em prazo surpreendentemente curto".

A superação de nossos problemas passa pelo controle e melhoria de nossos indicadores relativos à dívida pública e pelo equacionamento de nossas contas externas a médio prazo.

A dívida pública, sobretudo a da União, é elevada. Seu valor consolidado, em maio, alcançou R\$620 bilhões (52% do PIB). O Governo estimou que esse indicador deveria, neste ano, estar no patamar de 46,5% do PIB e agora, em função da forte desvalorização do real e da elevação dos juros, prevê o Governo uma relação de 53,4% para dezembro. Admitiu inclusive o Governo, através do Sr. Amaury Bier, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, em entrevista ao jornal **Valor**, de 9 de agosto, que só por volta de 2007 é que a relação dívida líquida/PIB deverá retornar ao patamar de 46,5%. Por si só, não existe nada de científico nesses indicadores, mas devemos recordar que o último acordo com o FMI previa que esse indicador deveria ficar estabilizado ou já apresentar uma trajetória de declínio em 2001. Essa meta está agora sendo transferida para 2007, condicionada a um sem número de ajustes, visando elevar a receita e reduzir a despesa pública nos próximos anos. O Governo deve reconhecer que o crescimento da dívida pública brasileira tem que ser controlado com maior determinação, o que dependerá não apenas da

continuidade da política de autoridade fiscal, mas também da adoção de uma política monetária menos conservadora, que reduza mais aceleradamente o nível da taxa de juros, hoje vigente.

No **front** externo, as condições da economia brasileira inspiram atenção especial. Nosso saldo (negativo) nas transações correntes não poderá ser totalmente financiado com investimentos estrangeiros diretos nesse e, aparentemente, também no próximo ano. Para vencer esse estrangulamento, mais do que nunca, precisamos de um aumento significativo de nossas exportações. Ou seja, nossas contas externas só ganharão alguma respeitabilidade se nosso setor produtivo alcançar, de modo sustentado, a capacidade de produzir divisas por meio das exportações de bens e serviços.

Estamos às vésperas da posse de um novo Ministro do Desenvolvimento e as esperanças se renovam. O Embaixador Sérgio Amaral, que substituirá o Ministro Alcides Tápias, que aliás prestou relevantes serviços ao País, parece estar bastante consciente dos problemas por que passa o setor exportador. Esperamos que S. Ex^a consiga mobilizar os meios para promover, enfim, a estruturação de uma política industrial e de comércio exterior requerida para a elevação da competitividade das nossas empresas no mercado globalizado, o que certamente exigirá a desoneração fiscal e o acesso a financiamentos mais baratos, tão reclamados pelos exportadores.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontramos em um momento decisivo na condução da política econômica de nosso País, próximo ao calendário eleitoral de 2002 que, com certeza, estimulará o debate em torno das grandes questões relacionadas com o nosso crescimento e as nossas relações com a comunidade internacional.

É necessário que esse debate tenha, como pano de fundo, determinados aspectos da realidade brasileira que não podemos deixar de considerar e que enumeramos a seguir:

Primeiramente, o de que somos um País em crescente processo de integração com a economia mundial, condicionado às suas oscilações e com compromissos firmados com a Comunidade das Nações e com a Comunidade Financeira Internacional;

Em segundo lugar, a austeridade monetária e fiscal é condição absolutamente necessária para assegurarmos a estabilidade da moeda e, portanto, os baixos índices de inflação.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES)

– Com muito prazer, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Considero que o tema que V. Ex^a se ocupa nesta tarde é realmente da maior atualidade e da maior importância. E talvez por isso mesmo, porque trata-se de uma análise conjuntural, em que V. Ex^a coloca não apenas as variações do PIB e o recente prognóstico dos meios oficiais do Ministro Pedro Malan, de que o antigo otimismo em relação à taxa de crescimento que nós tínhamos este ano foi rebaixada, eu gostaria de dizer que o que nós examinamos – diz Joseph Schumpeter – não é a realidade mas, sim, os conceitos que são mensurados e muitas vezes – diz ele – os economistas recebem esses dados dos contabilistas que auxiliam a tarefa do economista, tarefa essa que deveria ser, de acordo com ele, não apenas a de examinar o conteúdo epistemológico dos dados, mas a maneira pela qual esses dados são captados. A análise do PIB, para ce-me, deve ser precedida de uma posição crítica em relação à essa própria grandeza, no total de bens e serviços produzidos em uma economia nacional, em dado período de tempo. Percebemos haver uma visão um tanto simplista a respeito do PIB e suas variações. Os nossos 2,7% de crescimento do PIB, de acordo com esse novo cálculo e com essa nova previsão, será realmente pífio em relação aos 17% que o Japão já cresceu em determinado momento de sua existência, por volta de 1968, 1969 e 1970. Mas será um crescimento em relação ao que os Estados Unidos conseguiram crescer, durante várias décadas, que se aproxima do **no economical growth**, o crescimento econômico zero. É uma postura de alguns economistas, que afirmam que o ideal, para permanecer o capitalismo com a sua estrutura atual, seria não crescer nada, **zero economical growth** ou **no economical growth**. Agora, há algo que eu gostaria também, nessa arte da controvérsia que constitui a economia política e a economia ou **the economics**, como os neoliberais apelidam: temos um vício no Brasil que vem ainda do tempo da Colômbia, do pensamento colonial, do pensamento dominado, do pensamento de um país que, desde o princípio, foi explorado pelas relações internacionais com Portugal, Inglaterra e outros. Talvez, por isso mesmo, tenhamos ficado com esse defeito em nosso aparato conceitual. Quando o Brasil foi descoberto, e durante mais de 250 anos, era natural que nos fosse ensinado que deveríamos procurar na aquela ocasião superávit na balança comercial, ou seja, nós deveríamos exportar ao máximo as nossas riquezas. Se exportássemos ao máximo, obtendo o máximo saldo na balança

comercial, então estaríamos alcançando grande êxito. Maurice Dob, um dos maiores historiadores ingleses do século XIX afirma que “deveríamos mudar o nome”. Mudar de nome até está muito em moda neste final do atual Governo. Quando não se pode consertar a Sudam ou a Sudene, muda-se o nome. Nesse sentido, Maurice Dob julgava que deveríamos considerar que o nosso objetivo deveria ser aumentar o superávit de importações – o que hoje em dia denomina-se déficit comercial. Superávit de importações foi o que a Inglaterra fez quando dominou o mundo; é isto que os Estados Unidos fazem desde 1973. Sendo assim, deveríamos procurar aquilo que, de uma maneira distorcida, o Governo Fernando Henrique Cardoso obteve durante o período em que o Sr. Gustavo Franco ocupou a Presidência do Banco Central. A absurda sobrevalorização do real permitiu que tivéssemos um superávit de importações. Naquela ocasião, fazia parte da lógica do Real a sobrevalorização da nossa moeda: cerca de cinquenta centavos de real equivaleria a um dólar, um real seria trocado então por dois dólares. Assim importaríamos bastante para achatar a inflação interna. Os preços seriam achataados com essas importações fantásticas. Obviamente, se o Brasil conseguisse se apropriar de riqueza líquida do exterior manifestada nesse superávit das importações – como diz Maurice Dob – estaríamos enriquecendo-nos nas relações internacionais. Obviamente essas importações se sustentam provocando uma dívida externa crescente. O Brasil se endividou, para que o Plano Real aparentemente desse certo, destruindo nossas indústrias de sapato, de tecidos, de louças, destruindo nosso parque industrial, achatando os preços e, assim, tendo êxito sobre o fetiche inflacionário, sobre a taxa de inflação. Parece-me que o processo de achatar a inflação, com aumento da dívida externa e déficit na balança de pagamento – e foi isso que fizemos –, precisava ser invertido, porque não podemos continuar tomando dinheiro emprestado e aumentando a dívida externa – que já chegou ao teto –, mantendo o real estável por intermédio dessa enchente de importações a preços subsidiados pela taxa de câmbio sobrevalorizada. (A Presidência faz soar a campanha.) Parabenizo V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço desculpas ao Senador Lauro Campos para interrompê-lo, porque o seu aparte já dura dez minutos, e o tempo do orador já ultrapassou em quinze minutos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Agradeço muito a tolerância e peço desculpas por ter-me distraído. Já encerrei o meu aparte.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES)

– Senador Lauro Campos, agradeço as manifestações e o aparte de V. Ex^a, que sempre ministra para nós, neste plenário, uma verdadeira aula.

Reporto-me à última fase do seu aparte de que, se pudéssemos voltar no tempo, certamente não repetiríamos aquela fase de câmbio sobrevalorizado, que estabeleceu preços muito baixos para as importações brasileiras, alicerçado por uma taxa de juros extremamente elevada, que, em momentos de crise do mercado financeiro internacional, alcançou níveis estratosféricos – atingiu 42% na crise russa. Essa é uma das causas da nossa grande dívida pública, com todos os impactos e efeitos sobre o orçamento fiscal.

Agradeço-lhe e incorporo ao meu pronunciamento a aula de economia que V. Ex^a, professor da Universidade de Brasília, acaba de dar-nos.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES)

– Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) – Senador Ricardo Santos, parabéns-o por trazer a este plenário um tema que considero muito importante. Trata-se de uma tentativa de analisar este momento da economia brasileira, latino-americana e mundial. Esses fatos estão muito interligados. Houve na semana passada um bom debate na CAE e que é citado por V. Ex^a. Ouvi muitas interpretações – e até fantasias – sobre essa discussão. Acima de tudo, isso contribuiu para iniciarmos um processo de aprofundamento dos problemas que estamos vivendo. Recebemos os dados do IBGE, que são dramáticos – não há como colocá-los noutra patamar. O Governo precisa reagir. Esta semana é muito importante e decisiva. O Governo não pode esperar o País entrar em processo recessivo claro e aberto. Devemos reagir. Vai-se realizar uma reunião do Copom amanhã e quarta-feira. Sinceramente, declaro a minha expectativa de que a política monetária sofra uma modificação. A taxa básica elevou-se de 15 para 19%. Evidentemente, não é só esse fator. Temos vários outros fatores, tais como a crise energética, a crise da Argentina, a diminuição da atividade econômica no mundo. Há vários fatores influenciando, mas acredito que essa sinalização é importante. Ela não será uma medida irresponsável, no meu modo de pensar. Particularmente, defendo uma diminuição, mesmo que seja pontual, da taxa básica de juros. Hoje, alguns analistas – e V. Ex^a deve ter lido a respeito – estão defendendo o viés de baixa. Acredito que alguma sinalização o Governo precisa dar, para que a economia brasileira não entre em um pro-

cesso que venha agravar nossa situação social, de emprego, dos impostos e fiscal. Rodaremos nesse círculo vicioso e chegaremos à questão fiscal e não haverá superávit primário que dê conta dessa situação. Saúdo V. Ex^a, pois acredito que este debate seja importante; o Senado está entrando lentamente nele. Temos que dar essa contribuição, no sentido de trazer esse debate, porque ele é essencial em relação ao que vai acontecer no ano de 2001 e nos próximos anos no Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES)

– Agradeço-lhe o aparte, V. Ex^a. Está com toda razão. Houve uma superposição de fatores recessivos (elevação da taxa de juros, crise energética e diminuição de exportação dos países centrais) que fizeram com que houvesse uma redução acentuada das nossas expectativas de crescimento este ano.

Quero lembrar ao Senador Lauro Campos que a previsão de crescimento da economia, hoje, não é mais de 2,7% e, sim, inferior a 2% – 1,5% ou 1,7%, em função das novas expectativas. Assim, a redução e pelo menos a indicação de um viés de baixo, como disse o Senador Paulo Hartung, na próxima quarta-feira, na reunião do Copom, é de fundamental importância para que o País possa respirar.

Por último, além das questões de crescimento, um ponto fundamental dos debates que deverão prevalecer no período que vai do segundo semestre de 2001 ao final do ano de 2002, de acordo com o calendário eleitoral, é a adoção de um novo padrão de desenvolvimento, essencial para que se incorporem contingentes excluídos do progresso, condição fundamental para a consolidação democrática. Além disso, o Estado tem um papel de extrema relevância como regulador, orientador e formulador das políticas públicas para um País mais justo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Santos, o Sr. Edison Lobão, Presidente em exercício, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Melo, por 20 minutos.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, receio iniciar minhas palavras pedindo, desde logo, a complacência da Mesa, pois dois temas me trazem à tribuna no dia de hoje. O primeiro deles diz respeito à

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES)

– Senador Lauro Campos, agradeço as manifestações e o aparte de V. Ex^a, que sempre ministra para nós, neste plenário, uma verdadeira aula.

Reporto-me à última fase do seu aparte de que, se pudéssemos voltar no tempo, certamente não repetiríamos aquela fase de câmbio sobrevalorizado, que estabeleceu preços muito baixos para as importações brasileiras, alicerçado por uma taxa de juros extremamente elevada, que, em momentos de crise do mercado financeiro internacional, alcançou níveis estratosféricos – atingiu 42% na crise russa. Essa é uma das causas da nossa grande dívida pública, com todos os impactos e efeitos sobre o orçamento fiscal.

Agradeço-lhe e incorporo ao meu pronunciamento a aula de economia que V. Ex^a, professor da Universidade de Brasília, acaba de dar-nos.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES)

– Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) – Senador Ricardo Santos, parabeno-o por trazer a este plenário um tema que considero muito importante. Trata-se de uma tentativa de analisar este momento da economia brasileira, latino-americana e mundial. Esses fatos estão muito interligados. Houve na semana passada um bom debate na CAE e que é citado por V. Ex^a. Ouvi muitas interpretações – e até fantasias – sobre essa discussão. Acima de tudo, isso contribuiu para iniciarmos um processo de aprofundamento dos problemas que estamos vivendo. Recebemos os dados do IBGE, que são dramáticos – não há como colocá-los noutra patamar. O Governo precisa reagir. Esta semana é muito importante e decisiva. O Governo não pode esperar o País entrar em processo recessivo claro e aberto. Devemos reagir. Vai-se realizar uma reunião do Copom amanhã e quarta-feira. Sinceramente, declaro a minha expectativa de que a política monetária sofra uma modificação. A taxa básica elevou-se de 15 para 19%. Evidentemente, não é só esse fator. Temos vários outros fatores, tais como a crise energética, a crise da Argentina, a diminuição da atividade econômica no mundo. Há vários fatores influenciando, mas acredito que essa sinalização é importante. Ela não será uma medida irresponsável, no meu modo de pensar. Particularmente, defendo uma diminuição, mesmo que seja pontual, da taxa básica de juros. Hoje, alguns analistas – e V. Ex^a deve ter lido a respeito – estão defendendo o viés de baixa. Acredito que alguma sinalização o Governo precisa dar, para que a economia brasileira não entre em um pro-

cesso que venha agravar nossa situação social, de emprego, dos impostos e fiscal. Rodaremos nesse círculo vicioso e chegaremos à questão fiscal e não haverá superávit primário que dê conta dessa situação. Saúdo V. Ex^a, pois acredito que este debate seja importante; o Senado está entrando lentamente nele. Temos que dar essa contribuição, no sentido de trazer esse debate, porque ele é essencial em relação ao que vai acontecer no ano de 2001 e nos próximos anos no Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES)

– Agradeço-lhe o aparte, V. Ex^a. Está com toda razão. Houve uma superposição de fatores recessivos (elevação da taxa de juros, crise energética e diminuição de exportação dos países centrais) que fizeram com que houvesse uma redução acentuada das nossas expectativas de crescimento este ano.

Quero lembrar ao Senador Lauro Campos que a previsão de crescimento da economia, hoje, não é mais de 2,7% e, sim, inferior a 2% – 1,5% ou 1,7%, em função das novas expectativas. Assim, a redução e pelo menos a indicação de um viés de baixo, como disse o Senador Paulo Hartung, na próxima quarta-feira, na reunião do Copom, é de fundamental importância para que o País possa respirar.

Por último, além das questões de crescimento, um ponto fundamental dos debates que deverão prevalecer no período que vai do segundo semestre de 2001 ao final do ano de 2002, de acordo com o calendário eleitoral, é a adoção de um novo padrão de desenvolvimento, essencial para que se incorporem contingentes excluídos do progresso, condição fundamental para a consolidação democrática. Além disso, o Estado tem um papel de extrema relevância como regulador, orientador e formulador das políticas públicas para um País mais justo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Santos, o Sr. Edison Lobão, Presidente em exercício, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Melo, por 20 minutos.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, receio iniciar minhas palavras pedindo, desde logo, a complacência da Mesa, pois dois temas me trazem à tribuna no dia de hoje. O primeiro deles diz respeito à

apreciação em tor no de um fato con cre to, uma ques-
tão a respeito da qual eventualmentetenhodiscorrido
desta tribuna, relacionada ao tratamento dispensado
atualmente a precatórios que envolvem, como sem-
pre, a obrigação de pagar, por parte do Governo bra-
sileiro.

Está prestes a ser decidida pelo Tribunal Su-
perior do Trabalho uma questão de interesse dos
professores da Universidade Federal do Rio Grande
do Norte. Tendo sido esgotados os recursos em to-
das as instâncias sobre um direito que postularam
administrativamente, e depois judicialmente, che-
gou-se ao final com uma decisão favorável aos pro-
fessores. Essa decisão ensejou a expedição de um
precatório a fim de que o Governo Federal pagasse
o que a Justiça reconheceu como devido aos pro-
fessores do Rio Grande do Norte. Amanhã vai ser
julgado o recebimento ou não de uma ação rescisó-
ria, com efeito suspensivo, por meio da qual o Estado
brasileiro procura sustar a execução de uma decisão ju-
dicial transitada em julgado.

Em primeiro lugar, desejo expressar com clare-
za minha solidariedade aos professores, porque per-
correram, na discussão do seu direito, os caminhos
institucionais. Não optaram por itinerários atípicos,
heterodoxos; percorreramoscaminhosinstitucionais.
E a instituição brasileira encarregada de dirimir as
questões e controvérsias de direito, que é a Justiça,
reconheceu o direito que estava sendo postulado.

O que me traz à tribuna não é apenas o desejo
de expressar essa solidariedade, mas também o re-
gistro de uma estranheza que tenho em relação ao
fato de que, na prática processual brasileira, a ação
rescisória deixou de ter a sua característica funda-
mental, que é a propositura de uma nova ação por
meio da qual se procura provar que, na ação anterior,
houve fatos não apreciados ou não conhecidos devi-
damente que levaram a Justiça a tomar decisões
equivocadas, portanto, fatos novos, como seria, por
exemplo, a revelação de que o juiz decidiu sob pres-
são, sob coação, sob ameaça, e que a sua sentença,
portanto, teria sido diferente se isso não tivesse ocor-
rido. Isso, sim, é que ensinaria a propositura de uma
ação rescisória. Mas estamos, no Brasil, transforman-
do a ação rescisória numa verdadeira nova instância
recursal. Esgota-se o processo, a decisão final da
Justiça é proferida, emite-se o precatório, que nada
mais é que um documento por meio do qual a Justiça
comunica ao Po der Públi co que ele foi con de na do em
última instância e que deve cumprir a condenação.
Mas o Poder Público, sistematicamente, independen-
te do conteúdo da ação, recorre à ação rescisória

como forma de protelar o cumprimento da obrigação
que a Justiça lhe está impondo.

Nós, do Congresso Nacional, alteramos a Cons-
tituição Federal para dar ao Estado um direito que o
cidadão não tem, que é o de pagar precatórios em
dez anos. Uma vez condenado, o cidadão terá que
pagar imediatamente aquilo que deve ao Po der Públi-
co. Nenhum cidadão pode alegar que não paga por-
que aquela obrigação não está no seu orçamento ou
porque não pode, por que não dispõe de re cur sos. Ele
tem que pagar. Quando se trata do Estado, ou seja,
para que o Esta do pague ao ci da dão, nós, Cong res so
Nacional, de mos a ele o di re i to de pa gar em dez anos
aos cidadãos aquilo que reconhecidamente deve.
Como se não bastasse isso, instituiu-se agora a ação
rescisória com efeito suspensivo. Ação rescisória, por
definição, é uma outra ação; não é um recurso dentro
da ação transitada em julgado. E um dos fundamen-
tos, uma das justificativas, uma das condições para
que uma ação rescisória seja aceita é que haja algo
novo a ser discutido no litígio a que se refere. E as
ações rescisórias estão sendo sistematicamente
apresentadas para discutir o que já está discutido e
para pedir à Justiça que julgue de novo o que ela já
julgou.

Por tudo isso entendo que o pagamento das
obrigações do Estado brasileiro precisa ser equilibra-
do como o direito que têm os cidadãos de pagar as
suas obrigações ao Estado brasileiro. É por esse mo-
tivo que abro o meu pronunciamento com este regis-
tro, expressando não apenas minha solidariedade
aos professores, manifestando não apenas a minha
esperança de que a Justiça encontre os caminhos
para garantir o direito que já lhes reconheceu, mas
como uma forma também de consignar a minha in-
conformidade com a maneira como, com a cumplici-
dade do Congresso Nacional, está-se tratando hoje a
questão das obrigações financeiras do Estado brasi-
leiro para com os cidadãos.

O se gun do as sun to que me traz à tri bu na é fruto
dos levantamentos que fiz no período de recesso,
percorrendo as várias regiões do meu Estado. Tra-
ta-se de um assunto velho, cansado por si mesmo e
cansativo, um as sun to que, aos ou vi dos e à sen si bi li-
dade dos brasi le i ros de outras regiões, é en fa do n ho e
aparentemente exaurido: a seca no Nordeste.

Para discorrer sobre esse tema, já ocupei esta
tribuna muitas vezes. Entretanto, estive no Rio Gran-
de do Norte durante o mês de julho, acompanhando a
situação que o Estado atravessa e verifiquei, com
profunda preocupação, a maneira como a questão
está sendo tratada neste ano.

Participei, naquele Estado, de três encontros a que estavam presentes não apenas representantes de instituições envolvidas com o trabalho técnico relacionado à agricultura e à pecuária do Estado, mas também e sobretudo de sindicatos de trabalhadores rurais, de organizações da sociedade, da Igreja Católica, estudiosos, pensadores. Todos discutiram o assunto de maneira serena, objetiva, pretendendo chegar a proposições que, afinal, foram escritas e substanciadas num documento chamado Carta de Santana. O documento recebeu esse nome por ter sido assinado no momento em que, na cidade de Caicó, onde se realizava o último desses encontros, também se celebrava uma das mais tradicionais festas da região, a festa da padroeira do Município, Nossa Senhora Santana.

Essa carta começa com um texto bastante breve, que me permito ler, pois é presumivelmente encaminhada ao Senhor Presidente da República. Tendo participado do encontro, fui convocado pelos seus integrantes a cumprir um dever que tenho como Senador da República, representante do Rio Grande do Norte nesta Casa. Eles me diziam, com toda a razão, que, se a sociedade desejava expressar claramente uma posição e se ali estava presente um Senador, este Senador tinha o dever de transformar-se no porta-voz da sociedade, transmitindo aquela mensagem ao País e às autoridades responsáveis pelas questões tratadas.

O documento, datado de 25 de julho de 2001, contém esta mensagem ao Senhor Presidente da República:

Os produtores rurais, as entidades de classes trabalhadoras e patronais, a Igreja, órgãos públicos e privados, e o Fórum de Secretários da Agricultura do Nordeste, após amplo debate com a sociedade civil organizada, através da realização de fóruns públicos e seminários, reunidos, por último, na cidade de Caicó, Rio Grande do Norte, localizada geograficamente entre os cinco maiores núcleos de desertificação do Brasil, referendam e defendem a imediata implantação das recomendações contidas no documento intitulado "Carta de Santana, Ações Sustentáveis de Convivência com a Estiagem no Semi-árido".

As ações e medidas, de caráter meramente emergencial e compensatório, não cabem mais a uma região que, desde 1707, lida com esse fenômeno climático, sem que

as autoridades nacionais assumam nossa realidade e implementem uma política pública estruturadora e permanente que torne o semi-árido nordestino viável e sustentável, tanto quanto outras regiões de clima árido espalhadas pelo globo terrestre.

Na certeza de que o Governo de Vossa Excelência não deseja, em pleno terceiro milênio, fazer parte da triste literatura registrada desde o início do século XVIII, de descaso e irresponsabilidade, que levaram milhares de nordestinos ao sofrimento da fome e da sede, encaminhamos-lhe as propostas contidas na Carta de Santana, legitimadas e ratificadas no seminário de "Ações Sustentáveis de Convivência com a Estiagem no Semi-árido".

Este documento termina por propor duas linhas de conduta. A primeira refere-se a ações emergenciais para lidar com a situação, que já está criada. Hoje estamos vivendo um ano de dificuldades com a seca, que devasta praticamente todo o semi-árido e transborda com seus efeitos para as áreas úmidas mais próximas do litoral, em toda a região.

Propõe-se, concretamente, um programa de ações imediatas de enfrentamento das consequências da estiagem, ao lado do que eles chamam de atividades estruturantes no segmento de recursos hídricos capazes de manter e/ou absorver mão-de-obra, atividades econômicas capazes de manter as famílias nas suas unidades produtivas, atividades de infraestrutura socioeconômica de natureza pública e/ou privada capazes de manter e/ou absorver mão-de-obra, produção de materiais para obras comunitárias, ações estratégicas na área de educação e qualificação profissional para convivência com o ambiente semi-árido, estabelecimento de medidas creditícias para dar suporte às atividades de investimento e custeio das propriedades rurais. Trata-se de uma lista dos principais temas discutidos nos seminários.

As reuniões iniciaram-se na cidade de Parelhas. Uma semana depois, um novo encontro deu-se na cidade de São João do Sabugi. O terceiro encontro ocorreu na cidade de Caicó, onde foi assinada essa Carta de Santana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em relação ao que está sendo feito para lidar com a situação de emergência, gostaria imensamente que esta Casa compreendesse a natureza desse problema. O Nor-

deste não é uma região de calamidade pública. Se o Nordeste fosse um país, seria um grande país, com quase 50 milhões de habitantes. O Nordeste também não é um peso nas costas do Brasil.

Para não me alongar sobre o assunto, darei uma única informação sobre a contribuição do meu Estado ao nosso País. Hoje, o Rio Grande do Norte é o segundo produtor de petróleo do Brasil, contribuindo para o abastecimento nacional com 110 mil barris/dia. Trata-se de petróleo de excepcional qualidade, do qual se está extraindo, por exemplo, um tipo de óleo diesel de tal qualidade que segmentos importantes consumidores desse produto prefeririam pagar um sobrepreço para obterem o óleo diesel do Rio Grande do Norte, pelo simples fato de que a sua alta qualidade reduziria o desgaste das suas frotas, dos seus motores e equipamentos acionados a óleo diesel.

Cada barril de petróleo produzido, em terra e no mar, tem um custo médio de US\$5. Isso significa que o gasto para produzir 110 mil barris é de US\$550 mil por dia. Mas, 110 mil barris de petróleo, a um preço médio que oscilou ao redor de US\$25 dólares nos últimos 12 meses, significam US\$2,75 milhões diários.

Se o Rio Grande do Norte substituir a importação de 110 mil barris de petróleo, que custariam US\$2,75 milhões, a um custo de US\$550 mil, o meu Estado está contribuindo com o País, apenas com o petróleo que produz, com o equivalente a US\$2,2 milhões/dia.

Portanto, não se trata aqui do discurso de um povoador mendigando a caridade do País, do mesmo modo que não se trata de alguém que esteja defendendo que o País torne viável uma região inviável.

O nosso Estado tem hoje uma atividade rural florescente, com tecnologia de ponta em irrigação, um potencial extraordinário. Para que os senhores tenham idéia da importância desse potencial, eu narrei a esta Casa o que ouvi, anos atrás, de um professor de Piracicaba chamado Júlio Seabra – autor de um livro clássico sobre uva chamado *A Uva no Brasil* –, quando ele me perguntou se eu sabia por que, no mundo inteiro, se come passas no Natal, e eu respondi que não sabia. Ele me explicou que a passas nada mais é do que uva de mesa seca; e o hábito de consumir uva de mesa seca, no Natal, deve-se ao fato de que não existe, no mundo, uva de mesa fresca naquele período do ano. E concluiu: quando vocês, no Nordeste, forem produtores de uva de mesa, vão colher essa fruta precisamente no Natal, quando o mundo não tem nenhuma para consumir.

Sr. Presidente, vejo que o meu tempo está esgotado e, por isso, renovo o meu apelo à condescendência de V. Ex^a.

Nessa região, existe um grande território com características fisiográficas semi-áridas, onde o tipo de agricultura que se faz é a de sequeiro, e não a de irrigação, sobre um solo cuja espessura média é de 25 centímetros. Esse solo, que não existe nas terras altas, porque a erosão já descobriu o cristalino, que está embaixo, se reúne nos baixios, onde algum tipo de agricultura pode ser praticado.

O pequeno proprietário e o pequeno agricultor sem terra implantam a sua agricultura em condições lotéricas, porque plantam a semente em um dia, esperando que chova no outro, e vai cho ver um mês depois, ou, quando a plantinha já chegou a um ponto que gostaria que não tivesse chuva por uma semana, chove nessa semana. Esse é um produtor que vive no limite da sobrevivência, porquanto a sua atividade tem um nível de produtividade baixa e um componente de risco extremamente elevado. Uma oscilação, mesmo pequena, na precipitação pluvial é suficiente para dizimar a sua cultura. Sem nenhum tipo de capitalização, essa pessoa, que vê estiolada toda a sua possibilidade de auferir alguma renda naquele ano, sabe que por um ano dependerá de que alguma coisa aconteça para prover a sua sobrevivência.

Aqui, eu recorro a um argumento reiteradamente usado neste plenário, por exemplo, pelo nosso eminente colega Senador Eduardo Suplicy, quando S. Ex^a defende a tese de que este País precisa assegurar ao cidadão, ao brasileiro que não tenha uma renda mínima para sobreviver, que lhe seja garantida uma renda mínima. Esses são brasileiros cuja perspectiva de pequena renda se dissolveu na realidade de uma seca. Talvez não haja brasileiro mais natural do que esse como candidato a um programa de garantia de renda mínima.

Infelizmente, no Nordeste, os programas de garantia de renda mínima têm nomes assim: Frente de Serviço, Frente de Trabalho, e daí a chamá-los de indústria da seca é um pequeno passo. Quando, em São Paulo, se faz um programa de frentes de serviço para combater o desemprego, isso é programa de garantia de renda mínima. No nordeste, é indústria da seca, é desperdício, é jogar dinheiro fora.

Talvez aí esteja a grande razão de, a cada ano, quando se inicia a seca, sermos, permitam-me a expressão, apinhados de calças na mão. É que sempre encaramos a seca como um drama, quando ela nada mais é do que uma característica do meio ambiente onde vivemos.

Vivemos numa região, Senador Paulo Hartung, em que não ocorrem as quatro estações do ano, como nas de clima temperado. Vivemos numa região que, mesmo nos anos de precipitação fluvial adequada e satisfatória, tem o seu período anual dividido em duas estações, que podem ser chamadas simplesmente de estação das chuvas e estação da seca. A estação seca dura sempre meio ano, quer tenha ou não chovido.

A existência dessa característica do nosso clima é algo que deveria ter sido levada em consideração desde o começo. Deveríamos ter criado formas de permitir o desenvolvimento de uma atividade econômica adaptada a essa realidade do nosso meio ambiente.

Repetirei o que já disse três ou quatro vezes aqui, em oportunidades diferentes. Na maioria dos países europeus, durante o inverno, a neve recobre toda a vegetação, queima tudo, dizima o que ali está. Imaginem se, na Europa, tivessem querido primeiro acabar com a neve, para, depois, fazer desenvolvimento, como estaria o mundo hoje?

No Nordeste, quando a ação do poder público se fez, foi por meio da primeira agência que se criou ali, que já se chamava Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, substituída pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, que ainda hoje aí está.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Com muita honra, Senador Ricardo Santos.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – Ouço com muita atenção e interesse o pronunciamento de V. Exª, Senador Geraldo Melo. Gostaria de parabenizá-lo pelo seu posicionamento. Realmente, V. Exª destaca os chamados projetos estruturantes que poderiam, de uma maneira permanente, assegurar uma vida condigna e uma renda duradoura para os agricultores do semi-árido brasileiro. V. Exª chama a atenção para essa Carta de Santana que aponta para essas soluções, seja para a melhoria da estrutura hídrica dessas regiões, seja para investimentos em pesquisa que venham dotar essas regiões de uma agricultura adequada às suas peculiaridades do ponto de vista do clima e do solo. É interessante lembrar que não faltam projetos. No Ministério da Integração Nacional, encontra-se já concebido e gestado um programa importante voltado para a região semi-árida brasileira, do qual participei numa época em que eu era Secretário do Planejamento do Governo do Espírito Santo. Buscava tal projeto seguir as várias linhas

de projetos, algumas delas citadas por V. Exª na Carta de Santana e de acordo com vários encontros regionais realizados no Rio Grande do Norte. Gostaria de parabenizá-lo. O pronunciamento de V. Exª é muito feliz. Espero que sirva de alerta para o Governo Federal, a fim de que tire da gaveta alguns programas formulados e que se assemelham a este apontado por V. Exª. Parabéns.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Muito obrigado, Senador Ricardo Santos. O comentário que faço a respeito do que disse V. Exª é que, infelizmente, muitas das coisas que se escreveram ninguém leu. Sugiro às autoridades envolvidas nesse assunto que dediquem quinze minutos do seu tempo à leitura deste documento, porque contém sugestões concretas, simples, baratas, algumas para lidar com situações de emergência e outras para evitar que tal situação se repita no futuro.

Sr. Presidente, peço a V. Exª que me conceda apenas o tempo necessário para apresentar algumas observações que considero fundamentais em relação ao que está ocorrendo neste momento. Com isso, encerrarei minhas palavras, obviamente se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero apenas lembrar a V. Exª que já ultrapassou em mais de 50% o tempo regulamentar.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Estou ciente disso e só faço esse pedido na certeza de que conto com a generosa compreensão de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS.) – V. Exª não o fazia quando era Presidente.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – O Senador Pedro Simon cobra minha postura como Presidente da sessão quando era Vice-Presidente da Casa. Havia apenas algumas exceções: uma habitual era para o próprio Senador Pedro Simon, a quem peço o testemunho.

Sr. Presidente, registro apenas que estamos hoje com um problema sério na região, porque, primeiramente, o Presidente da República foi aconselhado a fechar a Sudene às vésperas de uma seca. A Sudene é uma Instituição com uma grande experiência nesse assunto, e essa experiência não pôde ser mobilizada no momento em que a seca se instalou.

Tenho certeza de que, a contragosto, o Ministro Raul Jungmann, talvez apenas pelo fato de ser nordestino, foi levado a coordenar um programa de emergência para o Nordeste à frente de um Ministério que cuida de reforma agrária e não especificamente de Nordeste. E alguns equívocos graves ocorreram.

Não entendo, por exemplo, a falta de compreensão para a postura que assumiram os prefeitos do Nordeste. O município, que, há dois anos, recebia duas mil cestas básicas para distribuir a duas mil famílias atingidas pela seca, só teve direito a receber, neste ano, a metade ou menos do que isso. Cabia a esse prefeito dizer àquela multidão desamparada quem havia sido sorteado para receber a cesta e quem deveria se conformar em sobreviver sem ela. Essa foi uma forma de estabelecer um conflito que o Presidente da República certamente não deseja e que resolverá – mas depois de se ter suscitado uma onda de indignação contra ele em todo o Nordeste.

Quando um prefeito dizia que não buscava as cestas por não ter condições de avisar a mil famílias que não as receberiam, ouviu-se a notícia de que o Governo cogita de denunciar os prefeitos ao Ministério Público. Essa atitude nem do ponto de vista político, num ano pré-eleitoral, consigo compreender. Há equívocos como o da definição do número de famílias em cada município, que poderia ser incorporado ao programa.

Senador Iris Rezende – que conhece esse problema tão bem, como ex-Ministro da Agricultura –, quanto ao Estado do Rio Grande do Norte, pelos critérios adotados, por meio dos quais se chegava ao número de pessoas que poderiam ser incluídas no programa, partindo-se da população rural calculada pelo IBGE e fixando-se o número em um oitavo da população rural, chegou-se a um Município como Serra do Mel, cujo prefeito ninguém pode chamar de picareta. Trata-se de um ex-Governador do Rio Grande do Norte, o Sr. Cortez Pereira. No referido Município, consoante os critérios aplicados, poderiam ser inscritas no programa quatro pessoas. Segundo os critérios do IBGE, praticamente 100% da população era urbana.

Curiosamente, foi no município criado em consequência da implantação de um projeto rural, o Projeto das Vilas Rurais, criado pelo Governador Cortez Pereira, que semeou 44 mil hectares de cajueiro e distribuiu na sua área ocupada mais de 20 vilas rurais, cada uma delas com o nome de um Estado brasileiro. Porém, como as pessoas moram na vila, pelos critérios adotados, quem mora numa vila é população urbana. E, como tal, o habitante de uma vila rural reside em zona urbana. Portanto, esse município não tem, dentro desses critérios, população rural, embora 100% da sua população seja rural.

Deploro esses equívocos, espero que sejam resolvidos e que haja a humildade necessária de reconhecer que isso não está servindo à população e muito menos à imagem de um Governo sério, como é o do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, tenho certeza, deseja fazer o melhor para o Nordeste e para os nordestinos, sobretudo numa hora como esta.

Sr. Presidente, muito obrigado pela condescendência de V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GERALDO MELO EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

CARTA DE SANTANA

AÇÕES SUSTENTÁVEIS DE CONVIVÊNCIA
COM A ESTIAGEM NO SEMI-ÁRIDO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Os produtores rurais, as entidades de classe, as trabalhadoras e patrões, a Igreja, órgãos públicos e privados, e o Fórum de Secretários da Agricultura do Nordeste, após amplo debate com a sociedade civil organizada, através da realização de fóruns públicos e seminários, reunidos por último, na cidade de Caicó-RN, localizada geograficamente entre os cinco maiores

núcleos de desertificação do Brasil, referenda e defende a imediata implantação das recomendações contidas no documento intitulado "Carta de Santana, Ações Sustentáveis de Convivência Com Estiagem no Semi-árido".

As ações e medidas, de caráter meramente emergencial e compensatorias, não cabem mais a uma região que desde 1707 lida com esse fenômeno climático, sem que as autoridades nacionais assumam nossa realidade, e implementem uma Política Pública Estruturadora e Permanente que tornem o Semi-árido Nordeste viável e sustentável, tanto quanto outras regiões de clima árido dos espalhados pelo globo terrestre.

Na certeza que o Governo de Vossa Excelência não de seja empenhado no terceiro milênio, fazer parte da triste literatura registrada desde o início do século XVIII, de descalos e irresponsabilidade que levaram milhares de nordestinos ao sofrimento da fome e da sede, encaminhamos-lhe as propostas contidas na Carta de Santana, legitimadas e ratificadas no Seminário de "ações sustentáveis de convivência Com a estiagem no semi-árido".

Caicó(RN), 25 de julho de 2001.

FÓRUM DOS SECRETÁRIOS DE
AGRICULTURA DO NORDESTE
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CAN
COMISSÃO NACIONAL DE ASSUNTOS DO NORDESTE
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES

NA AGRICULTURA - CONTAG

SEMINÁRIO: AÇÕES SUSTENTÁVEIS DE CONVIVÊNCIA
COM A ESTIAGEM NO SEMI-ÁRIDO
"CARTA DE SANTANA"
CAICÓ _ RNPROPOSTA DE CONVIVÊNCIA
COM A SECA NOS ESTADOS DO NORDESTE
AFETADOS PELO FENÔMENO NO ANO 2001

Caicó, 25 de julho de 2001

APRESENTAÇÃO

O presente documento foi originado, inicialmente, de uma proposta elaborada pela Secretaria da Agricultura e da Pecuária do Rio Grande do Norte, discutida e referendada pela Federação dos Municípios do Estado, que congrega as diversas associações regionais dos Prefeitos; pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETARN; Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte – FAERN e pela Associação Norte-rio-grandense dos Criadores – ANORC.

Referida proposta foi apresentada e discutida por ocasião da Reunião Extraordinária do Fórum Nordeste de Secretários de Agricultura, realizada em Natal no dia 23 de maio do corrente ano, que contou com a participação da CNA, CONTAG e Igreja Católica do Rio Grande do Norte, e ratificada no Seminário de Ações Sustentáveis de Convivência com a estiagem no Semi-árido.

1. Introdução

Doponto de vista climático, a característica fundamental do semi-árido é o regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade, concentração e

má distribuição das precipitações pluviométricas. A seca periódica que ocorre na região, é um fenômeno natural, característico dessa parte do Nordeste brasileiro, com picos cíclicos, que nos últimos vinte anos, estão se acentuando.

O impacto das estiagens é complexo e diferenciado, não só pelas condições naturais da área, mas também, pelo contingente populacional, qualificação da mão-de-obra existente, nível de atividade econômica, disponibilidade de tecnologias e estágio de desenvolvimento dos diferentes segmentos da sociedade. A agropecuária é fortemente envolvida, reduzindo-se drasticamente os níveis da produção agrícola e dos efetivos animais, limitando as possibilidades de renda e sobrevivência das unidades de produção. A seca, por conseguinte, afeta a economia, a sociedade e o meio ambiente. Ela desnuda de forma gritante o estágio de pobreza em que vive a maioria da população rural, principalmente, o grande contingente de agricultores (a) familiares e trabalhadores rurais que ocupam exíguas extensões de terra e se dedicam a uma agricultura baseada em lavouras temporárias. Para essa população, a seca significa, sobretudo, a falta de alimento e renda, impondo ao agri-

cultor familiar sua saída de suas unidades de produção em busca de alternativas de sobrevivência.

Esse quadro vem se mantendo historicamente, em função da ausência de um Projeto Nacional de Ações Permanentes e Sustentáveis de Convivência com o Semi-Árido Brasileiro.

Esta proposta contém ações emergenciais e estruturantes, pautadas numa gestão democrática e transparente, com controle social a partir dos conselhos representativos da sociedade.

Por outro lado, é preocupante a falta de interlocução regional e nacional face as modificações institucionais recentes nesse grave momento de mais uma estiagem na região. Agrava ainda o quadro, a proposta do Governo Federal que estabelece racionamento de energia, baseada na média dos meses de maio junho e julho de 2000. Esta medida vai de encontro a realidade principalmente da agricultura irrigada, cuja demanda é concentrada nos meses de outubro, novembro e dezembro. Ademais, o ano em referência foi atípico, pois os índices pluviométricos na maioria dos estados ficaram muito acima da média histórica.

Não é de mais acrescentar, que as atuais políticas creditícias para o Nordeste e em especial para o semi-árido, tem contribuído muito mais para o endividamento e desmantelamento do setor produtivo, do que para a sua sustentabilidade.

2. Objetivos

? Gerar renda para as famílias afetadas pela estiagem;

? Assegurar o abastecimento d'água da população atingida pela estiagem;

? Estabelecer um programa de segurança alimentar para as populações afetadas;

? Fortalecer a dignidade e a cidadania da população nordestina atingida pela estiagem, com ações educativas e de qualificação profissional de convivência com o semi-árido;

? Minimizar os impactos negativos da seca sobre as atividades produtivas, principalmente o setor agropecuário.

3. Ações Previstas**3.1. AÇÕES IMEDIATAS DE ENFRENTAMENTO DAS CONSEQUÊNCIAS DA ESTIAGEM;**

3.1.1. Distribuição temporária de cestas básicas sob controle e distribuição dos Conselhos Municipais;

3.1.2. Abastecimento de água em comunidades, mediante carros pipa programado pelos Conselhos Municipais e executado pelo Exército;

3.1.3. Recuperação e instalação de poços já perfurados;

3.1.4. Ampliação dos pontos de captação de água nas adutoras existentes;

3.1.5. Ampliação da rede de dessalinizadores;

3.1.6. Priorização do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e de Bolsa Escola para as famílias rurais atingidas;

3.1.7. Estabelecimento de uma remuneração no valor de um salário mínimo vigente, para assegurar condições de vida mínima aos trabalhadores rurais e agricultores familiares, que vão ser in-

ridos nas linhas de ação do Programa de Convivência com a Seca 2001;

3.1.8. Antecipação do 13º Salário aos agricultores enquadrados como segurados especiais no regime de Previdência Social;

3.1.9. Liberação dos processos de aposentadorias rurais repressados, oriundos dos municípios incluídos na estiagem;

3.1.10. Garantia de suprimento de rações para o rebanho utilizando inclusive, a remoção de estoques governamentais.

3.2. ATIVIDADES ESTRUTURANTES NO SEGMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS CAPAZES DE MANTER E OU ABSORVER MÃO-DE-OBRA.

3.2.1. Construção/recuperação de cisternas;

3.2.2. Construção/recuperação de açudes;

3.2.3. Desassoreamento dos açudes mediante aprofundamento dos porões;

3.2.4. Despoluição, desobstrução e abertura de rios e canais;

3.2.5. Construção de barragens assoreadoras e submersas;

3.2.6. Construção de chafarizes;

3.2.7. Construção/recuperação de poços amazonas;

3.2.8. Construção de adutoras ampliando sua rede de capilaridade.

3.3. ATIVIDADES ECONÔMICAS CAPAZES DE MANTER AS FAMÍLIAS NAS SUAS UNIDADES PRODUTIVAS.

3.3.1. Agricultura de sequeiro;

3.3.2. Erradicação das soqueiras de algodão;

3.3.3. Recuperação e beneficiamento do sisal;

3.3.4. Coroamento, poda e limpeza dos cajueirais;

3.3.5. Agricultura irrigada;

3.3.6. Culturas de vazantes;

3.3.7. Conservação do solo;

3.3.8. Pecuária leiteira;

3.3.9. Artesanato;

3.3.10. Garimpagem.

3.4. ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DE NATUREZA PÚBLICA E/OU PRIVADA CAPAZES DE MANTER E/OU ABSORVER MÃO-DE-OBRA.

3.4.1. Construção/recuperação de prédios públicos priorizando escolas, postos de saúde e áreas de lazer;

3.4.2. Calçamento e/ou recuperação de ruas;

3.4.3. Saneamento básico com prioridade para rede de esgoto;

3.4.4. Construção/recuperação e ampliação de casas no meio rural;

3.4.5. Recuperação e melhoria de estradas vicinais com pavimentação de pedra;

3.4.6. Construção de privadas e fossos sépticos no meio rural.

3.5. PRODUÇÃO DE MATERIAIS PARA OBRAS COMUNITÁRIAS

3.5.1. Produção de Tijolos;

3.5.2. Produção de telhas;

3.5.3. Produção de brita;

3.5.4. Produção de paralelepípedos.

3.6. AÇÕES ESTRATÉGICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, PARA CONVIVÊNCIA COM O AMBIENTE SEMI-ÁRIDO.

3.6.1. Alfabetização de jovens e adultos conjugada com cursos profissionalizantes;

3.6.2. Cursos de formação para o exercício da cidadania;

3.6.3. Cursos de capacitação em tecnologias de convivência com a seca.

3.7. ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS CREDITÍCIAS PARA DAR SUPORTE AS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO E CUSTEIO NAS PROPRIEDADES RURAIS.

3.7.1. Prorrogação automática dos vencimentos dos empréstimos agropecuários vencidos e vincendos, até que se restabeleçam as condições de normalidade climática sempre das do rebates e bônus previstos.

3.7.2. Prorrogação automática do Fina me agrícola, até que se restabeleçam as condições de normalidade climática nas atividades produtivas agropecuárias;

3.7.3. Prorrogação, por mais 90 (noventa) dias, dos prazos para adesão e negociação previstos na Lei nº 10.177, de 12-1-2001, estabelecendo-se que o período de estiagem seja considerado como carência;

3.7.4. Estabelecimento de critérios de aplicação dos recursos objeto da Lei nº 10.193, de 14 de fevereiro de 2001, de modo a contemplar todos os Estados de forma proporcional à população atingida;

3.7.5. Criação de linha específica para importação pelas agroindústrias regionais de matérias-primas para produção de ração animal;

3.7.6. Implantação do Plano Agrícola Nordeste 2001/2002, proposto pelo CNA (em anexo);

3.7.7. Anistia das dívidas para os créditos contraídos pelos agricultores familiares, decorrentes da incapacidade de pagamento gerada pelas políticas econômicas e pela irregularidade climática que ofereceu elevados riscos para esse seguimento;

3.7.8. Custeio pecuário emergencial para manutenção do rebanho;

3.7.9. Criação de uma linha emergencial de crédito para investimento e custeio em negócios não-agrícolas, sobretudo para o meio rural;

3.7.10. Estímulo às organizações cooperativistas e associações, por meio de concessão de financiamentos a juros módicos e prestação de orientação técnica e gerencial.

3.8. AGILIZAÇÃO DE TODOS OS CONVÊNIOS RELACIONADOS COM OBRAS E SERVIÇOS NAS ÁREAS AFETADAS PELA SECA.

3.9. SUSPENSÃO DE TODOS OS DESCONTOS PRECATÓRIOS EFETUADOS NO FPM REPASSADO AOS MUNICÍPIOS EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.

3.10. EXCLUSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA QUE TRATA DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE, INCLUÍDOS EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.

3.11. MODIFICAÇÃO DO PERÍODO DE REFERÊNCIA DO CONSUMO MÉDIO DE ENERGIA ELÉTRICA DE QUE TRATA A UNIDADE PROVISÓRIA, DE MAIO, JUNHO E JULHO DE 2000 PARA OS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DO MESMO ANO, QUANDO OCORRE O PICO DA DEMANDA DA ENERGIA NA AGRICULTURA IRRIGADA.

3.12. ANTECIPAÇÃO DO HORÁRIO DE USO DA TARIFA VERDE DE 23 HORAS PARA 20 HORAS;

3.13. REESTRUTURAR A EMATER, COMO ÓRGÃO VITAL PARA A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE NATUREZA PÚBLICA, PARA AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO, NOTADAMENTE AOS PRODUTORES RURAIS FAMILIARES, NAS ÁREAS TÉCNICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS;

3.14. DESTINAR 50% DA ARRECADAÇÃO DAS ENTIDADES DO SISTEMA "S" (SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAR, SESCOOP), PARA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E ORIENTAÇÃO DE GESTÃO DO AGRONEGÓCIO E TREINAMENTOS DE EMPREENDEDORISMO, AOS PRODUTORES RURAIS FAMILIARES, SUAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS;

3.15. ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PELO GOVERNO FEDERAL PARA QUE OS EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS DOS BATALHÕES DE ENGENHARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO, SEJAM DISPONIBILIZADOS PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS COMUNITÁRIOS NOS MUNICÍPIOS AFETADOS PELA ESTIAGEM.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 DAR PRIORIDADE PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES IMEDIATAS NO PRIMEIRO ESTÁGIO DA EXECUÇÃO DA PROPOSTA.

4.2 ESTABELECIMENTO DE COORDENAÇÃO ÚNICA ESTADUAL DO PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM A ESTIAGEM 2001.

4.3 ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MEDIANTE PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVA DOS CONSELHOS ESTADUAL E MUNICIPAIS.

4.4 ARTICULAÇÃO E PARCERIAS INSTITUCIONAIS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA.

Caicó – RN, 25 de julho de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, faço um apelo para a observância do horário, em homenagem aos demais inscritos, ou seja, para que, como ocorreu anteriormente, não se excedam os próximos oradores.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Carlos Patrocínio por até 20 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

"E, passando Jesus, viu um homem cego de nascença.

E os seus discípulos lhe perguntaram, dizendo:

Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego? Jesus respondeu: Nem ele pecou nem seus pais; mas foi assim para que se manifestem nele as obras de Deus."

(João, 9, 1-3)

Determinadas ocorrências históricas têm o dom de despertar a preocupação da humanidade para temas até então obscurecidos e desconsiderados pela política, pela economia e até pelas artes. A Segunda Guerra Mundial, como decorrência de seu impacto destruidor, abriu a perspectiva, entre muitas, para as pessoas com necessidades especiais.

Embora desde sempre a humanidade tenha convivido com pessoas que não usufruíam de todas as habilidades físicas e mentais, isso nunca chamou a atenção dos políticos a ponto de serem formuladas estratégias para incluir essas pessoas no cotidiano da sociedade. Quando muito, pela situação de penúria em que se encontrassem eventualmente essas pessoas, eram objeto da caridade pública.

Assistimos a essa falta de iniciativa pela própria evolução que a nomenclatura corrente dava a essas pessoas. Antigamente (e até hoje, infelizmente) denominavam-se "deficientes". Neles se viam não as capacidades e habilidades, mas o que faltava. Ao invés de ver o ser humano, via-se a incapacidade. Pessoas privadas da visão, da audição, da capacidade de locomoção ou mesmo de habilidades intelectuais eram tratadas sob esse rótulo e consideradas fora da sociedade. Tratar de uma pessoa assim era atribuição da família ou, quando muito, de entidades de assistência social. Assim é que no Brasil se implantaram centenas de entidades de educação destinadas a

3.9. SUSPENSÃO DE TODOS OS DESCONTOS PRECATÓRIOS EFETUADOS NO FPM REPASSADO AOS MUNICÍPIOS EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.

3.10. EXCLUSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA QUE TRATA DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE, INCLUÍDOS EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.

3.11. MODIFICAÇÃO DO PERÍODO DE REFERÊNCIA DO CONSUMO MÉDIO DE ENERGIA ELÉTRICA DE QUE TRATA A UNIDADE PROVISÓRIA, DE MAIO, JUNHO E JULHO DE 2000 PARA OS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DO MESMO ANO, QUANDO OCORRE O PICO DA DEMANDA DA ENERGIA NA AGRICULTURA IRRIGADA.

3.12. ANTECIPAÇÃO DO HORÁRIO DE USO DA TARIFA VERDE DE 23 HORAS PARA 20 HORAS;

3.13. REESTRUTURAR A EMATER, COMO ÓRGÃO VITAL PARA A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE NATUREZA PÚBLICA, PARA AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO, NOTADAMENTE AOS PRODUTORES RURAIS FAMILIARES, NAS ÁREAS TÉCNICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS;

3.14. DESTINAR 50% DA ARRECADAÇÃO DAS ENTIDADES DO SISTEMA "S" (SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAR, SESCOOP), PARA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E ORIENTAÇÃO DE GESTÃO DO AGRONEGÓCIO E TREINAMENTOS DE EMPREENDEDORISMO, AOS PRODUTORES RURAIS FAMILIARES, SUAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS;

3.15. ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PELO GOVERNO FEDERAL PARA QUE OS EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS DOS BATALHÕES DE ENGENHARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO, SEJAM DISPONIBILIZADOS PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS COMUNITÁRIOS NOS MUNICÍPIOS AFETADOS PELA ESTIAGEM.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 DAR PRIORIDADE PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES IMEDIATAS NO PRIMEIRO ESTÁGIO DA EXECUÇÃO DA PROPOSTA.

4.2 ESTABELECIMENTO DE COORDENAÇÃO ÚNICA ESTADUAL DO PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM A ESTIAGEM 2001.

4.3 ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MEDIANTE PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVA DOS CONSELHOS ESTADUAL E MUNICIPAIS.

4.4 ARTICULAÇÃO E PARCERIAS INSTITUCIONAIS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA.

Caicó – RN, 25 de julho de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, faço um apelo para a observância do horário, em homenagem aos demais inscritos, ou seja, para que, como ocorreu anteriormente, não se excedam os próximos oradores.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Carlos Patrocínio por até 20 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

"E, passando Jesus, viu um homem cego de nascença.

E os seus discípulos lhe perguntaram, dizendo:

Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego? Jesus respondeu: Nem ele pecou nem seus pais; mas foi assim para que se manifestem nele as obras de Deus."

(João, 9, 1-3)

Determinadas ocorrências históricas têm o dom de despertar a preocupação da humanidade para temas até então obscurecidos e desconsiderados pela política, pela economia e até pelas artes. A Segunda Guerra Mundial, como decorrência de seu impacto destruidor, abriu a perspectiva, entre muitas, para as pessoas com necessidades especiais.

Embora desde sempre a humanidade tenha convivido com pessoas que não usufruíam de todas as habilidades físicas e mentais, isso nunca chamou a atenção dos políticos a ponto de serem formuladas estratégias para incluir essas pessoas no cotidiano da sociedade. Quando muito, pela situação de penúria em que se encontrassem eventualmente essas pessoas, eram objeto da caridade pública.

Assistimos a essa falta de iniciativa pela própria evolução que a nomenclatura corrente dava a essas pessoas. Antigamente (e até hoje, infelizmente) denominavam-se "deficientes". Neles se viam não as capacidades e habilidades, mas o que faltava. Ao invés de ver o ser humano, via-se a incapacidade. Pessoas privadas da visão, da audição, da capacidade de locomoção ou mesmo de habilidades intelectuais eram tratadas sob esse rótulo e consideradas fora da sociedade. Tratar de uma pessoa assim era atribuição da família ou, quando muito, de entidades de assistência social. Assim é que no Brasil se implantaram centenas de entidades de educação destinadas a

atender as pessoas com necessidades especiais de educação.

Mas foi, como dizia, a Segunda Guerra Mundial que chamou a atenção dos dirigentes mundiais para essa questão. Entre outros resultados profundamente negativos, como saldo da guerra, a Europa, os Estados Unidos e o Japão, especialmente, se viram diante de milhares de pessoas mutiladas, privadas de algumas das habilidades que tinham antes de serem vítimas dos horrores da guerra.

A ONU, também uma “criação” da Segunda Guerra, incluiu o tema entre as políticas a serem perseguidas pela entidade: o respeito ao direito das pessoas que tivessem alguma necessidade especial, na época, chamados de “deficientes”. Da Declaração Universal dos Direitos Humanos para cá, mesmo a passos lentos, têm sido aprovadas resoluções internacionais adotadas por políticas públicas visando, basicamente, a inclusão das pessoas com necessidades especiais.

Quando o sistema público de ensino passou a incorporar essas pessoas, fazia-o de um modo a mantê-las distantes da sociedade e a manter a comunidade distante delas, ou seja, criando escolas “especiais” para atendimento a essas crianças e adolescentes. Apesar do acerto em incorporar essas pessoas como parte da clientela do Estado, ainda permanecia o problema da segregação.

Felizmente, nas últimas décadas, essa realidade vem sendo modificada. Todos lembram de como a Constituição Federal, ao tratar do dever do Estado com a educação (art. 208, III), assegurou o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Mais recentemente, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dar maior concretude a esse dispositivo constitucional, assegurou um capítulo a esse tema.

O objetivo da política educacional volta da para o setor é, em última instância, fazer com que o atendimento a essas pessoas perpassasse todos os níveis de ensino, da educação infantil até o ensino superior, por meio de um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio à disposição de todos os alunos.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação Especial do MEC está liderando diversas atividades no País para fazer valer esse preceito. Entre elas está a organização das informações a respeito do tema e a capacitação de recursos humanos. O último censo, por exemplo, servirá para realimentar os dados da Secretaria, para melhor identificar a população com necessidades especiais de educação. Mas os dados

disponíveis já nos permitem ver, por exemplo, que, no Brasil, existem 375 mil alunos (dados de 1999) nessa condição. Evidentemente que ainda existem muitos fora das salas de aula.

Em Tocantins, a rede estadual atende a 1.920 alunos nessa condição, distribuídos em 61 escolas de 43 cidades. O esforço desenvolvido é para que essas crianças, adolescentes e adultos sejam incluídos da maneira mais harmônica possível na sociedade. E a sociedade, por sua vez, precisa se dar conta de que sua composição é heterogênea e que a escola, portanto, precisa oferecer possibilidades de aprendizagem diversificadas que fujam aos conteúdos tradicionais. E o melhor meio de levar essa concepção para a prática do dia-a-dia das escolas é a capacitação dos profissionais de educação.

Portanto, é com grande satisfação que registro a realização de um curso iniciado em 7 de maio último em Tocantins e também em outros Estados da Federação. Trata-se do curso para educadores que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais. Sob o patrocínio da Secretaria de Educação (Seduc), 130 profissionais – professores e coordenadores – estarão recebendo formação para trabalhar com essa parcela, até pouco tempo, tão discriminada do sistema educacional. Com esse curso, a Secretaria da Educação demonstra o seu compromisso com essa pauta de educação “inclusiva”, ou seja, uma educação que busca incluir os segregados na comunidade estudantil e na sociedade como um todo. Essa é apenas uma pequena lição. E espero que, de pequenas lições como essa de ver o outro a partir de suas potencialidades e não de suas diferenças e deficiências, possamos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. E, quiçá, que não precisemos da ocorrência de grandes tragédias humanas para aprender lições como essa.

Antes de terminar, Senador Luiz Otávio, que preside neste momento a sessão do Senado Federal, eu gostaria de cumprimentar e participar da felicidade de V. Ex^a pelo nascimento de seu filho, ocorrido, creio eu, nessa última semana. Meus parabéns e tenho a certeza de que a felicidade de V. Ex^a também é compartilhada por todos os Pares desta Casa.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Muito obrigado, Senador Carlos Patrocínio, pela saudação ao nascimento do meu filho Luiz Otávio, ocorridosábado

passado, em Brasília, no Hospital Santa Lúcia. Ele vai fazer companhia ao filho do Senador Pedro Simon, o Pedrinho, agora que somos pais-avós.

Com a palavra, o Senador Paulo Hartung do PPS do Espírito Santo.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço, inicialmente, ao Senador Luiz Otávio e ao Senador Mozarildo Cavalcanti a cessão do tempo.

A última semana trouxe algumas notícias alentadoras para a cafeicultura capixaba.

O Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, informou ao Deputado da nossa Bancada Ricardo Ferraço que o Espírito Santo contará, a partir do próximo mês, com uma vaga de titular no Conselho Deliberativo da Política Cafeeira – CPDC. Trata-se de uma antiga reivindicação dos produtores capixabas, cujo atendimento reconhece a importância e a peculiaridade do segundo maior produtor brasileiro de café e do primeiro na produção do tipo conilon – o nosso Estado, Espírito Santo.

A outra notícia vem do Banco do Brasil, em decorrência ao Senador Ricardo Santos, que pôde transmiti-la a todo o Estado. O Banco do Brasil informou que estudará os pedidos de prorrogação dos prazos para quitação de empréstimos na linha do Pronaf. É um primeiro passo, Sr. Presidente, para aliviar a situação difícil, dramática do pequeno produtor no Espírito Santo. Na atual situação de baixos preços e prejuízos generalizados, a falta de alternativas no curto prazo para saldar os seus compromissos, leva as famílias produtoras a uma situação de apreensão e, em alguns casos, de desespero.

Sr. Presidente, sinceramente, gostaria de seguir por essa trilha e continuar registrando daqui da tribuna outras boas novas, mas o fato é que a situação conjuntural da nossa cafeicultura é muito delicada. Os preços estão extremamente deprimidos e não garantem sequer a remuneração dos custos de produção. O produtor está descapitalizado em consequência de uma política de retenção de estoques que o induziu, de forma irresponsável, a aguardar melhores preços; enquanto isso nossos concorrentes internacionais faziam a festa. E, quando falamos em dificuldades na produção do café, não estamos tratando apenas de um problema econômico – os Senadores de Estados que produzem café sabem a que estou referindo –, mas sim de uma temática eminentemente social.

A atividade cafeeira no Espírito Santo ocupa cerca de 78 mil famílias, num total aproximado de 360

mil pessoas. A predominância absoluta é de pequenas propriedades e meeiros. Essa é uma característica da cultura em nosso Estado, onde a própria história de inserção da nossa economia na economia nacional se confunde, por um bom tempo da nossa história econômica, com a produção do café.

Estamos presenciando um ciclo de baixa dos preços no mercado internacional. Longos períodos de bons preços favorecem o aumento da produção, que amplia a oferta, pressionando os preços para baixo. Em um mundo integrado, globalizado, no qual cinco grandes grupos transnacionais detêm 52% das importações do produto – volto a dizer: cinco grupos transnacionais detêm 52% das importações do produto – e a tecnologia da informação garante um detalhado mapeamento da produção mundial, as tentativas de controlar os preços mediante a retenção do produto soam, no mínimo, como um delírio. É lamentável, Sr. Presidente, que o Brasil tenha, mais uma vez, ingressado no período de depressão dos preços, com uma política equivocada na área da cafeicultura. Na virada para o século XXI repetimos o mesmo equívoco da manipulação dos preços mediante medidas artificiais, trazendo de volta ao mercado de café velhas e desgastadas estratégias. É a força do atraso, Sr. Presidente, que retorna em cada aspecto da vida nacional, fazendo prevalecer o interesse de alguns poucos sobre o benefício do grande público e, no caso, dos pequenos produtores de café do nosso País e, especialmente, do Estado do Espírito Santo.

A prática de intervenções no mercado iniciou-se há muito tempo, em 1906, com o famoso Convênio de Taubaté. Naquele momento, Sr. Presidente, o Brasil era responsável por 89% da produção mundial, quer dizer, tinha quase a totalidade do mercado mundial de café. De equívoco em equívoco, chegamos ao início da década de sessenta detendo menos de 50% da produção mundial. A manipulação dos mercados, bancada quase sempre com o dinheiro público, foi o cenário ideal para novos competidores ingressarem no mercado internacional e ampliarem ainda mais a oferta.

Na década de sessenta, o Brasil adotou a política radical de erradicação de plantios. No Espírito Santo, o efeito foi devastador e deixou marcas até os dias atuais, expressas nas desigualdades regionais da nossa economia. É que, diferente da produção do resto do sul e do sudeste do Brasil, a estrutura fundiária da cafeicultura capixaba não levava à erradicação das lavouras nos períodos de baixos preços. Para o pequeno produtor, Sr. Presidente, não era um bom negócio erradicar. Ele reduzia o ritmo do plantio e to-

passado, em Brasília, no Hospital Santa Lúcia. Ele vai fazer companhia ao filho do Senador Pedro Simon, o Pedrinho, agora que somos pais-avós.

Com a palavra, o Senador Paulo Hartung do PPS do Espírito Santo.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço, inicialmente, ao Senador Luiz Otávio e ao Senador Mozarildo Cavalcanti a cessão do tempo.

A última semana trouxe algumas notícias alentadoras para a cafeicultura capixaba.

O Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, informou ao Deputado da nossa Bancada Ricardo Ferraço que o Espírito Santo contará, a partir do próximo mês, com uma vaga de titular no Conselho Deliberativo da Política Cafeeira – CPDC. Trata-se de uma antiga reivindicação dos produtores capixabas, cujo atendimento reconhece a importância e a peculiaridade do segundo maior produtor brasileiro de café e do primeiro na produção do tipo conilon – o nosso Estado, Espírito Santo.

A outra notícia vem do Banco do Brasil, em decorrência ao Senador Ricardo Santos, que pôde transmiti-la a todo o Estado. O Banco do Brasil informou que estudará os pedidos de prorrogação dos prazos para quitação de empréstimos na linha do Pronaf. É um primeiro passo, Sr. Presidente, para aliviar a situação difícil, dramática do pequeno produtor no Espírito Santo. Na atual situação de baixos preços e prejuízos generalizados, a falta de alternativas no curto prazo para saldar os seus compromissos, leva as famílias produtoras a uma situação de apreensão e, em alguns casos, de desespero.

Sr. Presidente, sinceramente, gostaria de seguir por essa trilha e continuar registrando daqui da tribuna outras boas novas, mas o fato é que a situação conjuntural da nossa cafeicultura é muito delicada. Os preços estão extremamente deprimidos e não garantem sequer a remuneração dos custos de produção. O produtor está descapitalizado em consequência de uma política de retenção de estoques que o induziu, de forma irresponsável, a aguardar melhores preços; enquanto isso nossos concorrentes internacionais faziam a festa. E, quando falamos em dificuldades na produção do café, não estamos tratando apenas de um problema econômico – os Senadores de Estados que produzem café sabem a que estou referindo –, mas sim de uma temática eminentemente social.

A atividade cafeeira no Espírito Santo ocupa cerca de 78 mil famílias, num total aproximado de 360

mil pessoas. A predominância absoluta é de pequenas propriedades e meeiros. Essa é uma característica da cultura em nosso Estado, onde a própria história de inserção da nossa economia na economia nacional se confunde, por um bom tempo da nossa história econômica, com a produção do café.

Estamos presenciando um ciclo de baixa dos preços no mercado internacional. Longos períodos de bons preços favorecem o aumento da produção, que amplia a oferta, pressionando os preços para baixo. Em um mundo integrado, globalizado, no qual cinco grandes grupos transnacionais detêm 52% das importações do produto – volto a dizer: cinco grupos transnacionais detêm 52% das importações do produto – e a tecnologia da informação garante um detalhado mapeamento da produção mundial, as tentativas de controlar os preços mediante a retenção do produto soam, no mínimo, como um delírio. É lamentável, Sr. Presidente, que o Brasil tenha, mais uma vez, ingressado no período de depressão dos preços, com uma política equivocada na área da cafeicultura. Na virada para o século XXI repetimos o mesmo equívoco da manipulação dos preços mediante medidas artificiais, trazendo de volta ao mercado de café velhas e desgastadas estratégias. É a força do atraso, Sr. Presidente, que retorna em cada aspecto da vida nacional, fazendo prevalecer o interesse de alguns poucos sobre o benefício do grande público e, no caso, dos pequenos produtores de café do nosso País e, especialmente, do Estado do Espírito Santo.

A prática de intervenções no mercado iniciou-se há muito tempo, em 1906, com o famoso Convênio de Taubaté. Naquele momento, Sr. Presidente, o Brasil era responsável por 89% da produção mundial, quer dizer, tinha quase a totalidade do mercado mundial de café. De equívoco em equívoco, chegamos ao início da década de sessenta detendo menos de 50% da produção mundial. A manipulação dos mercados, bancada quase sempre com o dinheiro público, foi o cenário ideal para novos competidores ingressarem no mercado internacional e ampliarem ainda mais a oferta.

Na década de sessenta, o Brasil adotou a política radical de erradicação de plantios. No Espírito Santo, o efeito foi devastador e deixou marcas até os dias atuais, expressas nas desigualdades regionais da nossa economia. É que, diferente da produção do resto do sul e do sudeste do Brasil, a estrutura fundiária da cafeicultura capixaba não levava à erradicação das lavouras nos períodos de baixos preços. Para o pequeno produtor, Sr. Presidente, não era um bom negócio erradicar. Ele reduzia o ritmo do plantio e to-

cava em frente. A erradicação incentivada de 180 milhões de pés de café naquela década desempregou em nosso Estado mais de 60 mil trabalhadores rurais, diretamente, em um movimento de êxodo rural sem precedentes na história capixaba.

Dos anos sessenta em diante continuamos com a política de mercado regulado por diferentes mecanismos.

Em 1989, nossa participação no mercado internacional do café havia caído para 24%. Ao longo da década de 90 houve novo ordenamento do setor. A um período inicial de depressão dos preços, seguiu-se a queda da oferta e da produção, enquanto crescia o consumo do produto em todo o mundo.

A partir de 1994, o café voltou a ser uma atividade altamente compensadora. Ao estímulo, o produtor nacional reagiu com grande competência. Renovou-se o parque cafeeiro, investiu-se em tecnologia e melhoria da logística comercial, financeira e de informações.

Tudo parecia caminhar para o desenho de um setor maduro, capaz de administrar as crises, conquistar mercados e abrir caminhos para novos produtos sem interferências artificiais, como citei anteriormente.

O primeiro sinal de baixa de preços trouxe, no entanto, de volta a velha fantasia. Aqui não fala um especialista, mas alguém que tem sensibilidade para o problema do setor. Contra a opinião de inúmeros especialistas – inclusive muitos que foram aos grandes jornais de nosso País escrever sobre o tema e à grande mídia de bater sobre o tema –, o Brasil voltou a trilhar a estrada da manipulação artificial do mercado, por meio de um acordo de retenção de estoques celebrado no âmbito da APPC (Associação dos Países Produtores de Café). Mais uma vez, fomos o grande tolo do mercado de café. Enquanto acumulávamos estoques e incentivávamos o produtor a esperar que os preços internacionais reagissem, nossos concorrentes ocupavam o mercado. Em 2000, houve recorde na exportação mundial, que cresceu 5,7%, transferindo estoques dos países produtores para os consumidores, num claro prelúdio de um período de baixa de preços. Sua produção, em função do acordo da APPC, vendeu 18% menos. Enquanto isso, Vietnã, México, Costa do Marfim, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Etiópia e República dos Camarões desovaram suas produções e estoques.

Faço essa digressão, Sr. Presidente, para que possamos entender melhor de quem são as responsabilidades pela gravidade do momento por que passamos a nossa cafeicultura e o nosso pequeno produ-

tor. O Brasil já abandonou, na prática, a política de retenção, mas o estrago já está feito e não é pequeno, como já me referi no início deste pronunciamento. Os preços despencaram 60% desde o início de 2000. Ao produtor sobrou o desespero, a apreensão. Descapitalizado, adiou as vendas à espera de um preço que se revelou uma quimera.

Sr. Presidente, será que sepultamos de vez ao menos a velha prática de manipulação artificial dos mercados? Será que políticas inspiradas no arcaico patrimonialismo ainda prosseguirão? No passado, os resultados momentâneos da manipulação dos mercados, bancada com recursos públicos, acabavam nos bolsos de um restrito grupo, beneficiando-o, em detrimento do pequeno produtor, dos interesses nacionais, da própria cafeicultura, se pensada a longo prazo.

Em nome de um suposto socorro, alguns criaram um cenário ideal para os nossos competidores internacionais. Persistem, no entanto, as velhas soluções na cabeça de muitos. Precisamos superar a confusão entre protecionismo e defesa dos interesses públicos pela busca de um caminho, que é a maior produtividade, a maior competitividade.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Ricardo Santos.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – Senador Paulo Hartung, felicito-o pelo seu pronunciamento. V. Exª faz uma análise abrangente da política cafeeira nacional, em particular dos efeitos da política de retenção sobre o nível de preço de café, afetando as economias dos Estados cafeicultores, em particular do Espírito Santo, de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná, da Bahia e outros. Gostaria de corroborar com o pronunciamento de V. Exª com algumas informações. Nos últimos dois meses, corri vários Municípios cafeeiros do Estado do Espírito Santo e tive a oportunidade de discutir com Prefeitos, Lideranças políticas e também com produtores e associações de produtores e ver o grande drama que atravessam, em especial pequenos produtores rurais do nosso Estado. Com a queda de preços, como disse V. Exª, que chega a 60% em relação a 2000, pequenos produtores estão sendo obrigados a vender pequenos ativos tais como vacas, pequenos veículos, motos, para saldar compromissos bancários. Felizmente, conforme disse V. Exª, o Banco do Brasil teve a sensibilidade de adotar procedimentos de análise, caso a caso, com produtores das principais regiões capixabas a fim de

avaliar a capacidade de pagamento, levando em conta a queda de preço e a situação socioeconômica de cada produtor. Como V. Ex^a bem disse, esse é um primeiro passo. Todavia, dada a profundidade da crise, é fundamental que as autoridades econômicas e, sobretudo, o Conselho Monetário Internacional, adotem medidas mais efetivas para que os financiamentos aos cafeicultores sejam efetivamente prorrogados, utilizando-se inclusive do Fundacafé, que é um Fundo formado com recursos dos próprios produtores de café. Essa idéia, surgida entre os cafeicultores do Estado do Espírito Santo, baseia-se em que a utilização dos recursos do Fundo Café poderia perfeitamente refinar os agentes financeiros do Banco do Brasil e outros bancos para que os cafeicultores pudessem, com mais fôlego, com mais folga e levando em conta o desequilíbrio que aconteceu, do ano passado para cá, com a forte queda de preços nos seus contratos, saldar as suas dívidas com os bancos e, com isso, evitar a situação dramática e às vezes de desespero por que passa o produtor de café, em especial o pequeno produtor. V. Ex^a suscita uma questão emergencial de extrema importância para o nosso Estado. Felicito-o pelo seu discurso e pela sua sensibilidade em relação ao problema dos cafeicultores caxiabas e aos do Brasil.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Ricardo Santos, acolho o aparte que V. Ex^a apresenta ao meu pronunciamento. Falarei adiante sobre o Fundacafé.

V. Ex^a é um especialista, fez um excelente trabalho como Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo e conhece bem essa realidade de que estou tratando, por sensibilidade, e que precisa de um cuidado específico. Trata-se de um erro praticado, não tenho a menor dúvida, por uma política repetitivamente equivocada, ao longo do século passado, pelo Governo da República.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Paulo Hartung, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Com prazer, concedo um aparte ao Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Paulo Hartung, ouço com muita atenção o discurso de V. Ex^a nesta tarde, que tem muito a ver com o Estado de Rondônia, atualmente o segundo maior produtor de café conilon e robusta, ficando apenas atrás do Estado de V. Ex^a, o Espírito Santo. Realmente, a situação é extremamente aflitiva – diria até calamitosa – para os nossos produtores. Rondônia possui uma situação um pouco diferente da dos demais Estados

brasileiros. Fomos oficialmente colonizados pelo Incra. Noventa e cinco por cento das propriedades do Estado de Rondônia são pequenas e praticam a agricultura familiar. Dessas 85 mil pequenas propriedades, seguramente 40 mil delas produzem café. V. Ex^a pode então imaginar o drama que tem causado à nossa economia. No ano passado, vendeu-se café, em alguns casos, por até R\$100,00 a saca. Neste ano, nossos produtores às vezes não conseguem sequer R\$25,00 por saca. É estarrecedor. Toda a economia do Estado está indo para essa vala comum por conta da queda do preço do café. Não temos encontrado uma solução a curto prazo, a não ser aquilo que acaba de dizer V. Ex^a, que é “tecnificar” a lavoura, melhorando sua qualidade e produtividade. Para isso, é preciso que os Governos dos Estados, sobretudo dos Estados produtores de café, tenham a sensibilidade de aportar recursos para melhorar a extensão rural. O Governo Federal, da mesma forma, deve olhar com outros olhos para a extensão rural. O Banco do Brasil deve arrumar uma fórmula para melhorar a proposta de prorrogar para mais um ano o pagamento da primeira parcela das dívidas dos financiamentos da lavoura cafeeira. Neste momento de crise, ao tratar da dívida, deveríamos alongar o perfil da dívida, porque não basta prorrogar por um ano o vencimento da primeira parcela, é preciso alongar o perfil até porque, historicamente, sabemos que o preço do café sempre oscilou – isso é uma questão de mercado – e, quando ele oscila, passa de dois a cinco anos com o preço em baixa até que se esboce uma reação. Sendo assim, prorrogar-se a dívida apenas por um ano, como tenho ouvido falar por parte do Banco do Brasil, é muito pouco. Precisamos criar instrumentos que possibilitem o nosso agricultor, primeiro, a não erradicar a lavoura, mas a acreditar nela, fazer um consórcio com outras lavouras. Nesse caso, entram novamente a questão da extensão rural, da tecnificação da lavoura, aplicação de insumos, e assim a lavoura do café seria tratada de forma mais adequada do ponto de vista da tecnologia. Quero dizer, por fim, que tivemos, no sábado passado, uma importante reunião realizada na cidade de Cacoal, no meu Estado, conhecida como a cidade do café em Rondônia, em que estiveram juntos técnicos, produtores, maquinistas, exportadores, enfim todo o segmento envolvido com a lavoura do café, tentando encontrar um caminho e construir uma solução, que não se faz a curto prazo. Lá estamos buscando um caminho para criar um fundo estadual, a par de tudo aquilo que entendo ser de responsabilidade do Governo Federal envolvendo o setor produtivo, a iniciativa privada, os exportadores, o Governo

do Estado, reduzindo o ICM naquilo que lhe compete para o café. Com isto, criar-se-ia um fundo a ser aplicado exatamente na extensão rural e na melhoria da qualidade da lavoura. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de apartear-lo. O pronunciamento que faz é absolutamente oportuno, e espero que aqueles que o estão ouvindo entendam nossa aflição e que juntos possamos encontrar um caminho para os produtores de café do Brasil.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Moreira Mendes, agradeço e acolho o aparte de V. Ex^a. Não vou comentá-lo porque meu tempo está restrito e não quero prejudicar os próximos oradores.

De certa forma, Sr. Presidente, Rondônia é um prolongamento do Estado do Espírito Santo. Lá estão cafeicultores capixabas e seus filhos, que aprenderam a cultura do café no Espírito Santo e a levaram a Rondônia, onde temos muitos amigos e pessoas da nossa convivência.

Precisamos de mecanismos de incentivo à produção local por meio de financiamento, suporte tecnológico e infra-estrutura. Nosso produtor tem de ser competitivo na busca de novos mercados, para garantir melhores preços, mas também para suportar esses ciclos de baixa, que são comuns na vida da cafeicultura.

No âmbito externo, nossa atuação nas instituições internacionais do setor deve privilegiar o fortalecimento técnico e a utilização dos mecanismos de mercado para promover sua própria regulação.

Há na conjuntura um problema social grave a ser enfrentado: temos de garantir minimamente a saúde do produtor por meio de medidas transitórias como a renegociação dos vencimentos dos recursos financeiros. Nesta semana, a Bancada Federal do Espírito – convidamos outras Bancadas a se associarem à nossa ação – estará enviando ao Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, ofício solicitando a prorrogação dos financiamentos de custeio, oriundos de recursos do Funcafé e dos contratos do Pronaf de valores até R\$15.000,00. Estamos convictos de que não faltará apoio e de que a cafeicultura capixaba e do País reencontrará seu caminho, o caminho da produtividade, da competência técnica e da qualidade – os cafés de qualidade estão tendo um valor muito importante no mercado nacional e mundial –, contribuindo, assim, para o fortalecimento do setor da economia brasileira naquilo que lhe compete.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, por permuta com o Senador Luiz Otávio, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a gentileza de V. Ex^a em me ceder o tempo e a sua tolerância de estar aqui, presidindo esses trabalhos, embora – imagino – esteja louco para chegar em casa e abraçar a crianova. Meus cumprimentos a V. Ex^a e à sua esposa pelo nascimento de mais um bebê. Tenho a certeza de que haverá de trazer muita felicidade a V. Ex^a, à sua esposa e aos seus irmãozinhos. V. Ex^a ainda é jovem, mas eu, em idade mais avançada, que tive essa experiência, nesta nossa corrida – ao seu lado, está o Senador José Fogaça, que também pode falar sobre isso, pois, mais do que eu, vive esses momentos –, nessa agitação de Brasília e no Congresso Nacional, não há nada mais sensacional do que chegar em casa e ter uma criança pequena a nos abraçar e a nos mostrar que o mundo continua e que existe muita beleza à margem do que de não bonito vemos nesta Casa.

Sr. Presidente, tenho dois assuntos para falar: um envolve meu Partido e minha campanha e o outro está relacionado à economia brasileira. Entra na linha do orador que me antecedeu e me tede do que eu diria ele expôs, com grande competência, desta tribuna. Parece até que combinamos que ele falaria uma parte e depois eu continuaria.

Nessa mesma linha, analiso a manchete da **Folha de S. Paulo** publicada ontem: “Programas Estratégicos do Governo Fernando Henrique Estão Parados”.

Lembram-se todos de que houve um momento de grande euforia no Governo, quando resolveu criar 50 programas prioritários do Governo – era o Projeto Avança Brasil. Eram projetos importantes, de peso, e necessários para a economia do País, que alavancariam o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O que diz essa manchete publicada pela **Folha de S. Paulo**? Em pelo menos 28 dos 50 programas prioritários do Governo – reforma agrária, rodovias, habitação, saneamento básico, segurança –, gastaram menos de 10% da verba prevista no orçamento do primeiro semestre deste ano.

Quer dizer, um plano de impacto, 50 projetos para transformar e dar uma mobilização final ao Governo do Presidente, em 28 dos 50 projetos, menos

do Estado, reduzindo o ICM naquilo que lhe compete para o café. Com isto, criar-se-ia um fundo a ser aplicado exatamente na extensão rural e na melhoria da qualidade da lavoura. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de apartear-lo. O pronunciamento que faz é absolutamente oportuno, e espero que aqueles que o estão ouvindo entendam nossa aflição e que juntos possamos encontrar um caminho para os produtores de café do Brasil.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Moreira Mendes, agradeço e acolho o aparte de V. Ex^a. Não vou comentá-lo porque meu tempo está restrito e não quero prejudicar os próximos oradores.

De certa forma, Sr. Presidente, Rondônia é um prolongamento do Estado do Espírito Santo. Lá estão cafeicultores capixabas e seus filhos, que aprenderam a cultura do café no Espírito Santo e a levaram a Rondônia, onde temos muitos amigos e pessoas da nossa convivência.

Precisamos de mecanismos de incentivo à produção local por meio de financiamento, suporte tecnológico e infra-estrutura. Nosso produtor tem de ser competitivo na busca de novos mercados, para garantir melhores preços, mas também para suportar esses ciclos de baixa, que são comuns na vida da cafeicultura.

No âmbito externo, nossa atuação nas instituições internacionais do setor deve privilegiar o fortalecimento técnico e a utilização dos mecanismos de mercado para promover sua própria regulação.

Há na conjuntura um problema social grave a ser enfrentado: temos de garantir minimamente a saúde do produtor por meio de medidas transitórias como a renegociação dos vencimentos dos recursos financeiros. Nesta semana, a Bancada Federal do Espírito – convidamos outras Bancadas a se associarem à nossa ação – estará enviando ao Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, ofício solicitando a prorrogação dos financiamentos de custeio, oriundos de recursos do Funcafé e dos contratos do Pronaf de valores até R\$15.000,00. Estamos convictos de que não faltará apoio e de que a cafeicultura capixaba e do País reencontrará seu caminho, o caminho da produtividade, da competência técnica e da qualidade – os cafés de qualidade estão tendo um valor muito importante no mercado nacional e mundial –, contribuindo, assim, para o fortalecimento do setor da economia brasileira naquilo que lhe compete.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, por permuta com o Senador Luiz Otávio, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a gentileza de V. Ex^a em me ceder o tempo e a sua tolerância de estar aqui, presidindo esses trabalhos, embora – imagino – esteja louco para chegar em casa e abraçar a crianova. Meus cumprimentos a V. Ex^a e à sua esposa pelo nascimento de mais um bebê. Tenho a certeza de que haverá de trazer muita felicidade a V. Ex^a, à sua esposa e aos seus irmãozinhos. V. Ex^a ainda é jovem, mas eu, em idade mais avançada, que tive essa experiência, nesta nossa corrida – ao seu lado, está o Senador José Fogaça, que também pode falar sobre isso, pois, mais do que eu, vive esses momentos –, nessa agitação de Brasília e no Congresso Nacional, não há nada mais sensacional do que chegar em casa e ter uma criança pequena a nos abraçar e a nos mostrar que o mundo continua e que existe muita beleza à margem do que de não bonito vemos nesta Casa.

Sr. Presidente, tenho dois assuntos para falar: um envolve meu Partido e minha campanha e o outro está relacionado à economia brasileira. Entra na linha do orador que me antecedeu e me tede do que eu diria ele expôs, com grande competência, desta tribuna. Parece até que combinamos que ele falaria uma parte e depois eu continuaria.

Nessa mesma linha, analiso a manchete da **Folha de S. Paulo** publicada ontem: “Programas Estratégicos do Governo Fernando Henrique Estão Parados”.

Lembram-se todos de que houve um momento de grande euforia no Governo, quando resolveu criar 50 programas prioritários do Governo – era o Projeto Avança Brasil. Eram projetos importantes, de peso, e necessários para a economia do País, que alavancariam o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O que diz essa manchete publicada pela **Folha de S. Paulo**? Em pelo menos 28 dos 50 programas prioritários do Governo – reforma agrária, rodovias, habitação, saneamento básico, segurança –, gastaram menos de 10% da verba prevista no orçamento do primeiro semestre deste ano.

Quer dizer, um plano de impacto, 50 projetos para transformar e dar uma mobilização final ao Governo do Presidente, em 28 dos 50 projetos, menos

de 10% do previsto para o primeiro semestre foram utilizados até agora.

Consta do Relatório do Ministério do Planejamento que, com os cortes feitos, em rigoroso controle de gastos dos Ministérios, o Governo tem pago os juros da dívida pública.

O dinheiro previsto para o grande projeto de realizações de Governo – depois de uma seleção feita, ministério por ministério, setor por setor, pelo mais importante, pelo mais necessário, mais garantido, com um sistema de fiscalização para que as metas fossem cumpridas exatamente como previsto – foi destinado ao pagamento dos juros da dívida. Gastaram 10% no projeto; 90% foram para os juros da dívida.

Segundo o Ministério do Planejamento, a execução orçamentária tem de ser analisada caso a caso, pois alguns programas têm recursos que não são orçamentários, como a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Essas informações comprovam que o orçamento votado no Congresso é uma peça de ficção, pois de nada vale destinar recursos para os programas sociais, se a verba não é liberada, porque desviada para o pagamento da dívida.

Enquanto isso, na mesma **Folha de S. Paulo**, lemos: “Semestre foi o segundo melhor do Real para bancos” – que, aliás, triplicaram seu patrimônio nesse primeiro semestre. Instituições só lucraram mais em 99, período da desvalorização: juros influenciam desempenho”. Estudo feito pela consultoria ABM Consulting com vinte balanços divulgados até a semana passada mostra que o retorno médio ao primeiro semestre foi de 22,8%. Esse percentual só é menor do que os 23,3% do mesmo período de 1999. A média histórica do setor é de cerca de 15%. Juros altos permitiram que os bancos tivessem os melhores desempenhos de sua história no Plano Real. Os projetos principais pararam, a economia estagnada, o PIB diminuindo. Os bancos, numa euforia total. Juntos, os bancos analisados conseguiram a segunda maior receita da era do real: 39,7 bilhões. É um valor 58,4% maior do que o apresentado em junho de 1995, um ano após a implantação do real. Na administração do Presidente Fernando Henrique, os bancos tiveram um aumento em seus lucros de 58,4%. O maior desde 1995.

O **Correio Braziliense** de hoje publica: “Patrimônio dos bancos triplica”.

“Levantamento da Consultoria Austin Asis mostra crescimento de 200% no capital

de quatro das cinco maiores instituições financeiras durante governo FHC. Banco do Brasil teve o desempenho mais fraco entre os grandes.” O Plano Real acabou com a inflação, mas a política econômica que o sucedeu transformou a economia num verdadeiro banquete para os bancos. O Itaú levou quase cinco décadas para construir o patrimônio de R\$2,5 bilhões com que chegou a dezembro de 1994 (...). O resultado é que o Itaú terminou o primeiro semestre de 2001 com R\$7,3 bilhões de patrimônio líquido. Ou seja, quase triplicou de tamanho durante o governo Fernando Henrique Cardoso.”

O Banco Itaú levou 50 anos para construir o patrimônio de R\$2,5 bilhões, com que chegou em dezembro de 1994, e terminou o primeiro semestre de 2001 com R\$7,3 bilhões – de R\$2,5 bilhões para R\$7,3 bilhões no Governo de Fernando Henrique Cardoso!

Enquanto isso, dolorosamente, vemos outra manchete: “Dados apontam Brasil vulnerável”. Vejo, com satisfação, o Presidente Fernando Henrique, com a sua figura de competência, de brilho, na reunião dos presidentes do Grupo do Rio, em Santiago do Chile, pregando colaboração e solidariedade com a Argentina. Mas o Brasil, exatamente por esses números, tem aumentado sua vulnerabilidade. Os números indicam que, de 1995 para 2000, o País passou a gastar mais com a dívida externa. Os gastos saltaram de 3% do PIB, em 1995, para 9,4% no ano 2000. A dívida externa líquida cresceu 18,8%, fechando o ano 2000 com 39,6% do PIB. Para pagar a dívida, mostra o Banco Central, o Brasil precisaria juntar, sem gastar nada, o equivalente a 3,5 anos de suas exportações. Três anos e meio das nossas exportações, arrecadar, guardar, não gastar um centavo, para atualizar a nossa dívida externa. A parcela das exportações comprometida com os gastos da dívida externa subiu 120,6% no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Para Antônio Corrêa de Lacerda, presidente da SOBEETE (Sociedade Brasileira para Estudos de Empresas Transacionais e de Globalização Econômica), o aumento da dependência é fruto da desnacionalização da economia e do câmbio adotado até 1999.

A desnacionalização aumentou o passivo externo líquido, que é o volume de dinheiro que estrangeiros mantêm aplicado no país, sob a forma de empréstimos e investi-

mentos internos, menos o que os brasileiros emprestam ou investem no exterior. Isso significa que aumentaram, no Brasil, as remessas de lucro e o pagamento de juros para outros países.

Sr. Presidente, é difícil analisar esses números, que indicam que o Brasil fica mais sujeito às crises que estão aí. O Brasil está hoje mais na vitrine diante de quaisquer crises que estouram no continente ou no mundo. Indicadores do Banco Central mostram que o grau de dependência do Brasil disparou de 1995, quando Fernando Henrique assumiu, para o primeiro mandato de 2000.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Exª faz uma análise profunda, rigorosa e acertada da economia brasileira, mencionando os lucros acachapantes dos bancos. É bom lembrar que praticamente quase todos os bancos tiveram o benefício do Proer também. Foram milhões e milhões, por meio do Proer, para os bancos brasileiros. A dívida multiplicou-se por mais de cinco vezes. O PIB, no último trimestre, caiu 0,99%, praticamente 1%. Alardeia-se pelo Brasil afóra que o grande feito deste Governo foi a estabilidade econômica. Mas que estabilidade é essa, sujeita aos problemas da Argentina, da China e de outros países? Que estabilidade econômica é essa na situação em que o Brasil se encontra? Senador Pedro Simon, digo-lhe que essa elite econômica continua a comandar os destinos do País. É essa elite econômica que se reúne para escolher o futuro Presidente da República. Acredito que precisa haver uma reação do povo brasileiro contra esse estado de coisas. Por isso cumprimento V. Exª pelo brilhante pronunciamento. Aliás, quando sobe à tribuna desta Casa, V. Exª nos alerta para os problemas sérios que o nosso País está enfrentando. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço, emocionado, a V. Exª pelo aparte. Mas quero acrescentar: amanhã haverá uma reunião do Conselho Monetário. Tive a honra de fazer parte do Conselho Monetário por um ano, quando era Ministro da Agricultura. Naquela época, o Conselho Monetário tinha aquela sala enorme do Ministro da Fazenda, onde se reuniam uns 10 Ministros, os Presidentes do Banco Central, do Banco do Brasil, do BNDES, empresários importantes, convidados e uma série de pessoas. Eu achava até que era demais, confesso – principalmen-

te, havia muita gente de fora. Eu dizia ao Presidente que tinha um projeto para também botar lá dentro as lideranças trabalhadoras. Por que havia uma série de entidades empresariais com representantes no Conselho Monetário, e os trabalhadores e outras entidades não tinham? Aí, o Governo do Senhor Fernando Henrique fez uma coisa interessante. O Conselho Monetário é hoje composto de três pessoas: o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. Se considerarmos que o cargo de Presidente do Banco Central é cargo diretamente ligado ao Ministro da Fazenda, ou ele e o Ministro da Fazenda agem em acordo, ou um dos dois tem de cair fora.

Vemos hoje que o tal do Conselho Monetário é piada. Eles se reúnem para se reunir. Mas, na verdade, nem sei se reúnem. O que sei é que as decisões são assinadas pelo Malan como Presidente do Conselho Monetário. Amanhã, o Conselho vai se reunir. E até o Presidente Fernando Henrique, de Santiago do Chile, disse que espera – é um Presidente interessante, pois ele apenas espera; podia determinar – que baixem os juros na reunião de amanhã. E há uma expectativa de que realmente amanhã seja determinada, pelo Banco Central, uma queda dos escorchantes juros que hoje os bancos estão cobrando.

Estive em São Paulo na sexta-feira, onde conversei com muitas pessoas, e eu diria que há uma expectativa enorme nesse sentido, de que haja uma sinalização para empresários, indústria e sociedade brasileira, da diminuição dos juros. Acredito que, de certa forma – não sei se foi de propósito – essas manchetes, mostrando os lucros dos bancos, a situação em que estão, mostrando como eles vão "muito bem, obrigado" é quase a justificativa. O Conselho Monetário Nacional, se determinar a queda de juros, não precisa fazer nenhuma justificativa; elas já estão em todos os jornais de hoje. Poderia dizer: "Considerando as publicações dos jornais de ontem, segunda-feira, mostrando os lucros fantásticos que tiveram os bancos do Brasil, podemos determinar uma diminuição nos juros no valor de tanto". Acredito que vai acontecer, estou convencido, estou convicto de que amanhã acontecerá isso. E é uma notícia boa no meio de tantas notícias ruins a que estão referindo.

O outro assunto, Sr. Presidente, abordarei em tese. Meu tempo está no final, por isso deixarei para amanhã, se for possível. Diz respeito ao meu Partido. Estamos com uma convenção marcada para o dia 9. Está aqui o nosso Presidente, o Senador Maguito Vilela, está ali o nosso companheiro Michel Temer,

numa disputa democrática a mais elevada para debater a escolha do futuro Presidente do PMDB.

Por outro lado, temos o ex-Presidente, meu grande amigo, Itamar Franco, e eu, numa disputa numa convenção para ver qual dos dois será o candidato à Presidência da República pelo PMDB. Tenho dito e repetido: ninguém haverá de ouvir da minha boca uma palavra que não seja de elogio, de admiração, de carinho e de afeto pelo Presidente Itamar Franco. Ele tem todas as condições de voltar a ser Presidente do Brasil. Na última convenção do PMDB, votei nele. Eu tinha direito a três votos na convenção do PMDB, e dei os três votos ao Presidente Itamar Franco contra a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Lamentavelmente, não foi possível.

Espero que o Itamar e eu possamos ter uma convenção democrática, a mais aberta e a mais livre. O Presidente Itamar Franco, contando com os resultados das pesquisas apontadas pela grande imprensa, tem preferência junto à sociedade bem maior do que eu. É provável que ele seja o vencedor. Se assim for, se rei o primeiro a aplaudi-lo e esperar que ele seja o nosso candidato, como espero que, se for eu o candidato – ele disse isso pessoalmente, na presença de várias pessoas, a mim –, ele daria o seu apoio.

O que não estou gostando é da insistência do Dr. Leonel Brizola, que ainda agora, neste momento em que estou aqui na tribuna, está lá no Rio de Janeiro, insistindo com o nosso companheiro Itamar Franco para que ele saia do PMDB, para que ele vá para o PDT e faça uma aliança com o Sr. Ciro Gomes.

O interessante é que o Dr. Brizola fez um programa gratuito, daqueles a que o PDT tem direito, e nesse programa a que o PDT tem direito ele fez a sua programação protestando contra o Presidente Fernando Henrique, que está se metendo no PMDB, que está dando palpite, que está influenciando e está querendo desgastar o PMDB.

Acho que o Sr. Brizola fez bem. O Senhor Fernando Henrique não tem nada que se meter no PMDB, não tem nada que ver com o PMDB. O PMDB vai decidir na sua convenção, com as suas Lideranças, o seu destino. Aí, concordo. Essa tese que do Dr. Fernando Henrique imaginar que tem o direito de impor que o PMDB apóie o candidato do PSDB não existe. É uma unanimidade no PMDB a candidatura própria e traz, como consequência, o afastamento do Governo. Quanto a isso, o Dr. Brizola pode ficar tranquilo.

Agora, por outro lado, eu é que me preocupo com a insistência do Dr. Brizola querendo tirar o Itamar do nosso Partido. O Fernando Henrique está fa-

zendo força para que o PMDB não apóie o Itamar e apóie o Governo. Em compensação, o Sr. Brizola está fazendo força para tirar o Itamar dos quadros do PMDB para levá-lo para o PDT. E vai à televisão dizer que lamenta, que é um absurdo o que o Fernando Henrique está fazendo, praticando um ato de descortesia, não respeitando os Partidos políticos, não dando força aos Partidos políticos, que estão querendo enfraquecer o PMDB. Posso usar as palavras que o Dr. Brizola usou ao se dirigir ao Fernando Henrique para me dirigir ao Dr. Brizola, com relação ao que ele está fazendo junto ao Dr. Itamar Franco.

Solicitar, fazer um levantamento, uma proposta, dialogar é normal. É normal que qualquer Partido queira ter a honra de ter o Itamar como candidato. Procurar o Itamar, buscar um entendimento entre as Oposições, conversar com o Ciro, isso tudo é normal. Mas a insistência, a força, a persuasão e a constância saíram do terreno da elegância política e passaram para o terreno de uma pressão que tem muito de falta de grandeza.

Espero que o Dr. Itamar Franco não se iluda. Sei que o Dr. Brizola é um homem de bem e quero felicitá-lo hoje. Estamos na Semana da Legalidade que, no dia 25 próximo, fará 40 anos que o Dr. Brizola comandou do Rio Grande do Sul o Movimento da Legalidade, uma das páginas mais bonitas da História do Brasil, quando os militares decretaram que João Goulart, com a renúncia de Jânio Quadros, não assumiria a Presidência da República, e os três Ministros militares impuseram o Presidente do Congresso a ocupar a Presidência da República.

O Sr. Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, fez a Campanha da Legalidade, a Rede da Legalidade. Comandando pela Rádio Guaíba, fez um movimento extraordinário, que uniu todo o Rio Grande do Sul – fato semelhante só ocorreu na Revolução de 30. O Sr. Leonel Brizola fez, por meio de uma caminhada por rádios e jornais do Brasil inteiro, com que o Dr. João Goulart terminasse voltando ao Brasil e sendo empossado na Presidência da República.

É verdade que houve o problema do parlamentarismo, quando o Congresso cometeu um erro grave. É verdade que a votação se deu de maneira grosseira. Mas o Movimento da Legalidade dá nota dez ao Dr. Brizola.

Mesmo assim, neste dia, eu lhe digo: "não fica bem, Dr. Brizola, esse tipo de trabalho". Eu diria ao meu amigo Dr. Itamar Franco que ele tem todo o direito de escolher, mas hoje ele sabe, nós sabemos e o meu amigo Maguito Vilela, presidente do meu Partido, sabe que a candidatura direta à Presidência da

República do PMDB é irreversível. Não há força alguma, nem Presidente da República nem ninguém que barre esse processo. Se há alguém, dentro do PMDB, tentando forçar algum movimento em sentido contrário, ficará falando sozinho. O PMDB decidirá pela candidatura própria e afastar-se-á do Governo.

Por isso, se o Dr. Itamar Franco sair do Partido, será uma perda para nós, uma grande perda para o PMDB, mas o Partido continuará a sua caminhada. Não sei o que ocorrerá com o Dr. Itamar, não sei.

O Dr. Brizola é um homem de grande valor e de grandes qualidades. Mas, na verdade, no que se refere à Presidência da República, ele não tem sido muito feliz, não tem acertado, embora a sua luta seja permanente desde que era Governador, desde a campanha “cunhado não é parente”, quando ele buscava a Presidência da República e terminou não conseguindo.

Desde então, houve vários movimentos – prefiro não os citar – em que o Dr. Brizola se comprometeu com várias situações, até com pessoas como o ex-Presidente Fernando Collor e o ex-Presidente Figueiredo, com os quais ele não tinha nenhuma identidade. Essa é uma demonstração de que ele busca, quase com alucinação, chegar à Presidência. Primeiro, candidatou-se ele próprio. Não deu. Candidatou-se, então, a vice do Lula. Como não foi possível ser vice do Lula, coordena, agora, uma caminhada.

Mas não é por aí, meu amigo Itamar Franco. Não é por aí. V. Ex^a tem a sua biografia, tem o seu passado e tem o seu presente. E as perspectivas hoje são do PMDB. Alguém diz assim: “Simon, você está fazendo isso para o Itamar, e, se o Itamar fica no PMDB, ele tem todas as condições de derrotá-lo e de fazer com que você perca a convenção para ele”. E daí?! Não estou em busca da imposição do meu nome, mas quero que o PMDB tenha um bom candidato. Se acharem que o Itamar é bom, serei o primeiro a reconhecer que o Itamar é ótimo! Agora, se S. Ex^a sair, estaremos em campos opostos. Uma coisa é o Itamar candidato a Presidente pelo PMDB; outra coisa é uma candidatura inventada pelo PDT, para, de uma hora para outra, mudar a sua trajetória e a sua biografia. Eles estão lá reunidos! Apelo para que Deus inspire o meu amigo Itamar Franco.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, do PFL do Rio Grande do Norte, por vinte minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa é teste-

munha de que não costumamos trazer fatos da minha província do Rio Grande do Norte para debate nesta Casa, mas sou obrigado a fazê-lo e o faço hoje, porque o caso que abordarei deixou de ser estadual para ser nacional. Infelizmente, o meu Estado entra na rota nacional das denúncias de fatos desabonadores do serviço público estadual.

Este caso é do conhecimento do País, pelas denúncias e pelas notícias veiculadas no Jornal da Record, por Boris Casoy, em diversas edições; no Jornal Nacional do último sábado, da TV Globo; e agora, mais recentemente, pelo envolvimento da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB nacional.

Lamento trazer a esta Casa um fato que entristece o Rio Grande do Norte e a mim, particularmente. Não se trata de um fato de província, mas de um fato nacional. É meu dever, como Senador pelo Rio Grande do Norte, trazê-lo ao conhecimento da Casa para registrar a minha posição.

Há dois ou três meses, um cidadão acusado de envolvimento com homicídio no Rio Grande do Norte prestou depoimento, escrito e assinado, ao Ministério Público do Estado, testemunhado por um Delegado da Polícia Civil. Esse testemunho prestado por um acusado de homicídio continha denúncias de extrema gravidade. De tão graves, os fatos denunciados, apesar da sua origem, motivaram uma investigação responsável por parte do Ministério Público do Rio Grande do Norte, que, mediante mandado judicial, entrou na imobiliária do cunhado do Governador Garibaldi Alves Filho – o principal acusado no depoimento – e fez uma apreensão de uma grande quantidade de documentos. Segundo o Ministério Público do Rio Grande do Norte, trata-se de documentos comprometedores, provas daquilo que o acusado de homicídio disse em seu depoimento e que demonstram claramente indícios fortíssimos de que no Governo do Rio Grande do Norte existiam, por parte do cunhado do Governador, tráfico de influência, superfaturamento de obras e influência no pagamento de precatórios trabalhistas, entre outras coisas.

Sr. Presidente, após a publicação desse depoimento, feita pela imprensa local, que provocou enorme inquietação na sociedade potiguar, abordagens e investigações ocorreram no Rio Grande do Norte. No curso dessas abordagens e investigações, fatos determinaram a demissão de dois Secretários de Estado. O primeiro demitido foi o Secretário de Segurança Pública, que recebeu, seguramente, cópia do depoimento – e com brevidade –, uma vez que esse foi prestado ao Ministério Público com a presença de um Delegado da Polícia Civil, que, evidentemente, é su-

República do PMDB é irreversível. Não há força alguma, nem Presidente da República nem ninguém que barre esse processo. Se há alguém, dentro do PMDB, tentando forçar algum movimento em sentido contrário, ficará falando sozinho. O PMDB decidirá pela candidatura própria e afastar-se-á do Governo.

Por isso, se o Dr. Itamar Franco sair do Partido, será uma perda para nós, uma grande perda para o PMDB, mas o Partido continuará a sua caminhada. Não sei o que ocorrerá com o Dr. Itamar, não sei.

O Dr. Brizola é um homem de grande valor e de grandes qualidades. Mas, na verdade, no que se refere à Presidência da República, ele não tem sido muito feliz, não tem acertado, embora a sua luta seja permanente desde que era Governador, desde a campanha “cunhado não é parente”, quando ele buscava a Presidência da República e terminou não conseguindo.

Desde então, houve vários movimentos – prefiro não os citar – em que o Dr. Brizola se comprometeu com várias situações, até com pessoas como o ex-Presidente Fernando Collor e o ex-Presidente Figueiredo, com os quais ele não tinha nenhuma identidade. Essa é uma demonstração de que ele busca, quase com alucinação, chegar à Presidência. Primeiro, candidatou-se ele próprio. Não deu. Candidatou-se, então, a vice do Lula. Como não foi possível ser vice do Lula, coordena, agora, uma caminhada.

Mas não é por aí, meu amigo Itamar Franco. Não é por aí. V. Ex^a tem a sua biografia, tem o seu passado e tem o seu presente. E as perspectivas hoje são do PMDB. Alguém diz assim: “Simon, você está fazendo isso para o Itamar, e, se o Itamar fica no PMDB, ele tem todas as condições de derrotá-lo e de fazer com que você perca a convenção para ele”. E daí?! Não estou em busca da imposição do meu nome, mas quero que o PMDB tenha um bom candidato. Se acharem que o Itamar é bom, serei o primeiro a reconhecer que o Itamar é ótimo! Agora, se S. Ex^a sair, estaremos em campos opostos. Uma coisa é o Itamar candidato a Presidente pelo PMDB; outra coisa é uma candidatura inventada pelo PDT, para, de uma hora para outra, mudar a sua trajetória e a sua biografia. Eles estão lá reunidos! Apelo para que Deus inspire o meu amigo Itamar Franco.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, do PFL do Rio Grande do Norte, por vinte minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa é teste-

munha de que não cos tu mo tra zer fa tos da mi nha pro ví ncia do Rio Grande do Norte para debate nesta Casa, mas sou obrigado a fazê-lo e o faço hoje, porque o caso que abordarei deixou de ser estadual para ser nacional. Infelizmente, o meu Estado entra na rota nacional das denúncias de fatos desabonadores do serviço público estadual.

Este caso é do conhecimento do País, pelas denúncias e pelas notícias veiculadas no Jornal da Record, por Boris Casoy, em diversas edições; no Jornal Nacional do último sábado, da TV Globo; e agora, mais recentemente, pelo envolvimento da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB nacional.

Lamento trazer a esta Casa um fato que entristece o Rio Grande do Norte e a mim, particularmente. Não se trata de um fato de província, mas de um fato nacional. É meu dever, como Senador pelo Rio Grande do Norte, trazê-lo ao conhecimento da Casa para registrar a minha posição.

Há dois ou três meses, um cidadão acusado de envolvimento com homicídio no Rio Grande do Norte prestou depoimento, escrito e assinado, ao Ministério Público do Estado, testemunhado por um Delegado da Polícia Civil. Esse testemunho prestado por um acusado de homicídio continha denúncias de extrema gravidade. De tão graves, os fatos denunciados, apesar da sua origem, motivaram uma investigação responsável por parte do Ministério Público do Rio Grande do Norte, que, mediante mandado judicial, entrou na imobiliária do cunhado do Governador Garibaldi Alves Filho – o principal acusado no depoimento – e fez uma apreensão de uma grande quantidade de documentos. Segundo o Ministério Público do Rio Grande do Norte, trata-se de documentos comprometedores, provas daquilo que o acusado de homicídio disse em seu depoimento e que demonstram claramente indícios fortíssimos de que no Governo do Rio Grande do Norte existiam, por parte do cunhado do Governador, tráfico de influência, superfaturamento de obras e influência no pagamento de precatórios trabalhistas, entre outras coisas.

Sr. Presidente, após a publicação desse depoimento, feita pela imprensa local, que provocou enorme inquietação na sociedade potiguar, abordagens e investigações ocorreram no Rio Grande do Norte. No curso dessas abordagens e investigações, fatos determinaram a demissão de dois Secretários de Estado. O primeiro demitido foi o Secretário de Segurança Pública, que recebeu, seguramente, cópia do depoimento – e com brevidade –, uma vez que esse foi prestado ao Ministério Público com a presença de um Delegado da Polícia Civil, que, evidentemente, é su-

bordinado à Secretaria de Segurança Pública. Mas esse Secretário recebeu cópia do depoimento e uma fita de vídeo gravada com o depoimento. Essa fita de vídeo foi destruída, mesmo sendo prova de um crime que estava deixando a opinião pública do Rio Grande do Norte perplexa. Essa prova foi anunciada como destruída, o que não causou nenhuma estranheza no Governador. S. Ex^a, ao contrário da sociedade potiguar, não ficou perplexo com a destruição da fita determinada pelo Secretário de Segurança. S. Ex^a não viu nenhum mal nisto e, por essa razão, não mandou demitir o Secretário de Segurança.

Mas foi demitido, dias ou semanas após, pelo fato de ter sido denunciado, também pela imprensa, que, proprietário de uma fazenda rural produtora de banana, o Secretário teria vendido a fruta algumas vezes, por preço normal, ao Corpo de Bombeiros, corporação sob sua jurisdição. Movido pela pressão da opinião pública, S. Ex^a, o Governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves, demitiu o Secretário.

A abordagem dos fatos que aqui estou relatando também levaram à demissão do Procurador-Geral do Estado. Citado no depoimento, foi objeto de matéria divulgada pela imprensa potiguar e pela imprensa nacional em reportagem de televisão, de uma visível cadeia de tráfico de influências entre o Cunha do do Governador e o Procurador-Geral do Estado, chegando ao Governo do Estado. Passaram-se dias até que a perplexidade da opinião pública fosse satisfeita com a demissão do Procurador-Geral do Estado. Terminou demitido, mas pela perplexidade e pressão da opinião pública; pressão que hoje se estende de norte a sul, de leste a oeste do Estado.

O Rio Grande do Norte está indignado com os fatos que todos os dias são denunciados pela imprensa.

Contamos, é verdade, com a isenta e ativa investigação dos membros do Ministério Público do Rio Grande do Norte, que, apesar de ser ativa, autônoma e corajosa, conforme manifestaram-se alguns promotores, já se declarou favorável e desejosa da instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para que os fatos, que são mais políticos do que técnicos, sejam investigados. E à sociedade do Rio Grande do Norte interessa, acima de tudo, a investigação dos fatos, para que seja evitado o pior: a impunidade.

Faço parte da Oposição no Rio Grande do Norte. Diante da indignação da sociedade potiguar, que se vê agredida todos os dias por denúncias que desabonam a conduta e o caráter de muitos dos que fazem parte da vida pública no Estado, compete à Oposição a obrigação de promover essa investigação política

na sua total amplitude, como fazemos aqui no Senado Federal por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito. Se culpados existirem, devem ser levados à Justiça para que sejam punidos, para que não fique o culpado impune.

Cumprimos, nós da Oposição – do PFL, do PTB, do PT, do PDT –, o nosso dever constitucional – que é também privilégio constitucional das minorias – de solicitar a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. São 24 Deputados, e um terço seriam oito. O requerimento apresentado à Assembleia Legislativa continha não oito, mas dez assinaturas; portanto, duas a mais do que o terço regimental.

Fato determinado, outra exigência regimental e constitucional para a abertura de uma CPI, também existia. A demissão dos dois Secretários de Estado, é verdade, foi por pressão da opinião pública; mas os acontecimentos que levaram a demissão já são os fatos determinados que justificam a abertura da CPI.

Mas o que ocorreu? Esta é a tristeza que o Rio Grande do Norte tem a lamentar: a maioria, movida pela pressão do Governo, em vez de agir como este Plenário, submeteu o requerimento não à Mesa, mas à Comissão de Constituição, Justiça e depois ao Plenário, onde o Governo é maioria, negando o direito constitucional das minorias de investigar os fatos por intermédio de uma CPI, desde que cumpridos os preceitos regimentais e constitucionais. No entanto, por uma manobra do Governo do Estado, a maioria governista se moveu e abafou a CPI, rasgando o Regimento da Assembleia e a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

A sociedade se moveu. Os abaixo-assinados estão sendo colhidos na Capital e no interior. É a sociedade que, indignada, está-se movendo para pressionar a realização de uma investigação.

Mais do que a sociedade, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio Grande do Norte, publicou uma nota de estranheza e repúdio à atitude da Assembleia Legislativa pela sua maioria governista – não por nós, que fazemos a oposição. A resposta da Assembleia foi muito grosseira à Ordem dos Advogados do Brasil. Esta, no meu entender, está prestando um precioso serviço às instituições potiguares, à ordem potiguar e ao desejo da sociedade de ver esses fatos denunciados investigados. A seção da OAB no Rio Grande do Norte, que foi agredida, está recebendo, pelo que estou informado, a solidariedade da OAB Nacional e das seções dos Estados vizinhos.

Trago este assunto ao plenário do Senado porque aqui se age diferente. Aqui, cortando as carnes, já fomos obrigados a mover processos que levaram à

renúncia, para não se chegar à cassação de três colegas nossos. Mas não deixamos que fatos denunciados com gravidade reconhecida ficassem impunes.

No meu Estado, encontra-se em curso, pela maioria governista na Assembléia Legislativa, a pressão do Governo às instituições. Os corajosos, no Rio Grande do Norte, têm sabido resistir, mas a pressão manifesta-se ao ponto de eu ler no jornal de hoje, edição de sábado e domingo, um editorial muito bem escrito, que peço licença às Srs. Senadores para ler, como testemunho da imprensabilidade do meu Estado, um fato que está envergonhando o Rio Grande do Norte.

É de autoria do Sr. Vicente Serejo, que faz parte do Conselho Editorial do Jornal de Hoje. Trata-se, portanto, de um editorial de um jornal da imprensa livre do Rio Grande do Norte. Diz o Sr. Vicente Serejo:

Os grandes embates, diante da opinião, são sempre mantidos por temperatura e tensões muito elevadas e, por isso mesmo, são reveladores dos mais bem escondidos sentimentos. E quanto maior o calor da luta, mais são claros esses pontos de fusão desses sentimentos matizados em todas as suas gradações, da simples impaciência ao sectarismo, da intolerância ao autoritarismo. Daí por que, com algum tempo, as radiografias públicas ficam completas e revelam toda a verdade sem dissimulações.

Quem tiver colecionado, ao menos na memória mais recente, as atitudes e argumentos que envolvem o Caso Gusson, vai notar que as verdades de todas as cores e tendências se revelaram pouco a pouco. E a tal ponto, que hoje já se pode montar um painel de reações que revela, entre traços e cores, como somos na intimidade. É como se os sentimentos mais contidos e mais bem escondidos nas cavernas da alma aflorassem de repente com as tinturas do verdadeiro e do falso, sem tergiversações.

Primeiro foi a fita e a injustificável destruição. [Já me referi a este fato.] Uns negaram. Outros confirmaram. Até que o então Secretário de Segurança, Cel. Josemar Tavares, caiu do cargo: Depois foi a vez do então Procurador Francisco Nunes. Uns o inocentaram, outros o culparam. Mas os fac-símiles dos bilhetes neste jornal deflagraram a sua exoneração. E só não se sabe mais sobre o episódio porque o Procurador

saiu em silêncio atendendo aos apelos de amigos pessoais para evitar tumultos ainda mais graves.

Veio a ação do Advogado Diógenes da Cunha Lima pedindo sigilo absoluto, e como a sociedade, ao invés de silenciar, foi às ruas protestar, assinou o abaixo-assinado, e a OAB reagiu, a ação foi retirada. Valeu o direito de o cidadão saber o que acontece na sociedade. Agora, a declaração infeliz do Procurador Anísio Marinho [feito novo Secretário de Segurança do Estado], que se anuncia como um herói a lutar pelo sigilo de informações, logo ele, que usava de adjetivação pesada e de forma pública exercia, a tudo e a todos, informando.

No episódio mais recente, o Promotor Edevaldo Alves Barbosa protesta por ter sido suprimido o "Alves" da inteireza legítima do seu nome. Ora, se a supressão tivesse sido do Barbosa, não faltaria quem registrasse que o seu "Alves", mesmo sendo legítimo teria sido isolado por alguma razão de insinuação subliminar por ser o mesmo do Governador.

E desmente um colunista por transcrever informações originalmente publicadas no **Diário de Pernambuco**, com cópia para a parte interessada. Veio a Assembléia e negou a CPI. Saltou de lá a OAB e agrediu o Poder Legislativo em vez de protestar.

Lição de destemor e isenção se há de reconhecer no Senado Federal, que apurou tudo com transmissão ao vivo pelo seu próprio canal de TV. Indagando de forma grave, criticando, acusando, arguindo e até acareando Senadores. Um deles ex-Ministro de Estado duas vezes, ex-Governador três vezes, ex-Presidente do próprio Senado. Três senadores já renunciaram, temendo a cassação de seus mandatos, com perda irrevogável dos direitos políticos, todos envolvidos em acusações escabrosas.

Nem por isso a democracia faleceu, o regime caiu, as ações despencaram na Bolsa de Valores, o País quebrou. E tudo foi tratado com total intensidade de cobertura jornalística. No caso do Senador Jader Barbalho, Presidente do Senado – e o próximo a cair, segundo opinião dele – já treze capas da revista **Veja**, todas condenando-o. Ora, como tanta intolerância com o jornalismo

que se faz aqui? [Aqui, refere-se ele ao Rio Grande do Norte, sugerindo que a imprensa está sendo objeto de intolerância.] Só foi legítimo o jornalismo que fez, aqui e no Brasil, contra o Senador e então Ministro Fernando Bezerra? Vale para quem é Bezerra, mas não vale para quem é Alves, Nunes, Santos ou Gusson? Como se houvesse uma jurisprudência de sobrenomes?

Se as apurações caírem no pântano de mussarela, uma coisa a liberdade de informação, de expressão e de opinião foi capaz de garantir: a radiografia sem retoques de todas as pessoas envolvidas no Caso Gusson. Quando nada, o episódio serviu para se saber quem são os suspeitos, os que nada temem, os valentes, os destemidos, os democratas, os intolerantes. Mascaraado, por puro desrespeito da Polícia para com a opinião pública, só ficou Luís Henrique Gusson.

Para finalizar o meu pronunciamento, desejo dizer que, pela ação da Oposição, por meio de uma CPI que insistiremos em instalar, para satisfazer o desejo da opinião pública, desmascarados serão todos os culpados, porque isso significa fazer a vontade do povo. A sociedade do Rio Grande do Norte está indignada, e a Oposição cumprirá o seu papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Moreira Mendes, também do PFL.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa nesta tarde de segunda-feira para fazer uma denúncia a respeito de interesses escusos que tentam obstruir, impedir, dificultar a construção de duas importantes obras do meu Estado de Rondônia, mais especificamente de duas pontes sobre o rio Madeira: uma na cidade de Porto Velho, ligando a BR-364 à BR-319, que leva a Humaitá e Manaus, portanto integrando toda essa vasta região ao Estado do Amazonas e, conseqüentemente, a integração com todo o Caribe; e outra que é fruto de um trabalho que quero dividir com o Senador Tião Viana, do vizinho Estado do Acre, que tem sido também um incansável batalhador nesse sentido, que é a ponte sobre o mesmo rio Madeira na altura do Distrito de Abunã, no Estado de Rondônia, interligando as cidades de Porto Velho a Rio Branco, capital do Estado do Acre.

Vale aqui fazer um pequeno histórico, Sr. Presidente, que começou com a criação do 22º Distrito Rodoviário, que tem competência sobre os Estados de Rondônia e do Acre. Foi uma luta muito grande. Toda a questão rodoviária federal dos Estados do Acre e Rondônia estava ligada até o início do ano passado ao 1º Distrito Rodoviário com sede em Manaus, o que significa dizer que, para todos os assuntos relacionados com as nossas estradas federais, quer no Estado de Rondônia, quer no Estado do Acre, deveríamos nos dirigir a Manaus, para tratar de assuntos de interesse dos nossos Estados. E com muita determinação e vontade, tanto minha quanto do Senador Tião Viana, conseguimos sensibilizar o Ministro dos Transportes, acabando-se, portanto, por criar o 22º Distrito Rodoviário, com competência sobre os Estados de Rondônia e Acre. Essa foi a primeira batalha.

A segunda foi criada no papel, mas não instalada. Após isso, com muita discussão e muita briga, conseguimos a instalação. Posteriormente, veio a questão da nomeação do chefe do Distrito, outra batalha que conseguimos vencer. Fomos caminhando. Finalmente, o Distrito se instalou e já tem produzido resultados excelentes para os dois Estados, sobretudo para o Estado do Acre. Mas nem por isso se descura de tudo aquilo que é importante para o Estado de Rondônia, com obras de importância como a recuperação das BR-364, BR-429, BR-421, BR-174, BR-425. E, desde então, Sr. Presidente, vimos, tanto eu quanto o Senador Tião Viana, lutando junto ao Orçamento da União pela aprovação de emendas da Bancada regional para alocar recursos para a construção dessas duas importantes obras. Conseguimos fazê-lo no Orçamento de 1999 para aplicação em 2000. Lamentavelmente, quando se realizou a licitação pública para a construção da ponte, vieram maus brasileiros, maus rondonienses, e acabaram por inviabilizar a licitação, que já havia sido realizada. Por conta de supostas irregularidades, arrumaram a figura de um laranja e conseguiram liminar de um juiz federal suspendendo a execução da obra sob a alegação de defeitos no edital. O resultado foi que o exercício terminou e perdemos os recursos alocados, mas continuamos a luta. Alocamos novamente recursos no final de 2000 para serem aplicados em 2001, e o DNER, corrigindo tudo o que foi apontado como defeito no edital, publicou outro edital. Houve nova concorrência para as duas pontes, ambas as licitações se desenvolveram sem nenhum recurso, quer administrativo, quer judicial. Quero deixar claro que participaram da concorrência, se não me falha a memória, 22 concorrentes e, finalmente, foi publicado o resultado.

que se faz aqui? [Aqui, refere-se ele ao Rio Grande do Norte, sugerindo que a imprensa está sendo objeto de intolerância.] Só foi legítimo o jornalismo que fez, aqui e no Brasil, contra o Senador e então Ministro Fernando Bezerra? Vale para quem é Bezerra, mas não vale para quem é Alves, Nunes, Santos ou Gusson? Como se houvesse uma jurisprudência de sobrenomes?

Se as apurações caírem no pântano de mussarela, uma coisa a liberdade de informação, de expressão e de opinião foi capaz de garantir: a radiografia sem retoques de todas as pessoas envolvidas no Caso Gusson. Quando nada, o episódio serviu para se saber quem são os suspeitos, os que nada temem, os valentes, os destemidos, os democratas, os intolerantes. Mascaraado, por puro desrespeito da Polícia para com a opinião pública, só ficou Luís Henrique Gusson.

Para finalizar o meu pronunciamento, desejo dizer que, pela ação da Oposição, por meio de uma CPI que insistiremos em instalar, para satisfazer o desejo da opinião pública, desmascarados serão todos os culpados, porque isso significa fazer a vontade do povo. A sociedade do Rio Grande do Norte está indignada, e a Oposição cumprirá o seu papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Moreira Mendes, também do PFL.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa nesta tarde de segunda-feira para fazer uma denúncia a respeito de interesses escusos que tentam obstruir, impedir, dificultar a construção de duas importantes obras do meu Estado de Rondônia, mais especificamente de duas pontes sobre o rio Madeira: uma na cidade de Porto Velho, ligando a BR-364 à BR-319, que leva a Humaitá e Manaus, portanto integrando toda essa vasta região ao Estado do Amazonas e, conseqüentemente, a integração com todo o Caribe; e outra que é fruto de um trabalho que quero dividir com o Senador Tião Viana, do vizinho Estado do Acre, que tem sido também um incansável batalhador nesse sentido, que é a ponte sobre o mesmo rio Madeira na altura do Distrito de Abunã, no Estado de Rondônia, interligando as cidades de Porto Velho a Rio Branco, capital do Estado do Acre.

Vale aqui fazer um pequeno histórico, Sr. Presidente, que começou com a criação do 22º Distrito Rodoviário, que tem competência sobre os Estados de Rondônia e do Acre. Foi uma luta muito grande. Toda a questão rodoviária federal dos Estados do Acre e Rondônia estava ligada até o início do ano passado ao 1º Distrito Rodoviário com sede em Manaus, o que significa dizer que, para todos os assuntos relacionados com as nossas estradas federais, quer no Estado de Rondônia, quer no Estado do Acre, deveríamos nos dirigir a Manaus, para tratar de assuntos de interesse dos nossos Estados. E com muita determinação e vontade, tanto minha quanto do Senador Tião Viana, conseguimos sensibilizar o Ministro dos Transportes, acabando-se, portanto, por criar o 22º Distrito Rodoviário, com competência sobre os Estados de Rondônia e Acre. Essa foi a primeira batalha.

A segunda foi criada no papel, mas não instalada. Após isso, com muita discussão e muita briga, conseguimos a instalação. Posteriormente, veio a questão da nomeação do chefe do Distrito, outra batalha que conseguimos vencer. Fomos caminhando. Finalmente, o Distrito se instalou e já tem produzido resultados excelentes para os dois Estados, sobretudo para o Estado do Acre. Mas nem por isso se descura de tudo aquilo que é importante para o Estado de Rondônia, com obras de importância como a recuperação das BR-364, BR-429, BR-421, BR-174, BR-425. E, desde então, Sr. Presidente, vimos, tanto eu quanto o Senador Tião Viana, lutando junto ao Orçamento da União pela aprovação de emendas da Bancada regional para alocar recursos para a construção dessas duas importantes obras. Conseguimos fazê-lo no Orçamento de 1999 para aplicação em 2000. Lamentavelmente, quando se realizou a licitação pública para a construção da ponte, vieram maus brasileiros, maus rondonienses, e acabaram por inviabilizar a licitação, que já havia sido realizada. Por conta de supostas irregularidades, arrumaram a figura de um laranja e conseguiram liminar de um juiz federal suspendendo a execução da obra sob a alegação de defeitos no edital. O resultado foi que o exercício terminou e perdemos os recursos alocados, mas continuamos a luta. Alocamos novamente recursos no final de 2000 para serem aplicados em 2001, e o DNER, corrigindo tudo o que foi apontado como defeito no edital, publicou outro edital. Houve nova concorrência para as duas pontes, ambas as licitações se desenvolveram sem nenhum recurso, quer administrativo, quer judicial. Quero deixar claro que participaram da concorrência, se não me falha a memória, 22 concorrentes e, finalmente, foi publicado o resultado.

Quando o resultado estava para ser homologado pelo DNER, por meio de um conselho que se reúne para tanto, surgiu uma carta, subscrita por um cidadão de nome Guido Rolim, dirigida ao Senhor Presidente da República, na qual eram apresentados novamente os mesmos argumentos do ano passado. Entretanto, dessa vez, a Justiça não concedeu liminar porque todos os defeitos que ele apontara no edital foram corrigidos. Mesmo assim esse cidadão, que representa os interesses dos balseiros da Região Norte – e existe um conluio dessas pessoas –, conseguiu que novamente fossem suspensos o início dessas duas obras, por conta dessa denúncia esdrúxula e sem fundamento.

Denunciei esse fato à imprensa do Estado de Rondônia na sexta-feira passada. Estão aqui exemplares da **Folha de Rondônia** e do **Diário da Amazônia**, dois importantes jornais do meu Estado. Levei ao conhecimento da nossa sociedade fatos que até então guardava. Fui procurado pelos proprietários dessas balsas, que operam tanto em Porto Velho quanto na região de Abunã e ganham verdadeiras fortunas todos os anos, cobrando pedágio para a travessia do rio Madeira, que é um dos maiores rios do Brasil, os quais trouxeram uma proposta indecorosa, para que eu não permitisse alocação de recursos para a construção das pontes, porque prejudicaria o negócio deles.

Ora, Sr. Presidente, o que é mais importante: o negócio do balseiro, ou a economia dos dois Estados e o bem-estar dos milhares de habitantes do Acre e de Rondônia?

Quero, nesta tarde, denunciar esse fato e pedir a transcrição de ambos os artigos e das notas publicadas nos jornais citados, para que fique aqui registrada, de forma clara e indelével, a minha repulsa contra atitudes como essa. Esse pessoal – é um **lobby** – representa um cartel que só sabe explorar as pessoas que usam a BR-364 e a 319 e tenta, dessa forma, impedir a construção das duas pontes.

Quero deixar, desta tribuna, um recado claro para essas pessoas: não desistirei. Enquanto for Senador pelo Estado de Rondônia, essas pessoas estarão no seu encalço a minha determinação, a minha vontade de não permitir que fatos como esse continuem ocorrendo. Vou denunciá-los toda vez que tiver qualquer informação de que estão tramando contra o interesse do povo.

Tenho notícia, por exemplo, Sr. Presidente, de que os funcionários dessas empresas não são registrados, é o trabalho escravo disfarçado. Apresentarei amanhã um requerimento a esta Casa pedindo deta-

lhes dos contratos de concessão que essas empresas têm para saber qual a origem deles, como foram feitos, se houve licitação, se já venceram, como foi a prorrogação deles. Encaminharei ofício ao Ministério da Previdência e Assistência Social e ao Ministério do Trabalho e Emprego, para que apurem a denúncia de trabalho escravo por parte desses balseiros. Vamos esclarecer definitivamente essa manobra sórdida dessas pessoas, que só visam seus interesses pessoais, para prejudicar a população dos Estados do Acre e de Rondônia.

Fica, portanto, aqui esse registro.

Quero terminar dizendo que a construção dessas pontes é de suma importância estratégica para o desenvolvimento dos dois Estados e para o Brasil, de modo geral, é indiscutível, porque ligará os Estados e permitirá a tão sonhada saída para o oceano Pacífico, que se consolida, passo a passo, a cada dia, por meio de obras do Governo Federal e do Governo dos Estados do Acre e de Rondônia. Essa obra também permitirá a integração dos mercados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e de Rondônia com o Amazonas e, conseqüentemente, com o Caribe, por meio da outra ponte sobre o rio Madeira, lá na cidade de Porto Velho.

Ficam, portanto, aqui esse registro e essa denúncia. Asseguro a todo o povo do meu Estado, sobretudo a esses maus rondonienses, que exploram essa atividade, que estarei aqui, diligentemente, acompanhando e denunciando essas manobras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOREIRA MENDES EM
SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO
NOS TERMOS DO ART. 210 DO
REGIMENTO INTERNO.**

Obras da ponte sobre o Madeira estão suspensas

**Senador Moreira Mendes denuncia teste de ferro
interessado no embargo das pontes**

Os senadores Moreira Mendes (PFL) e Tião Viana (PT-AC) preparam uma ação conjunta para pôr fim à suspensão temporária das obras da ponte de 1.030 metros sobre o rio Madeira, na Ponta do Abunã, que dá acesso entre os Estados de Rondônia e Acre, determinada pelo DNER, enquanto se investiga uma denúncia encaminhada à Presidência da República por Guido Rolim, do Amazonas.

Por conta dessa carta "chula", segundo o senador, o DNER, em Brasília, resolveu suspender a obra prevista para iniciar até dezembro desse ano, enquanto uma comissão do Ministério da Fazenda investiga as denúncias. Guido Rolim, que subscree a carta, seria, segundo Moreira Mendes, um possível teste de ferro de empresas de embarca-

ções que exploram a travessia do rio, e alega em sua exposição de motivos que o Projeto Básico Ambiental para construção da ponte não seria "bastante claro", _mesma base de argumentação feita por ele para embargar a licitação no ano passado _ segundo o senador.

Mendes tomou conhecimento da suspensão na quinta-feira à noite e ontem mesmo teria feito contato com seu colega do Acre para juntos, na próxima segunda-feira, reverter a situação através do Senado. Ele pretende pedir uma investigação sobre a situação legal da empresa concessionária do DNER para exploração da balsana Pontado Abunã, a situação funcional dos trabalhadores junto ao Ministério do Trabalho e um levantamento junto ao Ibama e Incra das propriedades agrícolas da empresa no Estado.

Mendes alega que teria sido procura do pela direção da empresa, no ano passado, para pressioná-lo a "parar" os trabalhos da bancada federal para viabilizar os recursos para as pontes. "Quando fui procura do me alegaram que a ponte iria de sempre garapessoas. Eu perguntei quanto empregos eles geravam. Uns 30, me responderam. Veja setem cabimento que rerparar um empreendimento que irá beneficiar milhares de pessoas na região e gerar mais de 2 mil empregos só com a construção da ponte," afirmou Mendes.

Foto (Moreira Mendes acionou o senador Tião Viana (PT-AC).

Senador Moreira Mendes denuncia manobra de balseiros para evitar a construção de pontes sobre os Rios Madeira e Abunã

Complô contra pontes

Valbrán Junior
Porto Velho

Mais uma vez as obras das pontes sobre os rios Madeira e Abunã correm o risco de ser impugnadas por uma conspiração misteriosa que não mostra a cara, mas que esconde um fio que sustenta um milíonário pa drão de vida de meia dúzia de pessoas. A denúncia foi feita ontem pelo senador Rubens Moreira Mendes (PFL), em entrevista coletiva agendada para anunciar os ganhos dos prêmios do Concurso de Redação Marise Castiel, mas que acabou enveredando para a estranha e abstrata força que há anos atua com grande eficiência nos bastidores do poder, contra a construção de pontes na região Norte.

Só que, desta vez, o senador Moreira Mendes promete não deixar barato e vai partir para o confronto. Ele promete apurar, identificar e denunciar as pessoas que estão por trás do sorrateiro complô, num exercício de manipulação de autoridades e retenção do processo. Para Moreira Mendes, "é evidente que a construção das pontes só não interessa aos proprietários de balsas que fazem a travessia dos rios na região", um negócio milionário, cujo lucro é estimado em aproximadamente R\$1 milhão mensal, no caso da balsa sobre o rio Abunã, no distrito do mesmo nome único ligação terrestre do Acre com o restante do País.

Moreira Mendes não está só no embate. Conta com o apoio dos irmãos "petistas" Tião e Jorge Viana, respectivamente senador e governador do Acre. Visivelmente irritado, Moreira Mendes falou

das dificuldades enfrentadas para chegar até a licitação das obras. Disse que a luta começou em 99, para conseguir iniciar a obra no PPA. Em seguida, nova peregrinação com horas e horas de audiências para alojar recursos. Depois de muita persistência, conseguiram colocar no orçamento de 99 para execução em 2000. Neste ano, surgiu outra barreira; era preciso criar o 22º Distrito do DNER. Vencido o obstáculo, veio a licitação. Quando se pensava que finalmente acabaria a novela "um lance do pessoal que explorava a balsa em toda a região. Norte, conseguiu embargar a licitação. É gente que quer manter o monopólio de uma mina de fazer dinheiro", denunciou o senador, reclamando de que, em função do embargo, os recursos já assegurados acabaram sendo remanejados.

Pontes acabam com trinta empregos justificados balseiros

Ainda no ano passado o senador Rubens Moreira Mendes (PFL) foi procura do por um dono de balsa, cujo nome ele diz não recordar, que pediu para que "dexasse pra lá" a luta pela construção da ponte de Abunã, argumentando que, se fosse construída, provocaria o desemprego de "cerca de 30 pessoas". Os empresários que conseguiram embargar a licitação no ano passado argumentaram defeitos no edital, dentre os quais, argumentos pífios como o item que cita o local da obra como município de Abunã que é inexistente".

No ano passado, Moreira Mendes e o senador acreano Tião Viana (PT) retomaram a luta pela construção da ponte. Os editais foram refeitos, os supostos erros corrigidos e 22 empresas concorreram, agora já envolvendo as duas pontes. Além de Abunã, também a de Porto Velho, no rio Madeira, saída para Humaitá. "Depois de tudo transcorrido dentro da normalidade, há dois dias fiquei sabendo que o mesmo 'lança' que conseguiu impugnar a licitação do ano passado, um tal Guido Rolim, de Manaus, encaminhou um cartuchinho ao presidente da República, com novas denúncias contra o edital. Resultado. O presidente mandou suspender a obra, que deveria começar nos próximos dias, até que as denúncias sejam apuradas. O objetivo, já sabemos. É criar novas dificuldades para derubar os recursos novamente e continuar mamando nas balsas". Disparou. **Investigação**

Em função do que considerou 'acintoso desafio'. Moreira Mendes decidiu 'ir fundo'. Prometeu, a partir da próxima semana, uma verdadeira devassa nas empresas responsáveis pelas balsas. "Vou que rer saber que tipo de contrato garante o serviço, quem são os proprietários, que tipo de interconexão há entre eles, uma vez que o 'lança' Guido Rolim é sempre o mesmo, verificar se os funcionários são registrados, se os impostos são recolhidos. Agora vou levantar a vida de todos eles. É um absurdo que a comunidade toda de três estados apoie a obra de tal magnitude e meia dúzia de gente, que tira proveito do atraso, trabalhe contra o avanço", criticou o senador lembrando que as obras envolvem recursos da ordem de R\$115 milhões e que vão gerar cerca de dois mil empregos diretos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Francelino Pereira e Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem pu-

blicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive em Minas na semana passada, integrando a comitiva do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que inaugurou um dos mais avançados centros de ensino internacional em Alphaville.

Alphaville é um moderno condomínio urbano na região do chamado Lago dos Ingleses, localizado bem próximo de Belo Horizonte, na bela Nova Lima, muito bem administrada por um filho da própria cidade, o meu amigo Vitor Penido de Barros, Prefeito do Município pela quarta vez.

Vitor Penido, como atuante líder político mineiro, disputou, em 1994, a Vice-Governança do Estado. Além disso, foi também Deputado Estadual e Presidente, em 1981, da Associação dos Municípios Metropolitanos de Belo Horizonte, à qual foi conduzido pela sua forte presença na região metropolitana da Capital mineira, que reúne 25 Municípios.

Falo hoje de uma modelar instituição mineira, que este ano está completando um quarto de século, a Fundação Dom Cabral, originária do esforço e da dedicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Nela, na PUC, foi onde tudo começou. Uma idéia, que teve um guia e um berço: Dom Serafim, Arcebispo de Belo Horizonte, que, no dizer do Presidente da moderna Fundação, "confiou e orientou, protegeu e nos proporcionou autonomia."

A essa inauguração estiveram presentes também os Ministros da Educação, Paulo Renato; da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant; da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg; e do Esporte e Turismo, Carlos Mello, além de Parlamentares e autoridades federais e estaduais.

A grande obra inaugurada não se limita a um mero espaço físico. É, antes de tudo, um extraordinário centro internacional voltado para a área de gestão e estratégia empresarial.

A criação da Dom Cabral deve-se a uma iniciativa do então Reitor da PUC/MG, o Cardeal-Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes, que hoje preside o Conselho Curador da entidade.

Dela é seu Presidente o Professor Emerson de Almeida, do núcleo iniciador dessa idéia, vitoriosa e atualmente motivo de orgulho para os mineiros e para o Brasil.

Com essa iniciativa inovadora, Dom Serafim implantou as bases da modernidade no preparo e desenvolvimento de executivos e empresas, trazendo para o Brasil a experiência de duas importantes escolas de dirigentes empresariais: o Insead, avançado instituto francês e a Kellogg, dos Estados Unidos.

A partir daí, a Fundação estabeleceu linhas de parcerias com diversos grupos empresariais de Minas e do Brasil, criando, em 1989, o Centro de Tecnologia Empresarial-CTE e, um ano depois, o PDA-Parceria para o Desenvolvimento de Acionistas.

Com tamanho zelo e seletividade na criação de projetos, a Fundação Dom Cabral registra evolução extremamente positiva, assumindo reconhecidamente, como lembrei, as características de um centro internacional de tecnologia de gestão.

No meio empresarial nada, na verdade, é mais adequado para a atual fase, de fortes exigências, em que Minas e o Brasil caminham para uma sólida e compulsória presença no mundo globalizado de hoje.

Foi essa a visão que nos transmitiu seu atual dirigente, o Professor Emerson, ao alertar, durante a solenidade a que tive a honra de estar presente, para as exigências do mundo contemporâneo. São dele essas palavras:

Hoje é dia de comemoração, mas é também de reflexão sobre o momento que vivemos. As expressões incerteza e insegurança, complexidade e instabilidade, mudança e ruptura, competição e globalização, sintetizam o sentimento dominante.

E mais:

É freqüente ouvirmos analogias como 'estamos assentados no epicentro de um terremoto', simbolizando a complexidade que se observa no cenário empresarial. A palavra complexidade, aqui empregada, significa dificuldade em lidar com variáveis cada vez mais numerosas, desconhecidas e às vezes contraditórias. Por isso, exigem um tratamento muito apurado.

Daí o significado e a relevância do trabalho e da obra da Fundação Dom Cabral.

Atenta às particularidades atuais, a instituição trabalha em rede, com uma crescente presença de participantes de outros países em seus programas e projetos educacionais, incluindo a educação a distância e a geração de tecnologia. Tudo para que as nossas empresas possam responder com qualidade às exigências de hoje.

blicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive em Minas na semana passada, integrando a comitiva do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que inaugurou um dos mais avançados centros de ensino internacional em Alphaville.

Alphaville é um moderno condomínio urbano na região do chamado Lago dos Ingleses, localizado bem próximo de Belo Horizonte, na bela Nova Lima, muito bem administrada por um filho da própria cidade, o meu amigo Vitor Penido de Barros, Prefeito do Município pela quarta vez.

Vitor Penido, como atuante líder político mineiro, disputou, em 1994, a Vice-Governança do Estado. Além disso, foi também Deputado Estadual e Presidente, em 1981, da Associação dos Municípios Metropolitanos de Belo Horizonte, à qual foi conduzido pela sua forte presença na região metropolitana da Capital mineira, que reúne 25 Municípios.

Falo hoje de uma modelar instituição mineira, que este ano está completando um quarto de século, a Fundação Dom Cabral, originária do esforço e da dedicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Nela, na PUC, foi onde tudo começou. Uma idéia, que teve um guia e um berço: Dom Serafim, Arcebispo de Belo Horizonte, que, no dizer do Presidente da moderna Fundação, "confiou e orientou, protegeu e nos proporcionou autonomia."

A essa inauguração estiveram presentes também os Ministros da Educação, Paulo Renato; da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant; da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg; e do Esporte e Turismo, Carlos Mello, além de Parlamentares e autoridades federais e estaduais.

A grande obra inaugurada não se limita a um mero espaço físico. É, antes de tudo, um extraordinário centro internacional voltado para a área de gestão e estratégia empresarial.

A criação da Dom Cabral deve-se a uma iniciativa do então Reitor da PUC/MG, o Cardeal-Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes, que hoje preside o Conselho Curador da entidade.

Dela é seu Presidente o Professor Emerson de Almeida, do núcleo iniciador dessa idéia, vitoriosa e atualmente motivo de orgulho para os mineiros e para o Brasil.

Com essa iniciativa inovadora, Dom Serafim implantou as bases da modernidade no preparo e desenvolvimento de executivos e empresas, trazendo para o Brasil a experiência de duas importantes escolas de dirigentes empresariais: o Insead, avançado instituto francês e a Kellogg, dos Estados Unidos.

A partir daí, a Fundação estabeleceu linhas de parcerias com diversos grupos empresariais de Minas e do Brasil, criando, em 1989, o Centro de Tecnologia Empresarial-CTE e, um ano depois, o PDA-Parceria para o Desenvolvimento de Acionistas.

Com tamanho zelo e seletividade na criação de projetos, a Fundação Dom Cabral registra evolução extremamente positiva, assumindo reconhecidamente, como lembrei, as características de um centro internacional de tecnologia de gestão.

No meio empresarial nada, na verdade, é mais adequado para a atual fase, de fortes exigências, em que Minas e o Brasil caminham para uma sólida e compulsória presença no mundo globalizado de hoje.

Foi essa a visão que nos transmitiu seu atual dirigente, o Professor Emerson, ao alertar, durante a solenidade a que tive a honra de estar presente, para as exigências do mundo contemporâneo. São dele essas palavras:

Hoje é dia de comemoração, mas é também de reflexão sobre o momento que vivemos. As expressões incerteza e insegurança, complexidade e instabilidade, mudança e ruptura, competição e globalização, sintetizam o sentimento dominante.

E mais:

É freqüente ouvirmos analogias como 'estamos assentados no epicentro de um terremoto', simbolizando a complexidade que se observa no cenário empresarial. A palavra complexidade, aqui empregada, significa dificuldade em lidar com variáveis cada vez mais numerosas, desconhecidas e às vezes contraditórias. Por isso, exigem um tratamento muito apurado.

Daí o significado e a relevância do trabalho e da obra da Fundação Dom Cabral.

Atenta às particularidades atuais, a instituição trabalha em rede, com uma crescente presença de participantes de outros países em seus programas e projetos educacionais, incluindo a educação a distância e a geração de tecnologia. Tudo para que as nossas empresas possam responder com qualidade às exigências de hoje.

O novo **campus** da Dom Cabral, agora entregue, foi projetado pelos arquitetos mineiros Marcus Rios Meyer e Márcio Pinto Barroso e erguido em Nova Lima, a 30 quilômetros de Belo Horizonte.

Com amplas facilidades de acesso e nas proximidades das cidades históricas de Ouro Preto, Congonhas, Tiradentes e São João Del Rei, o novo **campus** é, pois, a melhor resposta – que vem de Minas – aos desafios da atualidade, razão pela qual sua filosofia se concentra no preparo de executivos de alto nível e na modernização das empresas brasileiras.

Tudo foi bem pensado, na concepção arquitetônica e urbanística do Campus de Alphaville. Levou-se em conta, principalmente, a filosofia da modernidade, mas sem deixar de observar, e seguir rigorosamente, uma forte identidade com o ambiente.

Ao visitante ou aos que para ali se dirigem a estudos, o novo **campus** privilegia, logo à entrada, na parte interna, uma representação dos cinco continentes, enquanto, no jardim, uma lâmina d'água simula o São Francisco, o rio da unidade nacional, cuja nascente se situa em território mineiro.

Com área construída de 7.200 m², distribuída em três pavimentos, seus anfiteatros comportam até 210 pessoas, os maiores, e 70 os médios.

Como espaço residencial ao lado do prédio para fins acadêmicos, o **campus** conta com o moderno hotel 4 estrelas, com 140 apartamentos, além de centro de convenções, salas de apoio, centro financeiro e de preparação física.

Como apoio, possui ainda serviços bancários, livraria, loja de conveniência, agência de viagens, museu, biblioteca e galeria de arte.

Minas, Sr. Presidente, está orgulhosa. E com razão. O **campus** da Fundação Dom Cabral é muito mais que um marco no panorama do ensino especializado brasileiro.

Também está orgulhoso o nosso Prefeito Vitor Penido de Barros, principalmente porque, neste seu quarto mandato, vem ele conferindo prioridade às questões culturais, em que se incluem a reativação do Teatro Municipal de Nova Lima e a criação da Secretaria Municipal de Cultura.

Ali, em terras de Nova Lima, temos um Centro de Referência na área de desenvolvimento e modernização empresarial. Seu trabalho nada fica a dever aos mais avançados institutos congêneres de outros países.

Sua atuação, em avançados programas, todos de excelência e alguns em nível de pós-graduação, centralizam-se na melhoria de processos e sistemas,

mas, também e sobretudo, em estratégias e transformações para o mundo contemporâneo.

Tudo ali é voltado para o futuro, diante de um mundo cada vez mais exigente, no qual a competição exige, desde logo, como requisito indispensável, a qualificação que agora será ampliada no novo **campus** de Alphaville.

Dentro dessa moderna linha, nos programas de desenvolvimento de empresas, a Dom Cabral orienta-as na identificação dos problemas empresariais e motiva-as para a busca de soluções, com tecnologias, métodos e processos próprios.

Tais ações se processam a partir do levantamento da demanda e do diagnóstico dos problemas, com as definições para obter soluções para as empresas, quaisquer que sejam o seu porte e a área de atuação. E, assim, enfrentar a competitividade internacional.

A reestruturação das empresas é, como sabemos, imperiosa. E já não podem prescindir de treinamento e estratégias na formação de preços competitivos para os produtos da nossa indústria ou serviços.

A solenidade de Nova Lima assume, por isso, importância fundamental. E isso foi dito, naquela oportunidade, pelo Professor Emerson de Almeida. São dele essas palavras, que ilustram com precisão o papel das empresas privadas na atualidade mundial:

As transformações no âmbito institucional, com a redução do papel do Estado, ocorridas em todo o mundo, redimensionam o papel das empresas, aumentando a sua importância e, conseqüentemente, responsabilidade perante a sociedade.

E, ainda:

O conceito de empresa, como organização voltada exclusivamente para a geração de lucro está ultrapassado. A análise mais atual revela que a empresa não só gera valor econômico, mas também gera impacto no plano social e no meio ambiente. Esse impacto pode ser tanto no sentido de criar valor quanto de destruir valor. Criar ou destruir valor é o diferencial-chave da atividade empresarial.

Ao registrar a inauguração do **campus** da Fundação, cumprimento seus idealizadores, na pessoa principalmente do Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo, do seu Conselho Curador, integrado por personalidades do meio econômico mineiro e nacional.

Estendo também o mesmo regozijo ao Presidente da Dom Cabral, Professor Emerson de Almei-

da, e seus Diretores, Betânia Tanure de Barros, Carlos Pessoa Coelho Júnior, Elson Valim Ferreira, Mozart Pereira dos Santos e Ricardo Dias Pimenta.

Termo, citando o comprometimento da Fundação Dom Cabral diante das responsabilidades que são de todos nós, em especial o esforço pela inclusão social de todas as nossas populações:

Uma outra percepção, no caso específico de nosso País, é a questão da desigualdade social. Não exatamente recente, porque acumulada em décadas e décadas passadas, ela tornou-se intolerável à consciência da maioria. Ela é um mal para a sociedade e consequentemente para as empresas. As nossas organizações não vão conseguir se desenvolver se o ambiente em torno delas não se desenvolver, porque desse ambiente elas dependem.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Senadores, atendendo a convite do Sindicato do Comércio Varejista de Livros do Estado do Ceará – SINDILIVROS, tive a oportunidade de participar, em 17 de agosto p. passado, em Fortaleza, do Fórum de Debates que discutiu *O Futuro das Livrarias (independentes) num mundo globalizado*, onde apresentei o texto que anexo a este pronunciamento, para conhecimento deste Plenário.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA EM SEU DISCURSO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

O LIVRO, ESSE GUARDIÃO DO SABER*

Lúcio Alcântara**

SUMÁRIO

Neste breve estudo, traçamos um perfil da situação do livro no Brasil, buscando enfatizar os principais aspectos desse produto cultural, particularmente o acesso ao livro e sua função em nossa sociedade.

A principal constatação é a de que o mercado brasileiro do livro pode crescer muito mais, mas há fatores impeditivos como o alto preço deste, o que contrasta com o baixo poder aquisitivo de segmentos consideráveis da população brasileira.

Políticas governamentais de fomento ao livro trazem benefícios, mas também podem ser prejudiciais. Portanto, precisam ser melhor equacionadas. O principal benefício é o de levar, gra-

tuitamente, o livro para milhões de crianças que, sem tal mecanismo, não teriam acesso a esse bem técnico e cultural. Por outro lado, em que medida o chamado processo de globalização afeta o mercado livreiro independente?

Como desdobramento dessa questão, é preciso considerar o impacto das novas tecnologias de informação e de veiculação da informação, os processos de concentração econômica característicos desta fase do capitalismo, assim como o papel dos leitores-consumidores. Para nos atermos aos aspectos que não podemos deixar de considerar a importância do livro para a emancipação cultural, política e econômica do povo brasileiro.

A chamada globalização, segundo seus defensores, representaria uma espécie de “Redenção” dos (povos e países) não incluídos nas benesses do capitalismo, uma vez que as barreiras geográficas deixariam de ser impedimento, em função de o governo adquirir os livros centralizadamente (de editores e grandes distribuidores), a empresa livreira local perde, pois deixa de intermediar essa transação; ou seja, ao não poder comercializar o livro para o maior mercado consumidor, o pequeno negociante é enfraquecido.

Outras políticas governamentais, como o incentivo à leitura, a instalação de bibliotecas em municípios que ainda não a têm, devem levar em conta a comunidade “local”. Não apenas o livreiro, mas o autor, os mediadores (professores) e a preferência do consumidor (alunos e leitores adultos).

Com respeito às novas tecnologias (livro eletrônico, principalmente), não há ameaças imediatas às lojas tradicionais, levando-se em conta que os consumidores, que já têm dificuldade de adquirir o livro de papel, não terão acesso, a curto prazo, a esses equipamentos, de custo ainda elevado.

I – A Indústria Livreira no Contexto da Globalização

Para abordar o futuro da empresa livreira independente; num mundo globalizado, colocamo-nos a seguinte questão: vas de fluxos de informação, de mercadorias, de tecnologias. Mas, por outro lado, segundo os críticos da globalização, esta não deixa de ser uma reciclagem de velhos processos de dominação e de colonização. Começando pelo termo “globalização”, de global, em inglês; os franceses, por exemplo, ao se referirem ao mesmo fenômeno, chamam-no de mondialisation (mundialização). Desse ponto de vista, a colonização (de origem anglo-americana) comeria pelo próprio termo designativo do processo.

Qualquer que seja a visão, a globalização (ou mundialização) não deixa de carregar consigo o aumento da velocidade de trocas e a concentração de meios.

As trocas podem ser tanto as informacionais quanto as monetárias e de mercadorias.

*Estudo apresentado ao Fórum de Debates: *O Futuro das Livrarias (independentes) num Mundo Globalizado*. Sindicato do Comércio Varejista de Livros do Estado do Ceará — SINDILIVROS. Fortaleza (CE), 17 de agosto de 2001.

**Eleito Senador da República (1995–2003). Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (2001–2003).

A concentração de meios se revela, por exemplo, pelas associações empresariais em determinados setores

(bancos, supermercados). Essa concentração leva a uma assimetria no poder sobre as formas simbólicas (noticiosos, vídeo-

da, e seus Diretores, Betânia Tanure de Barros, Carlos Pessoa Coelho Júnior, Elson Valim Ferreira, Mozart Pereira dos Santos e Ricardo Dias Pimenta.

Termo, citando o comprometimento da Fundação Dom Cabral diante das responsabilidades que são de todos nós, em especial o esforço pela inclusão social de todas as nossas populações:

Uma outra percepção, no caso específico de nosso País, é a questão da desigualdade social. Não exatamente recente, porque acumulada em décadas e décadas passadas, ela tornou-se intolerável à consciência da maioria. Ela é um mal para a sociedade e consequentemente para as empresas. As nossas organizações não vão conseguir se desenvolver se o ambiente em torno delas não se desenvolver, porque desse ambiente elas dependem.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, atendendo a convite do Sindicato do Comércio Varejista de Livros do Estado do Ceará – SINDILIVROS, tive a oportunidade de participar, em 17 de agosto p. passado, em Fortaleza, do Fórum de Debates que discutiu *O Futuro das Livrarias (independentes) num mundo globalizado*, onde apresentei o texto que anexo a este pronunciamento, para conhecimento deste Plenário.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA EM SEU DISCURSO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

O LIVRO, ESSE GUARDIÃO DO SABER*

Lúcio Alcântara**

SUMÁRIO

Neste breve estudo, traçamos um perfil da situação do livro no Brasil, buscando enfatizar os principais aspectos desse produto cultural, particularmente o acesso ao livro e sua função em nossa sociedade.

A principal constatação é a de que o mercado brasileiro do livro pode crescer muito mais, mas há fatores impeditivos como o alto preço deste, o que contrasta com o baixo poder aquisitivo de segmentos consideráveis da população brasileira.

Políticas governamentais de fomento ao livro trazem benefícios, mas também podem ser prejudiciais. Portanto, precisam ser melhor equacionadas. O principal benefício é o de levar, gra-

tuitamente, o livro para milhões de crianças que, sem tal mecanismo, não teriam acesso a esse bem técnico e cultural. Por outro lado, em que medida o chamado processo de globalização afeta o mercado livreiro independente?

Como desdobramento dessa questão, é preciso considerar o impacto das novas tecnologias de informação e de veiculação da informação, os processos de concentração econômica característicos desta fase do capitalismo, assim como o papel dos leitores-consumidores. Para nos aprofundarmos nessas questões, não podemos deixar de considerar a importância do livro para a emancipação cultural, política e econômica do povo brasileiro.

A chamada globalização, segundo seus defensores, representaria uma espécie de “Redenção” dos (povos e países) não incluídos nas benesses do capitalismo, uma vez que as barreiras geográficas deixariam de ser impedimento, em função de o governo adquirir os livros centralizadamente (de editores e grandes distribuidores), a empresa livreira local perde, pois deixa de intermediar essa transação; ou seja, ao não poder comercializar o livro para o maior mercado consumidor, o pequeno negociante é enfraquecido.

Outras políticas governamentais, como o incentivo à leitura, a instalação de bibliotecas em municípios que ainda não a têm, devem levar em conta a comunidade “local”. Não apenas o livreiro, mas o autor, os mediadores (professores) e a preferência do consumidor (alunos e leitores adultos).

Com respeito às novas tecnologias (livro eletrônico, principalmente), não há ameaças imediatas às lojas tradicionais, levando-se em conta que os consumidores, que já têm dificuldade de adquirir o livro de papel, não terão acesso, a curto prazo, a esses equipamentos, de custo ainda elevado.

I – A Indústria Livreira no Contexto da Globalização

Para abordar o futuro da empresa livraria independente; num mundo globalizado, colocamo-nos a seguinte questão: vas de fluxos de informação, de mercadorias, de tecnologias. Mas, por outro lado, segundo os críticos da globalização, esta não deixa de ser uma reciclagem de velhos processos de dominação e de colonização. Começando pelo termo “globalização”, de global, em inglês; os franceses, por exemplo, ao se referirem ao mesmo fenômeno, chamam-no de mondialisation (mundialização). Desse ponto de vista, a colonização (de origem anglo-americana) co-mearia pelo próprio termo designativo do processo.

Qualquer que seja a visão, a globalização (ou mundialização) não deixa de carregar consigo o aumento da velocidade de trocas e a concentração de meios.

As trocas podem ser tanto as informacionais quanto as monetárias e de mercadorias.

*Estudo apresentado ao Fórum de Debates: *O Futuro das Livrarias (independentes) num Mundo Globalizado*. Sindicato do Comércio Varejista de Livros do Estado do Ceará — SINDILIVROS. Fortaleza (CE), 17 de agosto de 2001.

**Eleito Senador da República (1995–2003). Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (2001 – 2003).

A concentração de meios se revela, por exemplo, pelas associações empresariais em determinados setores

(bancos, supermercados). Essa concentração leva a uma assimetria no poder sobre as formas simbólicas (noticiosos. vide-

os, filmes, cliques musicais, publicidade, livros) veiculadas; ou seja, são cada vez menos os grupos detentores dos meios, em detrimento da grande maioria de consumidores, que têm pouco ou nenhum poder sobre as decisões de produção.

Tomemos uma analogia de um fenômeno mais fácil de observar, o da mídia eletrônica. No campo televisivo, por exemplo, com a tecnologia dos satélites, a concentração tem aumentado dramaticamente, pois é possível chegar um mesmo programa e difundir-lo para diversos outros países, simultaneamente. Essa tendência tem se estendido, com a concentração, em um número reduzido de companhias, de vários serviços de entretenimento e informação. Tomando a Time-Warner como exemplo, vemos que, já na década de 80, era um dos maiores conglomerados de comunicação dos Estados Unidos, com subsidiárias também na América Latina, Austrália e Europa. Outro exemplo é fornecido por Rupert Murdoch, que de ti nha, em 1989, 35% do mercado de jornais da Inglaterra, e 2/3 dos jornais da Austrália, além de TVs a cabo e por satélite. A atuação de Murdoch fornece a evidência do caráter transnacional da indústria da mídia.

Um sinal dramático da assimetria na produção e distribuição das formas simbólicas está no fato de que, na América Latina, em 1983, 46% do tempo de difusão das emissoras era preenchido por programas importados dos Estados Unidos; e que 77% de todo o material importado provinha daquele país. Contrastivamente, apenas 2% do tempo de difusão nos Estados Unidos provinha de importações.

Não é à toa que citamos o caso da mídia. Pelo menos no segmento de literatura (talvez, também, no de religiosos e auto-ajuda), há uma tendência de o comportamento ser semelhante ao de outros produtos de entretenimento: o fenômeno conhecido dos **best sellers** (literários ou não) é o maior exemplo disso. Harry Potter já chega ao Brasil como "mais vendido", seguindo uma "onda mundial" de aceitação do menino mágico. Nesse ponto não deixa de haver uma confluência de interesses de mídia e editores. Uma confluência que não deixa de ser de natureza econômica. Não é incomum que jornais e revistas tenham substituído as antigas páginas de críticas literárias por resenhas preparadas pelas próprias editoras que, por sua vez, são anunciantes desses mesmos jornais e revistas.

Outro fator considerável da globalização é a transferência de centros comerciais tradicionais pelos shopping centers. Se, por um lado, trazem conforto para comerciantes e consumidores, não deixam de excluir parcela considerável da população. Não são todos os que têm acesso aos shopping e, principalmente, não são todos os que têm condições de adquirir produtos nesses centros comerciais.

Essa concentração de consumo em centros comerciais voltados para a classe média tem levado à implantação de conjuntos de salas de cinemas e, também, de livrarias. Segundo o Presidente da Associação Nacional de Livrarias (ANL). Os shopping centers têm se revelado como o melhor lugar para situar livrarias. Essa tendência tem levado, por sua vez, a implantação das chamadas **megastores** e livrarias de rede, que possuem recursos para bancar os custos dos shoppings. Já o pequeno comerciante, com capital de giro reduzido, tem dificuldade de localizar sua loja nesses centros. Uma consulta à lista das **megastores** revela sua presença predominante em shopping centers. As livrarias de rede, igualmente, concentram-se nesses locais e nos aeroportos, ou seja, em locais de circulação de um público privilegiado financeiramente.

Do ponto de vista da participação de autores nacionais e estrangeiros, os primeiros mantêm ainda uma franca maioria, com 85% dos títulos e 92% dos exemplares editados. Talvez exatamente por isso, esteja havendo um interesse de editoras estrangeiras no mercado nacional. Na última Bienal do Livro no Rio de Janeiro (maio de 2001), o país homenageado foi a

Espanha, com estandes, presença de autores, etc. Não por acaso, este ano aumentou consideravelmente o número de traduções de autores espanhóis para o português.

II – Em Busca da História do Livro

O "livro" como o conhecemos até pouco tempo atrás, ou seja, um suporte físico em papel para narrativas, textos técnicos, científicos, legais e religiosos está diretamente vinculado à difusão da imprensa no Ocidente, a partir da revolução iniciada por Gutenberg. Desse ponto de vista, o livro – os outros tipos de impresso – são, eles próprios, constituintes e parte do que hoje chamamos de globalização.

A história do livro está associada, fortemente, a duas variáveis: a codificação e disseminação de conhecimentos (literatura técnica e científica) e a formação cultural.

CRONOLOGIA	
2500 a.C.	Os egípcios usam o papiro para fixar a escrita.
750 a.C.	Os gregos adaptam a escrita fenícia.
310 a.C.	Ptolomeu I funda em Alexandria uma biblioteca para abrigar a produção da escrita.
Séc. II a.C.	É desenvolvido o pergaminho para fixação da escrita.
105 a.C.	Chineses inventam o papel.
793	O papel é disseminado no mundo árabe.
séc. XII	Predomínio da leitura silenciosa sobre a leitura em voz alta.
1170	É construído na Itália o primeiro moinho de papel.
c. 1450	Gutenberg apresenta o primeiro exemplar impresso da bíblia (início da era do livro manuscrito).
séc. XVI	Expansão da indústria tipográfica pela Europa.
séc. XVII	Expansão da alfabetização e da imprensa entre a população.
Sécs. XIX e XX	Escolarização obrigatória da população infantil.
Fim do séc. XX e início do XXI	Disseminação da tecnologia digital (CD-Rom, multimídia, e-book).

(Zilberman, 2001)

No que respeita ao conhecimento, isso se dá, principalmente, pela associação feita entre livros e educação, ou seja, pela transmissão e guarda de conhecimentos científicos e técnicos na escola, por intermédio dos livros.

A leitura é difundida na escola pelos gregos desde o séc. VI a.C., intensificada no séc. IV a.C. e seguintes. E o consumo de livros já existia desde o séc. V a.C., provavelmente com a finalidade de educar a juventude.

Os primeiros livros didáticos, entre eles a **Retórica**, de Aristóteles (360-355 a.C.). Segundo Zilberman (2001), "os estudos nas escolas incluíam quatro assuntos básicos: **grammatike** (linguagem), **mousike** (literatura), **logistike** (aritmética) e **gymnastike** (atletismo)". A interpretação histórica e estilística das obras literárias servia de base para a aprendizagem dos meninos, o que não só assegurou a sobrevivência do patrimônio poético helênico, como atribuiu à escrita e à leitura a tarefa de introduzir a mocidade no mundo cultural e pedagógico".

Os romanos também cultuam a leitura no espaço da escola e a difundem por todo o seu império. Um salto importante na história do livro ocorre no século III d.C., com a substituição do rolo (**volumen**) pelo códex, formato aproximado ao que tem hoje o livro. Essa mudança "tecnológica" terá sido significativa para incentivar a leitura silenciosa, o que representou uma revolução

"tão ou mais significativa que a invenção da imprensa". (Zilberman, 2001)

Outra mudança fundamental foi a separação das palavras, escritas. Esse expediente facilita a leitura, que se torna exercício escolar, saindo dos monastérios e passando para as universidades, que iniciavam sua expansão.

Grandes transformações no ensino foram provocadas pelo capitalismo, em que a burguesia disputava poder com a nobreza. Para tanto, utilizava a educação como arma pelo poder político e econômico, tendo o livro como um dos veículos principais. Ainda mais que as novas fábricas exigiam trabalhadores qualificados. "Escolarizar a população torna-se palavra de ordem, começando pela alfabetização em massa." (Zilberman, 2001)

Dando um salto para épocas mais recentes, temos o exemplo da França que, desde a segunda metade do séc. XIX (Chartier in: Evangelista, 1999, p. 51), associa-se o aprendizado das ciências à literatura juvenil de entretenimento. Júlio Verne é fruto desse casamento. Com seus livros, que viriam a inaugurar a chamada ficção científica, estão presentes, na forma de narrativas fantásticas, os conhecimentos científicos acumulados até então e mais o que a imaginação permitia.

Não é à toa que, mesmo antes da imprensa, o aparecimento das primeiras universidades europeias serve para fomentar o comércio de obras escritas, produzidas manualmente por copistas (Zilberman, 2001: p. 120).

Do ponto de vista cultural, a literatura, entendida basicamente pela ficção e pela poesia, responde pela vitalidade dos livros. Tanto as narrativas quanto os poemas já existiam antes da "invenção" do livro. Portanto, o que o livro faz é reunir obras de arte, filosóficas, científicas e tecnológicas num aparato físico, e, assim, possibilitar a reprodutibilidade e, por consequência, sua mercadorização de um "bem imaterial".

Com a introdução da técnica de impressão no século XV, houve um incremento nas possibilidades de transmissão cultural, pois esse meio técnico _ a imprensa _ permitia um distanciamento no espaço e no tempo; permitia, também, a fixação e a estocagem dos bens culturais o que, por sua vez, facultava que seus produtos pudessem ser reproduzidos, distribuídos e sobre eles se fixassem preços (Thompson, 1995).

A busca pela universalização do ensino tem sido o grande motor da expansão dos livros, tanto os técnicos e científicos quanto os literários. Hoje, escolas e universidades são os principais centros mediadores de acesso aos livros.

Com a consolidação da chamada "indústria cultural," o livro, a par de toda sua aura de "guardião" do saber, tem sido tratado cada vez mais como uma "mercadoria," um "bem cultural," como outros. E, desse ponto de vista, seus processos de produção, distribuição e consumo passam a ser mais e mais afetados pelas leis de mercado e cada vez menos orientados para a difusão do saber.

Procuraremos, agora, explorar as vinculações econômicas e políticas ligadas ao livro.

III – Aspectos Econômicos Ligados ao Livro

É inegável que o viés econômico em torno do livro tem-se tornado cada vez mais determinante, em detrimento do seu valor cultural, educativo e social. Desde que Gutenberg imprimiu a primeira bíblia e inaugurou o processo industrial, o livro está ligado a decisões de natureza econômica que não podem deixar de ser considerados. Como não poderia deixar de ser, esse viés econô-

mico se vincula a questões de poder. Tanto o poder de quem detém os meios econômicos quanto o de quem detém os meios políticos (permissão governamental para imprimir ou não) ou o poder simbólico (censura religiosa).

Em primeiro lugar, tomemos o livro a partir de seus principais processos: produção, distribuição e consumo. Na ponta da produção encontramos o processo de industrialização, como dominante. Os autores e escritores, embora indispensáveis para a existência material dos livros, não têm tanto poder de decisão sobre "o quê," "quando" e "o quanto" publicar, decisões que levam em conta aspectos financeiros.

Nos custos do livro, o percentual destinado ao autor é mínimo, apesar de ser esse quem sustenta a obra. Raros são os autores, como é o caso de Rachel de Queiroz, que podem se beneficiar dos dividendos de sua obra. Na década de 90, de posse de seus direitos autorais, colocou-os em leilão, obtendo uma quantia considerável como retorno. Não obstante, a própria Rachel reconhece que nunca "viveu de literatura". Seu sustento provinha basicamente de seu trabalho como jornalista (cronista) para revistas e jornais, atividade que vem exercendo ininterruptamente por mais de 60 anos.

Como artefato industrial, a confecção de um livro envolve a indústria de máquinas para gráfica, a indústria gráfica, e as editoras propriamente ditas.

Num relance da situação da indústria de máquinas, podemos ver que há um crescente interesse de empresas alemãs e japonesas em investirem no Brasil, cujo parque gráfico está em expansão. Essas decisões de investimento levam em conta não o virtual benefício cultural ou educativo do livro, mas razões de mercado. São feitas perguntas como: "o parque gráfico está se expandindo? É mais barato instalar uma planta industrial no Brasil que exportar para cá as máquinas?" Se essas máquinas e equipamentos eletrônicos imprimirão embalagens de sabão em pó ou livros, tal fato lhes é indiferente. Se imprimirão revistas de fofocas ou clássicos da literatura, também é indiferente.

A indústria gráfica brasileira tem despertado o interesse de multinacionais, que vêm investindo em aquisições e fusões, o que indica um certo vigor econômico. No mercado brasileiro, até agora, tem predominado o pequeno industrial. Se, pelo lado da empregabilidade de mão-de-obra e pela desconcentração de recursos isso é positivo, pelo lado da economia de escala, aparece como fator negativo. Apenas as grandes indústrias, com grande velocidade de processamento e impressão, têm capacidade de obter menores custos. Não quer dizer que tais reduções de custos sejam repassadas ao editor, ao distribuidor ou ao consumidor final. Enfim, ficamos ainda no terreno das decisões de natureza, digamos assim, "economicista" no campo da produção gráfica.

A mudança na política cambial para o sistema de bandas, por exemplo, afetou profundamente a indústria gráfica do ramo editorial em 1999; mas espera-se um aumento de até 30% para 2001, tendo em vista as encomendas feitas pelo Programa Nacional do Livro Didático. Apenas para ilustrar, observamos que a Associação Brasileira da Indústria Gráfica – ABIGRAF, apresenta como fatores de melhoria para o setor a estabilidade econômica, os fortes investimentos em maquinaria, o aumento da profissionalização e a busca crescente pela segmentação, a redução de custos.

Chamamos a atenção para um dado significativo referente à melhoria do setor, que foi a eliminação dos custos. São feitas tiragens menores, pois as editoras estão publicando mais títulos, com menos exemplares de cada. Se, do ponto de vista da indús-

tria, isso possibilita corte de custos, para o consumidor final representa aumento do preço.

Observa-se, nesse segmento de mercado, uma série de aquisições de empresas nacionais por estrangeiras. Entre elas a compra da Hamburg e do Círculo do Livro pela Donnelley Cochran Gráfica, a aquisição da Gráfica Melhoramentos pelo Quebecor Group, do Canadá. Este grupo, por sinal, estaria em vias de se associar ao Grupo Abril, para montar um parque gráfico em Recife. Os empresários brasileiros do setor já temem uma concentração do parque gráfico nas mãos desses grandes grupos, a exemplo do que ocorreu com os setores de bancos e os supermercados. As empresas em expansão apostam, entre outras coisas, no crescimento do número de livros adquiridos por leitor. Consideram, por exemplo, que a compra de papel destinada à leitura pelo Brasil é seis vezes menor que a da França, 7,5 vezes menor que a da Alemanha.

Com a expansão, as pequenas empresas deverão ter problemas de sobrevivência, por falta de recursos para investimentos. Uma máquina de acabamento, que produz 5 mil livros/hora, por exemplo, custa US\$1,2 milhão, custo impossível de ser bancado por um pequeno.

Não nos esqueçamos de que concentração de meios vem sempre acompanhada da concentração de outras decisões de "o quê" publicar, por exemplo.

As editoras, enfim, são as responsáveis pelas escolhas a serem feitas: o quê, quando e o quanto editar.

Tais escolhas, obviamente, levam em conta o mercado consumidor, o que inclui, em grande medida, fatores de natureza econômico-financeira: questões como tempo levado para comercializar um livro-produto, riscos de encalhe, disponibilidade de capital para investir a longo prazo, etc. Assim, será, obviamente, sempre mais rentável editar um **best seller** que uma obra literária de valor cultural significativo. E o editor não é "papai noel". Ele é um empresário que optou por um ramo de negócios. E não pode viver dos louros que lhes fossem atribuídos por sua magnanimidade.

Nesse setor, também, há um acelerado processo de internacionalização da propriedade das editoras. A Makron foi vendida para o Grupo Person (Financial Times); a Atica e a Scipione passaram a ser controladas pelo grupo francês Havas; a Editora Pioneira e a IOB foram compradas pela Thomson Learning, braço editorial da canadense Thomson; a Editora Campus pertence ao Grupo Elsevier; a Siciliano conta com a participação de 30% do Fundo Darby Overseasⁱⁱ.

Por trás dos movimentos de aquisição e de fusões não deixa de estar o problema de custos de produção e as perspectivas de mercado. Em pesquisa que traçou o retrato do livro no Brasilⁱⁱⁱ, 13% dos apreciadores de livros alegaram que, se os preços fossem mais baixos, leriam mais. As editoras, por sua vez, têm optado por publicar um número maior de títulos, com tiragens menores, o que encarece o produto. Entretanto, isso nem sempre se verifica. No caso do **best seller** Harry Potter, a tiragem inicial foi de 100 mil cópias, mas o preço girou em torno de R\$30, um valor bem elevado para o mercado brasileiro. O editor, por sua vez, alega que o custo é esse mesmo, uma vez que o preço do papel está atrelado ao do dólar, e cada página sai por cerca de 15 centavos de real.

Levando-se em conta os preços industriais, um contraponto nos faz vislumbrar que os preços não são tão irredutíveis. As Paulinas, que editam religiosos, conseguem vender bíblias com valor entre R\$15,50 e R\$30.

Em todo o mundo os chamados livros de bolso, com dimensões reduzidas, impressos em papel jornal têm oferecido

preços mais acessíveis. Mas no Brasil essa via não tem encontrado receptividade nas editoras. A L&PM, uma das poucas que apostasse no mercado, tem cerca de 200 títulos em livros de bolso em edições entre R\$5 e R\$10, para livros de boa qualidade. Cabe, neste caso, questionar sobre a "racionalidade" das editoras, de optar, preferentemente, por edições mais caras.

O mercado livreiro no Brasil, em 1999 e 2000, teve os seguintes resultados, em volume de publicação:

* Didáticos: inclui Pré-escolar, 1º e 2º graus e paradidáticos – somente mercado.

Subsetor editorial	Títulos			Exemplares		
	1999	2000	Variação (%)	1999	2000	Variação (%)
Didáticos*	14.361	9.640	-33	180.329.740	106.223.729	-41
Obras gerais	11.337	14.874	31	65.379.091	68.352.826	4
Religiosos	3.443	3.467	0	28.350.661	44.351.279	56
Científicos, técnicos e profissionais	11.854	13.130	11	20.342.864	20.591.316	1
Total	40.995	40.111	-2	395.442.366	335.519.650	-15

* Didáticos: inclui Pré-escolar, 1º e 2º graus e paradidáticos – somente mercado.

Já do ponto de vista do faturamento, as variações são as seguintes de um ano para o outro:

* Didáticos: inclui Pré-escolar, 1º e 2º graus e paradidáticos – somente mercado.

** Os dados de 1999 incluem as vendas ao Governo – PNBE/PNLD. Os de 2000 incluem as vendas ao Governo – PNLD-Centralizado e

Subsetor editorial	Faturamento (R\$)			Exemplares vendidos		
	1999	2000	Variação (%)	1999	2000	Variação (%)
Didáticos*	681.821.711	700.763.923	3	98.200.663	69.564.323	-29
Obras gerais	376.346.835	404.513.920	7	61.379.932	65.414.923	7
Religiosos	147.068.200	150.454.545	2	45.176.985	46.167.147	2
Científicos, técnicos e profissionais	367.823.959	402.104.894	9	39.403.417	21.556.480	-45
Subtotal	1.573.060.705	1.657.837.282	5	243.160.997	198.702.873	-18
PNL Didáticos**	220.561.916	375.067.460	71	60.164.329	128.816.769	114
PNL Paradidáticos**	24.173.712	24.456.004	1	3.996.000	4.765.518	19
Total	1.817.796.333	2.057.360.746	12	307.321.326	332.284.160	11

PNLD-Descentralizado (São Paulo e Minas Gerais).

Observa-se um crescimento do faturamento entre 1999 e 2000 da ordem de 13%. O que mais chama a atenção é o relevante impacto das compras governamentais do Programa Nacional do Livro Didático e do Programa Nacional de Biblioteca Escolar. Os recursos provenientes das compras governamentais em 2000 foram 71% superiores às do ano de 1999. Isso é explicado pela CBL como decorrente do não-cumprimento dos prazos em 1999 e da concentração do recebimento dos valores em 2000.

Obviamente a promoção de livros, a manutenção de equipes de vendas e o transporte encarecem a mercadoria livro. Assim sendo, se o editor possumir um comprador único (o governo), que dispense esses custos em termediários, ele está no melhor dos

mundos. Isso significa, de todo modo, que, na condição de grande comprador do mercado, o governo, se quiser, tem margem de manobra para interferir em custos.

No segmento de didáticos do mercado privado, as editoras apontam um declínio na venda dos livros no primeiro semestre de 2000. Esse declínio teria sido provocado pela migração de alunos da rede privada para a pública, a concorrência dos sistemas de ensino que produzem seu próprio material didático e o uso da reprografia. Entretanto, na avaliação do setor^{IV}, "o resultado final do ano foi positivo [para o subsector didáticos], no que se refere ao faturamento, uma vez que a adoção de medidas agressivas de **marketing** ele vou o mesmo no segundo semestre".

As tendências de mercado internacionais decorrentes do processo de globalização não deixam de se manifestar no setor editorial. À medida que esse segmento se profissionaliza, aumenta a competição, a necessidade de mais investimentos e de qualificação. Para fazer frente a isso, as fusões e aquisições se apresentam como alternativas. A expectativa das empresas que vêm de fora se justifica pela possibilidade de crescimento do mercado brasileiro, que é ainda incipiente. Esperam que esse mercado nacional venha a triplicar nos próximos anos^V.

Tomemos agora a distribuição, que é feita basicamente pelos livreiros, mas agora também por bancas de jornais e até por supermercados. Segundo os editores, o mercado nacional deixa a desejar, quando se trata da distribuição. O fato de existirem poucas livrarias no País, concentradas preferentemente nas grandes cidades, impediria o crescimento do mercado livreiro. Para driblar essa dificuldade, as editoras estão apostando em alternativas de comercialização para suprir a falta de livrarias. A Internet, que já concentra vendas em torno de 5% é uma delas; outra é a colocação de estantes de livros em supermercados. Com esse fim, sete editoras (Objetiva, Record, Rocco, Companhia das Letras, Ediouro, Campus e Melhoramentos) formaram um **pool** para comercializar seus livros em grandes redes de supermercados. A avaliação do setor é que os resultados são satisfatórios.

À medida que avançamos para a ponta, vemos diminuir o poder sobre o processo de produção-distribuição-consumo do livro. Por exemplo, os livreiros já recebem o livro com o preço e o desconto-padrão já determinados. Dependendo da situação da loja, o livreiro, principalmente o pequeno, vê-se diante de pouca margem de manobra.

Vejamos, agora, um pequeno retrato da distribuição de livrarias no Brasil.

Como se vê, há uma clara concentração das livrarias no Sul

Região	Número de livrarias	porcentagem
Norte	60	3%
Centro-oeste	80	4%
Nordeste	304	15%
Sul	442	22%
Sudeste	1.125	56%
Total	2.008	100%

Fonte: Anuário Editorial Brasileira

e no Sudeste, um comportamento semelhante a outros indicadores como renda per capita, percentuais de escolarização, etc.

Segue-se breve quadro das livrarias que encerram suas atividades nos últimos anos:

Região	Livrarias em operação (1997-1998)	Livrarias em operação (1999-2000)	Porcentagem de livrarias que encerraram suas atividades
Norte	128	59	54%
Centro-oeste	205	121	40%
Nordeste	579	254	56%
Sul	1.242	1006	42%
Sudeste	546	339	39%

Fonte: Câmara do Livro do Distrito Federal

A avaliação dos representantes do setor é a de que o número de livrarias permanece estável porque o número de novas lojas é mais ou menos equivalente ao de livrarias que encerram suas atividades.

Para o presidente da Associação Nacional das Livrarias — ANL, Eduardo Yasuda, o melhor meio de proteger a pequena livraria é fazer passar por ela os livros que são adquiridos pelos governos (federal, estaduais e municipais). Com isso, "o número de livrarias no Brasil saltaria, certamente, de 2.008 unidades para mais de 5.000; seriam criados milhares de empregos em todos os Estados brasileiros.

Ainda de acordo com Yasuda, haveria menos falências de pequenos livreiros, além de se evitar o uso de fabulosas verbas. Com isso a livraria retomaria sua função original, que é a de expor e vender livros. Mas essa não é a posição sustentada pelo governo: segundo o Dr. Ottaviano de Fiore, Secretário do Livro e da Leitura do Ministério da Cultura, "o governo não tem como salvar ou abrir livrarias, e sim, criar programas que auxiliem essas lojas, talvez por meio do Serviço de Apoio às Micros Pequenas Empresas - SEBRAE.

Um exemplo de política governamental diferente pode ser encontrada na França, onde o governo também subsidia parte do montante de livros escolares. Lá, em 1990, o Ministério da Educação enviou a 4.500 escolas maternas e primárias pacotes idênticos de 100 livros cada, pagando diretamente aos editores 24 milhões de francos. Mesmo que a estratégia de distribuição incluísse um convite a livreiros locais de cada comunidade para ajudar a trabalhar o livro na escola, a medida desagradou em muito ao segmento varejista. Em resposta a isso, a associação dos livreiros reagiu duramente e conseguiu reverter a situação. Nos anos seguintes os livreiros locais passaram a fornecer as obras às escolas.

Na França, os livros são gratuitos para os alunos de 6 a 10 anos (escola primária); de 11 a 15 anos (colégio).

Apenas alunos de liceus compram nas livrarias. Com a multiplicação das gratuidades, os livreiros estão reagindo, porque essa atitude desabitua a ida da criança ou do adolescente à livraria. A solução encontrada foi a adoção do cheque-livro em algumas regiões. De posse dele, o aluno escolhe o livreiro de sua preferência, onde adquire o material de leitura/estudo.

A propósito disso, não é descabido lembrar Drummond, ao se referir ao "espaço" livraria:

Primeira livraria, Rua da Bahia.

A *Carne de Je sus*, por Almqvist Diniz

(não leiam! Obra excomungada pela Igreja) rutila no aquário da vitrina.

Terror visual na tarde de domingo.

Volto para o colégio. O título sacrilégio
 Relampeja na consciência.
 Livraria, lugar de da nação, lugar de descoberta.
 Um dia, quando? Vou entrar na que la casa, vou comprar
 um livro mais terível que o de Almqvist
 E nele me perder – e me encontrar.

VII
Carlos Drummond de Andrade.

Outra política que vem sendo mencionada pelos livreiros é a adoção do preço fixo para o livro. Por esse mecanismo, o preço do livro seria o mesmo em todo o país válido para todos os varejistas, limitando a possibilidade de descontos.

Tal política existe ou já existiu em vários países europeus (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça). com relativo sucesso para benefício de livreiros, principalmente. A possibilidade de uma política semelhante para o Brasil esta sujeita a muitos questionamentos. O principal deles diz respeito à efetividade de uma política dessas, ou seja, da própria possibilidade de, uma vez adotada, vir a ser cumprida. Sempre se revelou difícil a adoção de uma política de preços únicos, mesmo para bens cuja necessidade e mais sentida pela população, como os remédios, por exemplo. Nesse segmento, a prática corrente é justamente a oposta: a política de descontos, que em geral tem sido adotada pelas redes de drogarias. Essas redes conseguem preços menores por terem maior poder de pressão junto aos laboratórios. Como ser contra uma política dessas? No caso da política para livros, pouco raro se vê a implementação. Descontos que, praticamente, já não existem. Assim sendo, é necessária muita cautela antes de se pensar em adotar uma política assim.

No Brasil os principais problemas ligados ao livro derivam da liberdade com que o mercado opera para fixar preços, tiragens. Não há dúvida de que há margens de manobra do Estado para intervir favoravelmente na expansão dos livros e dos leitores. Mas a fixação de preços não parece ser uma delas.

IV – A Política dos Livros e os Livros em Torno da Política

Livros (e, antes deles, os seus correspondentes como meios de fixação da escrita) têm sido associados de maneira positiva ou negativa à detenção, perpetuação ou perda de poder.

A esta altura da história, mesmo que novos estudos comprovem o valor relativo desse poder, criou-se um mito em torno da palavra escrita e, particularmente, daquela veiculada pelo livro. O mito de que, por exemplo, "ler é perigoso" ou o seu oposto, ou seja, que o livro pode representar a redenção ou a libertação de um povo.

Justamente com a imprensa, surgiu a censura. Tanto a de natureza política, quanto a de natureza religiosa ou moral. Tome-mos um emblema dessa censura. Um símbolo que é ficcional e que, talvez justamente por isso, funcione como metáfora de todos os processos de perseguição aos livros ou de perseguições por causa dos livros. Em **O nome da rosa**, de Umberto Eco, uma série de homicídios em um mosteiro justificada pela guarda de um conhecimento codificado em um livro.

Tratar-se-ia de um livro de Aristóteles sobre o riso. Segundo o monge (cego) bibliotecário, esse livro não podia ser dado ao conhecimento do público, pois retiraria a censura sobre o riso. E o riso destruiria as coisas sérias. E rir das coisas seria levar a um questionamento do sagrado, e assim por diante. Com esse episódio, o pensador e ficcionista italiano cria uma imagem para as caças às bruxas levadas a cabo tendo o livro como centro da discórdia.

Outros exemplos (ficcionais ilustres funcionam como um discurso sobre essas censuras: **D. Quixote e Madame Bovary**. O primeiro perde o juízo de tanto ler no velas de ca valaria e se torna, ele mesmo, um personagem dos livros que lera; a segunda torna-se vítima dos romances que havia lido, enredando sua vida como a enredavam as heroínas de suas histórias (Zilberman, 2001).

No campo religioso, aquele em que a escrita mais tem servido para preservar conhecimentos e perpetuar poder, a edição da bíblia nas línguas nacionais (diferentes do latim) representou para as autoridades eclesiásticas uma ameaça aos dogmas e à própria divindade. A Igreja Católica encarrega-se, desde muito cedo (1564), a instituir a censura religiosa por meio do Index Librorum Prohibitorum.

Para remontarmos a episódios mais recentes, temos o caso do indiano Salman Rushdie, condenado pelos islâmicos por seus **Versos satânicos** e obrigado a viver exilado pelo resto da vida. Na primeira semana de julho de 2001 foi noticiada a prisão de missionários alemães no Afeganistão. O motivo da prisão seria um escrito, em língua local, com tanto da vida de Jesus.

A idéia de letramento universal, que surge com a evolução do capitalismo, aliás, é uma exigência desta. Segundo Zilberman (2001), "a introdução ao mundo das letras tinha de se mostrar mais rápida e eficiente, e, ao mesmo tempo, levar em conta que se destinava a usuários, boa parte provenientes do campo e de origem humilde, que até então não sentiam falta da escrita e da leitura de textos".

Do lado do mito positivo, assistimos, aqui mesmo no Brasil, a diversas campanhas de difusão da leitura (e de promoção do livro, por consequência), como forma de redenção da população analfabeta. Já na década de 30, Getúlio Vargas vê na difusão do letramento uma forma de construir a nacionalidade em torno dos valores do Estado Novo e de sua figura. Não é por acaso que censura a escolarização (no Sul) em outras línguas que não o Português. Creditava à leitura (de livros e jornais) em Português a consolidação de um Estado Brasileiro forte e unido, reforçado pela língua comum e não ameaçado pelo conteúdo que pudesse servir de veículo a outros idiomas.

Posteriormente, nas décadas de 50, de 70, e mesmo hoje, continuam os esforços de universalização do letramento, pois credita-se ao livro uma espécie de poder mágico redentor de nossa população, tida como "atrasada", por não ler. Não é difícil, quando fazemos os paralelos de desenvolvimento com outros países, creditar a estagnação brasileira à falta de escolarização básica. Basta dizer que a revolução industrial foi possível porque, já no século XIX, a Inglaterra havia vencido esse problema.

Todo o esforço de universalização do ensino básico no Brasil se volta para que aumente o número de anos de frequência de nossa população à escola. As comparações regionais, no universo da América Latina, sempre nos colocam atrás, em escolarização, de nossos vizinhos, como Argentina, Chile, Uruguai.

Mas todo o esforço de letramento associado aos processos econômicos (aprender a ler para aprender e dominar habilidades e se preparar para o mercado de trabalho) passa, em determinado momento, a se dissociar da literatura. Com isso, a literatura se torna cada vez mais distante das classes populares escolarizadas. Nesse ponto, produz-se uma nova assimetria associada ao valor de ser "letrado". Para ser "letrado" não basta haver frequentado a escola. Letrados são os que "lidam de modo familiar com as letras, os especialistas" e a aura de poder que sempre acompanhou a leitura e a escrita é restaurada, desta vez com o auxílio da escola. Uma nova discriminação tem lugar: "Até um certo período da história do Ocidente [o leitor] era formado para a leitura; hoje, ele é alfabetizado

e preparado para entender textos escritos, mas nem sempre a literatura se apresenta no seu horizonte, porque ainda é sacralizada pelas instituições que a difundem" (Zilberman, 2001).

Na mesma era em que os contingentes mais pobres da população passaram a ter acesso à leitura, o livro foi submetido aos processos econômicos e industriais, que imprimiram a racionalidade para o mercado editorial. Transformado em mercadoria, o livro passa a ser tratado como uma **commodity** e é regulado pelas leis do mercado. Com isso, claro, os leitores ou potenciais leitores (entenda-se, os de menor poder aquisitivo) são distanciados da literatura. Par te da crise que se verifica hoje, ou seja, da chamada "falta de leitores" deriva dessa discrepância criada pelo todo-poderoso "mercado". Um resgate dos leitores passará, necessariamente, pelo reequilíbrio das relações de poder nesse âmbito. Quer dizer, aumentar a quantidade (e, quiçá, a qualidade dos leitores passa pela "inclusão" (já que a palavra está na moda) das camadas não atingidas pelo livro — de literatura, especialmente. Uma inclusão que depende, entre outros fatores, da acessibilidade financeira (menor preço do livro ou maior poder aquisitivo do leitor), e por uma nova forma de contato dos escolarizados com a literatura.

E o livro assume um papel ainda mais relevante em um país como o Brasil, cuja escolarização é essencialmente centrada na leitura, ou seja, uma escolarização de domínio de conteúdos escritos, em detrimento de uma escolarização de desenvolvimento de conhecimentos (laboratórios, oficinas), como ocorre em outros países. Logo, no Brasil, escolarizar é, mais que em qualquer outro país, levar as pessoas a ler.

Assim sendo, a política nunca foi indiferente aos livros. Do mesmo modo, os livros não são indiferentes à política. Ou seja, os livros que vêm ao mundo em determinados contextos não deixam de estar vinculados ao poder. Seja por laços de sustentação, seja para resistir a esse poder instituído.

Paulo Freire, pedagogo e filósofo libertário, lançou sua "pedagogia do oprimido" contrapondo-se às visões utilitaristas de leitura. Para o grande educador brasileiro, hoje referendado no mundo inteiro, ler é desvendando o mundo. Ler é mais que decodificar palavras; é compreender o mundo que está à volta da pessoa. Não uma compreensão acadêmica e desinteressada.

Mas compreender para transformar, Paulo Freire faleceu e não chegou a ver no Brasil instituída uma política de leitura que respondesse a essa visão crítica. Desse ponto de vista, uma expansão do mercado editorial pode ter sucesso, sem, necessariamente, favorecer a emancipação dos leitores.

V – Livros no Sistema Escolar

No Brasil, o grande fomentador de leitura é o sistema escolar. Poderia ser a família, ou a comunidade religiosa, etc. Mas é na escola que, além de se aprender a ler — supostamente — se adquire o hábito de leitura.

Não restam nenhuma dúvida de que essa parceria é desejável e, até mesmo, inevitável. Caberia, talvez, mudar o enfoque, a fim de que se tire maior proveito dessa prática escolar.

Os especialistas da área, entre eles a professora Magda Soares autora de diversos livros e pesquisadora, criticam a maneira equivocada como a escola se utiliza da literatura infantil, por exemplo. Para os especialistas, o modo como os leitores iniciantes são apresentados à obra literária contribui para um distanciamento. O texto literário é utilizado como base para ensinar a ler. Até aí tudo bem. Mas, como a escola está voltada não apenas para trabalhar as habilidades, começa a sobrecarregar o texto com

outras agendas, como a aprendizagem de pontos da gramática, a interpretação de texto, a avaliação, etc. Desse modo, tal metodologia não necessariamente facilita o contato leitor-obra, mas corre até o risco de afastá-lo desse hábito. Isso porque a leitura de literatura se dá, primeiramente, para fruição. Ou seja um texto deve ser lido pelo que ele contém de belo, de agradável, de assustador, de instigante, de melancólico, enfim pelo que ele representa de interessante e não como pretexto para outras atividades escolares. Tomemos duas figuras desse processo escolar: Machado de Assis e um adolescente estudante. Machado de Assis foi, e continuará a ser o magnífico escritor de histórias, o narrador hábil, o prosador de ironia fina. Um adolescente, em plena efervescência de hormônios, consumidor de rock-música eletrônica, cliques, gibis, cds, dvds, etc. não tem, digamos assim, a sintonia com aquela linguagem (belíssima para nós, adultos) preciosa de Machado de Assis. Desse contato (Machado a um escolar) pode surgir um desencontro e não um encontro. Isso não quer dizer que não haja uma literatura considerada "de qualidade" acessível aos adolescentes. Com certeza ela existe. E não apenas em escritores nacionais. Pode ser que, Júlio Verne continue a encantar os adolescentes como o tem feito por várias gerações. Fernando Sabino, Rubem Braga, João Antônio Drummond, Jorge Amado, João Ubaldo Ribeiro são apenas alguns dos grandes nomes disponíveis em nosso catálogo literário.

Todos esses com uma linguagem muito mais próxima do universo dos adolescentes.

Tomemos um exemplo que explode na mídia por esses dias: O Senhor dos Anéis, o filme, baseado na obra de R. Tolkien e inspirador dos **Rolling Playing Games** (RPG). Essa obra, não adotada pela escola, tem encantado os adolescentes das duas últimas gerações. Trata-se de volumes com aproximadamente 500 páginas, que são devorados (e relidos) pelos jovens, interessados nos enredos fantásticos apresentados pelo autor. Enredos que lhes inspiram a criação (note-se bem: _ criação) de enredos. Com a ajuda de dados, mapas, caneta papel e muita imaginação, passam dias e dias "vivendo" uma aventura em que eles são os autores-personagens.

VI – O Consumidor-Leitor

O terceiro segmento envolvido no mercado livreiro é o leitor-consumidor. Se o comerciante de livros não tem poder (ou o tem em pequena escala) sobre o que é editado e comercializado, imagine o consumidor. Desse ponto de vista, o mercado livreiro não se distingue muito de outros mercados de bens culturais e de entretenimento como o de música, de vídeos.

Ou seja, o consumidor compra o que (estando a seu alcance financeiro) é colocado à disposição pelo mercado.

Assim sendo qualquer política de incentivo à leitura (patrocinada pelo governo ou pelas livrarias) deve levar em conta o fortalecimento do leitor-consumidor.

A propósito desse fortalecimento e do tema do debate (o mercado livreiro no mercado globalizado), é oportuno lembrar que a contrapartida da globalização é justamente o aumento do poder local. Sem isso, prevalecem as tendências impostas pelo mercado. Paradoxalmente, quanto maior a uniformização de produtos em nível mundial, maior destaque ganham os produtos e instituições de caráter local. Nos grandes centros urbanos mundiais, em contraposição às cadeias de **fast food** (das quais o McDonald's é o símbolo) ganham destaque os restaurantes de sabor regional (chineses, coreanos, etc.).

Obviamente que não se há de esperar que as grandes editoras (nacionais e multinacionais) tomem a iniciativa de fortalecer as culturas

locais e regionais. Do ponto de vista da economicidade, quanto menor o número de títulos e maior o número de exemplares, melhor.

No caso específico do Ceará (e de outros estados do Nordeste), há um caso muito interessante, que inspira uma reflexão: o dos folhetos de cordel.

Trata-se de narrativas em verso, editadas em geral pelo próprio "versejador", de tamanho que varia de 8 a 32 páginas (sempre em múltiplos de 4), pois resultam de folhas tamanho ofício divididas em 4 partes). Este é um caso de objetos que são "não-livros", ou seja, apesar de todas as suas características (autor, texto, leitor), não se ce bem a chance de "livros" tal como o compreende o mercado livreiro. No máximo, usa-se o diminutivo "livroto" de cordel, para designá-los.

Estão catalogados e classificados mais de 30 mil folhetos e mais de 2 mil autores. Alguns deles são verdadeiros **best sellers**, como o Romance do Pavão Misterioso, de João Melquiades Ferreira, com centenas de milhares de cópias vendidas.

Segundo o maior estudioso do assunto, Ravmond Cantel "a literatura popular existe em outros países, mas nenhuma é tão relevante quanto a do Nordeste [...]. Aqui, no Nordeste, ela resiste e se transforma cada vez mais." (in: Patativa do Assaré, 2000)

Entretanto, essa riqueza literária não faz parte dos catálogos de livros brasileiros. Países como México e Argentina valorizam sua produção literária popular. Em função disso, "poemas como 'La Cucaracha' são cantados no mundo inteiro e o herói do cordel argentino, Martín Fierro, se tornou símbolo da nacionalidade platina." No Brasil, ao contrário, a literatura de cordel continua em grande parte desconhecida do grande público.

Não por acaso, é um tipo de literatura identificada com um segmento da população "sem-poder" no contexto da cultura erudita ou do mercado editorial. Os folhetos de cordel são escritos por pessoas com pouca escolarização (Patativa do Assaré e J. Borges alegam ter tido menos de um ano de escolarização formal), em geral nordestinas; são impressos de maneira tosca, em produções artesanais, ilustradas pelo próprio autor, que, às vezes, é também um gravurista; são lidas por pessoas comuns, em geral com pouca escolarização. Essas são algumas das razões pelas quais o cordel não figura no universo do "livro" como tal, segundo o conceito do mercado editorial. Ou seja, o cordel não é configurado como o objeto cultural livro por estar associado a grupos populares sem poder econômico, sem poder sobre a cultura erudita, sem poder sobre o mercado, pois o que de termina o que é e o que não é um livro é o mercado editorial.

Do mesmo modo, o que determina o que é e o que não é um "autor" literário é o mercado editorial. Nascido em 1905, Patativa do Assaré já havia escrito dezenas de folhetos antes da Editora Vozes editar o seu Canto lá que eu canto cá, em 1978. Estudado pelos pesquisadores, referendado pela academia e, mais recentemente (1995), até condecorado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, Patativa se tornou um "autor". Um autor desses de figurar em estatísticas de vendas e ter sua obra em bibliotecas.

Recentemente, a Editora Hedra iniciou a publicação das obras de 50 cordelistas brasileiros, confeccionando simpáticas brochuras de pouco mais de 100 páginas cada. Para cada um dos 50 autores foi escolhido um especialista para fazer um ensaio que introduz a obra do artista. Quer dizer, uma vez sacramentados pelos críticos, comentaristas e acadêmicos, o poeta popular passa a figurar como "autor".

Constitui o cordel uma manifestação popular das mais autênticas, no dizer de um dos maiores especialistas no assunto. o holandês Joseph M. Luyten, que já foi professor da Escola de Comunica-

ção da Universidade de São Paulo – USP, e que, ultimamente, tem dado aulas no Japão como especialista em cultura e literatura popular do Brasil. Não se pretende aqui fazer uma apologia dessa literatura, mas apenas demonstrar, com um exemplo gritante, a vinculação do "livro" com os estamentos de poder econômico e político.

Por sua vez, esse exemplo traz também um indicador de uma estratégia de valorização do "local" como forma de se contrapor ao global. E isso que está sendo feito na Paraíba^{viii}. Há dez anos, Albanita Guerra, coordenadora do Prole na Paraíba, vem fazendo um trabalho de incentivo à leitura, que inclui a constituição de uma biblioteca de 12 mil folhetos de cordel. Desde outubro de 2000, a Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande desenvolve o projeto Cordel na Escola, em parceria com a Associação de Repentistas de Campina Grande. Seis artistas populares percorrem as escolas municipais, fazendo apresentações e incentivando os alunos a escrever e apresentar seus cordéis.

Ressalto que, neste caso, não se com pre en de uma política de valorização do local e de recusa do que vem de fora, até mesmo porque a literatura oferecida aos estudantes pelo mercado editorial tradicional já é bastante forte e não precisa de defensores ou de políticas protecionistas. Mas essa não deixa de ser uma oportunidade para associar livreiros, editores locais, educadores, artistas, cantadores e leitores (ouvintes) de um tipo de arte local. Essa modalidade de arte, por sua vez, resulta da adaptação de uma manifestação européia (global) para cá trazida e adaptada à cultura local. Basta lembrar que a literatura de cordel já existia na Idade Média na Europa e foi trazida pelo colonizador ibérico. Existe no México (com o nome de corridos), na Argentina e Uruguai (payadas) e no Chile (poesía criolla).

E a literatura de cordel tem representado uma forma de identidade, de identificação e de resistência cultural de um povo sofrido e oprimido.

VII – As Tecnologias da Informação e suas consequências para o mercado livreiro

As indagações mais recentes têm considerado a possibilidade de o meio físico dos "livros" passar do papel para os meios eletrônicos. A par de todas as implicações disso, pelo menos para o Brasil e para as próximas décadas, essa questão não assume relevância. Por três razões: primeiro, o mercado livreiro ainda não tem um "acervo" eletrônico capaz de ser colocado à disposição do público consumidor. Segundo, porque o suporte físico (hardware) ainda é caro e de modo a chegar a preços acessíveis ao grande público. Terceiro, porque o livro (em papel) está configurado como objeto cultural no imaginário da população, tendo em vista a longa convivência da humanidade com ele.

Não se pode prever que o livro de papel, tal como o conhecemos, será substituído em breve (uma ou duas décadas) pelos livros eletrônicos. Devemos levar em conta a possibilidade de acesso, pois o e-book (o aparato para receber o livro digitalizado) ainda tem um custo alto nos Estados Unidos, que dirá no Brasil.

Não se trata de vantagem ou desvantagem, de avanço tecnológico ou não. Trata-se de uma barreira econômica.

Quanto brasileiros possuem, hoje, computadores pessoais? Não eram mais que 10 milhões, em 2000. Dos que possuem, quantos os utilizam? Dos que têm ligação com a Internet, quantos, de fato, a acessam? As estatísticas dão conta de que não mais de 20 milhões de brasileiros têm acesso à Internet.

Assim sendo, essa questão não afeta, pelo menos de pronto, as livrarias independentes. Por outro lado, as novas tecnologias da

informação podem significar uma oportunidade de negócios. Os chamados cybercafés são espaços que reúnem aficionados da informática (navegação na Internet) em espaços que podem ser associados a livrarias, como já ocorre em algumas grandes cidades.

VIII – A Livraria no Ceará

O Ceará é o quarto pólo consumidor de livros no Brasil, com destaque para o livro universitário, segundo o diretor das Livrarias Educativa, Oscar Nogueira. Entretanto, o mercado livreiro se ressentia da pouca quantidade de lojas no Estado. São cerca de 200 lojas (entre livraria; exclusivas e livrarias/papelarias), sendo que 130 delas estariam localizadas em Fortaleza. Considerando-se os 184 municípios cearenses, esse é um número proporcionalmente bem reduzido de livrarias.

Embora as lojas de grande porte tenham tido um crescimento de até 30% nas vendas em 2000, as pequenas livrarias passam por dificuldades. A La Selva tem contabilizado um crescimento de 20% ao ano, desde 1998, quando instalou três lojas no Aeroporto Pinto Martins. Mas a rede local de livrarias Livro Técnico acusa uma queda de 2,1% em suas vendas, de 1999 para 2000. Para seu proprietário, a implantação de 10 lojas da rede Siciliano afetou o mercado tradicional.

Como não poderia deixar de ser, o mercado livreiro no Ceará depende de fatores de natureza econômica. Deixando-se de lado muitos como o de que “brasileiro não lê”, não há como comprar livros se faltam recursos aos consumidores. Uma pesquisa sobre o perfil do leitor detectou que, fora o livro didático, a média de leitura anual do brasileiro não passa de um livro.

O mercado universitário, um dos mais fortes, se ressentia dos preços altos e da pouca disponibilidade de títulos. Desse modo, a fotocópia, ilegal, ganha terreno. O Sindicato do Comércio Varejista de Livros do Estado de Ceará - Sindilivros, tem feito campanhas públicas combatendo a fotocópia, mas não tem meios legais para evitar que isso ocorra.

Por outro lado, existência de um comércio paralelo de livros escolares indica a existência de uma demanda por parte dos consumidores de menor poder aquisitivo. Em 1998, inquérito da Delegacia de Defraudações concluiu que haviam sido comercializados cerca de 10.000 “livros do professor”, no “mercado paralelo” de sebos e de ambulantes. Isso indica necessidade de se proverem de recursos as famílias sem condições de adquirir o livro didático legal ou de se baratear o custo desse.

Para a presidente do Sindilivros, Maria do Socorro Sampaio Flores, embora se observe uma demanda pelo conhecimento carreado pelos livros, isso não se reflete nas vendas das lojas regulares. O mercado paralelo (sebos, ambulantes, livros do professor vendidos ilegalmente) e a fotocópia seriam responsáveis por essa “sangria” de consumidores.

Entretanto, há mostras de um potencial de mercado bem maior. O maior sinal disso foi a frequência à 4ª Bienal Internacional do Livro, realizada em 2000 (17 a 22 de outubro). Estiveram presentes 200 editoras, 15 delas internacionais, com 113 estandes. A ela compareceram 212 mil pessoas e o faturamento foi de R\$1,5 milhão.

Conclusões

O futuro da livraria independente não é diferente, em muitos pontos, do próprio futuro do Brasil, no que diz respeito à redistribuição de renda e de acesso à educação. Ou seja, como a aquisição de livros está associada diretamente à renda e à escolaridade, en-

quanto esses dois fatores não se alterarem, serão poucas as chances de crescer o universo de consumidores de livros.

Entretanto, podem ser adotadas políticas sociais para enfrentar o problema. Uma política social pode ser pactuada tanto pelo governo quanto por qualquer instância organizada da sociedade. Assim, não caberia apenas às instâncias governamentais, mas também aos segmentos da sociedade (escolas, faculdades, entidades culturais, livreiros, editores) implementar políticas sociais de incremento da leitura.

As políticas governamentais do setor (Proler, Programa Nacional do Livro Didático, Programa Nacional da Biblioteca Escolar) têm investido na ampliação do número de bibliotecas e no provimento de livros aos leitores/escolares e bibliotecas. Particularmente com relação ao PNLD, o governo tem desconsiderado os comerciantes locais de livros, deixando de beneficiar esse segmento com o investimento público feito na área. Assim, há uma possibilidade a ser aberta, para incluir a intermediação do livreiro na aquisição do livro didático.

A política educacional, por sua vez, deveria passar por uma profunda reavaliação e redirecionamento, de modo a valorizar mais o conteúdo literário dos livros estudados e menos as explorações de outra natureza (pretexto para estudar gramática, entre eles). Para tanto, é indispensável a existência de programas de formação de professores.

Estados e Municípios têm muito mais poder nesse campo que o Governo Federal, visto que a cultura local deveria ser mais valorizada em qualquer política de fomento à leitura.

Do ponto de vista do mercado, o segmento varejista, como o mais prejudicado e o mais próximo à realidade local, deve patrocinar políticas de valorização da leitura e da cultura local. A associação em câmaras do livro (livreiros, distribuidores, editoras) parece indicar um bom caminho para a resolução dos problemas locais.

Enfim, qualquer política (patrocinada pelo Estado ou por segmentos da sociedade) para o livro deve ter como foco o leitor em seus diversos aspectos: a formação de um leitor crítico e não simplesmente de um “consumidor” de livros; o aumento do poder de compra do leitor (mesmo que seja por meio de mecanismos como o cheque-livro); formação do hábito de frequentar livrarias e comprar livros; aumento da convivência leitor-livro, seja por meio de bibliotecas abertas ao público, seja por criação de feiras de livros localizadas em bairros ou em pequenas cidades, ou seja, levando o livro a quem não vem a ele.

Bibliografia

Assaré, Patativa. Patativa do Assaré uma voz do Nordeste. São Paulo: Hedra. 2000. 132p. ISBN 85-87328-19-0 BRITTO, Luiz Percival Leme. Leitura e política. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina MACHADO, Maria Zélia Versiani. Escolarização da leitura literária, Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 272p. ISBN 85-86583-40-5

Câmara Brasileira do Livro. Diagnóstico do setor editorial brasileiro ano 2000. São Paulo: [s.n.], 2001.?

CHARTIER, Anne-Marie. Leitura e saber ou a literatura juvenil em trejeição. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins;

BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani. Escolarização da leitura literária. Belo Horizonte Autêntica, 1999. 22p. ISBN 85-86583-40-5

COMITTI, Leopoldo. Leitura, saber e poder. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina;

MACHADO, Maria Zélia Versiani. *Escolarização da leitura literária*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 272p. ISBN 85-86583-40-5

Soares, Magda. *A escolarização da literatura infantil e juvenil*. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani *Escolarização da leitura literária*. Belo Horizonte Autêntica, 1999. 272p. ISBN 85-86583-40-5

Luyten, Joseph M. Cordel: uma manifestação popular autêntica. *Cadernos do Terceiro Mundo*, n. 49, p. 65-72, out./nov. 1982.

Zilberman, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* S. Paulo. Editora Senac São Paulo, 2001.

I Revista Abi graf março/abril 2001.

II Carta Capital, 28 de maio de 2001.

III Revista Época 16-7-2001.

IV Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro ano 2000, da Câmara Brasileira do Livro.

V Jornal do Comércio do Rio de Janeiro 29-5-2001.

VI Informativo ANL, março 2001, ano 1 n. 3.

VII Cita do por Zilberman (2001).

VIII Folha de S. Paulo 1º-3-2001 (Paraíba e Pernambuco investem na formação de leitores).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 27, de 1999)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria, tendo

Pareceres sob nºs 1.075, de 1999 e 715, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, 1º *pronunciamento* (sobre o Projeto): favorável, com votos contrários dos Senadores José Fogaça, Paulo Souto, Geraldo Althoff, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos e Bello Parga; 2º *pronunciamento* (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): favorável, nos termos da Subemenda nº 1-CAE (Substitutiva) à Emenda nº 1-Plen.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 90, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2001 (nº 654/2000, na Câmara

dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 669, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 91, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2001 (nº 655/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico "Amiga" de Registro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Registro, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 670, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 106, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2001 (nº 529/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade de São Paulo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 675, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 107, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2001 (nº 542/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paraíba para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 676, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 178, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2001 (nº 579/2000, na Câmara

MACHADO, Maria Zélia Versiani. *Escolarização da leitura literária*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 272p. ISBN 85-86583-40-5

Soares, Magda. *A escolarização da literatura infantil e juvenil*. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani *Escolarização da leitura literária*. Belo Horizonte Autêntica, 1999. 272p. ISBN 85-86583-40-5

Luyten, Joseph M. Cordel: uma manifestação popular autêntica. *Cadernos do Terceiro Mundo*, n. 49, p. 65-72, out./nov. 1982.

Zilberman, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* S. Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

I Revista Abi graf março/abril 2001.

II Carta Capital, 28 de maio de 2001.

III Revista Época 16-7-2001.

IV Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro ano 2000, da Câmara Brasileira do Livro.

V Jornal do Comércio do Rio de Janeiro 29-5-2001.

VI Informativo ANL, março 2001, ano 1 n. 3.

VII Cita do por Zilberman (2001).

VIII Folha de S. Paulo 1º-3-2001 (Paraíba e Pernambuco investem na formação de leitores).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 27, de 1999)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria, tendo

Pareceres sob nºs 1.075, de 1999 e 715, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, *1º pronunciamento* (sobre o Projeto): favorável, com votos contrários dos Senadores José Fogaça, Paulo Souto, Geraldo Althoff, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos e Bello Parga; *2º pronunciamento* (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): favorável, nos termos da Subemenda nº 1-CAE (Substitutiva) à Emenda nº 1-Plen.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 90, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2001 (nº 654/2000, na Câmara

dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 669, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 91, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2001 (nº 655/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico "Amiga" de Registro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Registro, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 670, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 106, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2001 (nº 529/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade de São Paulo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 675, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 107, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2001 (nº 542/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paraíba para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 676, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 178, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2001 (nº 579/2000, na Câmara

dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 688, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Coelho.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 191, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2001 (nº 786/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro – Piauí a executar serviço de Radiodifusão comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 689, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2001

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno, Requerimento nº 443, de 2001)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2001 (nº 1.039/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá, tendo

Parecer favorável, sob nº 744, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos.

– 9 –

REQUERIMENTO Nº 327, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 327, de 2001, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 10 –

REQUERIMENTO Nº 399, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 399, de 2001, do Senador Geraldo Althoff, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs

84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999 e 94, 190 e 232, de 2000, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

– 11 –

REQUERIMENTO Nº 405, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 405, de 2001, do Senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999 e 94, 190 e 232, de 2000, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

– 12 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 1997
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 16, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Bianco.

– 13 –

SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999

Discussão, em turno suplementar, do Substituto ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo

Parecer sob nº 732, de 2001, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Está encerrada a sessão.

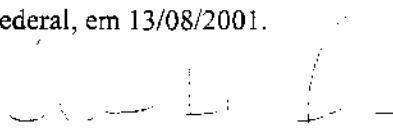
(Levanta-se a sessão às 18 horas e 18 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1509, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 11121/01-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LAMLID NOBRE DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 13/08/2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

* Republicado por haver saído com incorreção.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1550 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011586/01-0,

R E S O L V E exonerar **ELSO OSMAR MAGALHÃES**, matrícula n.º 31173, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Jorge Bornhausen e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1551 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011590/01-7,

R E S O L V E exonerar **ALAIR AMORIM DA SILVA**, matrícula n.º 31172, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Jorge Bornhausen e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1552 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 11584/01-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA MARTA REGINA DA LUZ BUSCH FERREIRA LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1553 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **11589/01-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DO RÓCIO ATHERINO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1554 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **11588/01-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LIANE FENGLER** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1555 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011585/01-3,

R E S O L V E exonerar **JASON PEREIRA LIMA**, matrícula n.º 31095, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Jorge Bornhausen e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2001.

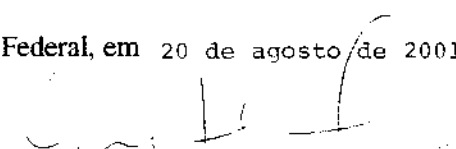

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1556 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 11.552/01-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCO DE ASSIS MOREIRA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1557, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011551/01-1,

R E S O L V E exonerar **ROSYANE FERREIRA DE MELO**, matrícula n.º 31406, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Amir Lando e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1558, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011545/01-1,

R E S O L V E exonerar **MARISA FERNANDA LINS DOS SANTOS ABATI**, matrícula n.º 30881, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador José Fogaça e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1559 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **11550/01-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NEUSA ANTONIA ROSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1560 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **11559/01-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANO VELOSO LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Casildo Maldaner.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2001.



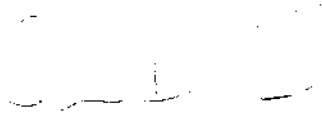
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1561, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011066/01-6,

RESOLVE dispensar o servidor VALTER SIMÕES DOS SANTOS, matrícula 3094, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Comissões, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 08 de agosto de 2001.

Senado Federal, 20 de agosto de 2001.



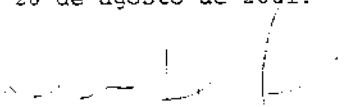
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1562, de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 010805/01-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a VALDETE DA SILVA MONTEIRO DE BARROS, na condição de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos) e pensão temporária a BRUNA FERNANDA MONTEIRO DE BARROS e BRUNO FERNANDO MONTEIRO DE BARROS, na condição de filhos menores, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada um, dos proventos que percebia o ex-servidor GERALDO RODRIGUES DE BARROS, a partir data do óbito, 05/07/2001.

Senado Federal, 20 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1563, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011067/01-2,

RESOLVE dispensar o servidor VENERANDO PEREIRA LEMOS, matrícula 2126, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Comissões, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 08 de agosto de 2001.

Senado Federal, 20 de agosto de 2001.



AGÁCIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1564, de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 010.803/01-7

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a JUANA D'ARC SOARES COELHO, na condição de Cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos) e pensão temporária a DECIO SOARES COELHO e CAROLINA SOARES COELHO, na condição de filhos menores, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada um, dos proventos que percebia o ex-servidor DERCY ALVES COELHO, mat. 01750, a partir data do óbito, 28.07.2001.

Senado Federal, 20 de agosto de 2001.



AGÁCIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1565 , DE 2001

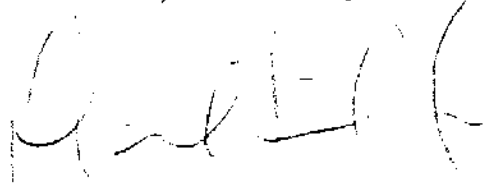
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 011002/01-8,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA, matrícula nº 5002 e JOSÉ FERNANDO GOMES FEITOSA, matrícula nº 1349, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 014/01, celebrado entre o Senado Federal e a MEIO & MÍDIA - COMUNICAÇÃO LTDA..

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de agosto de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral